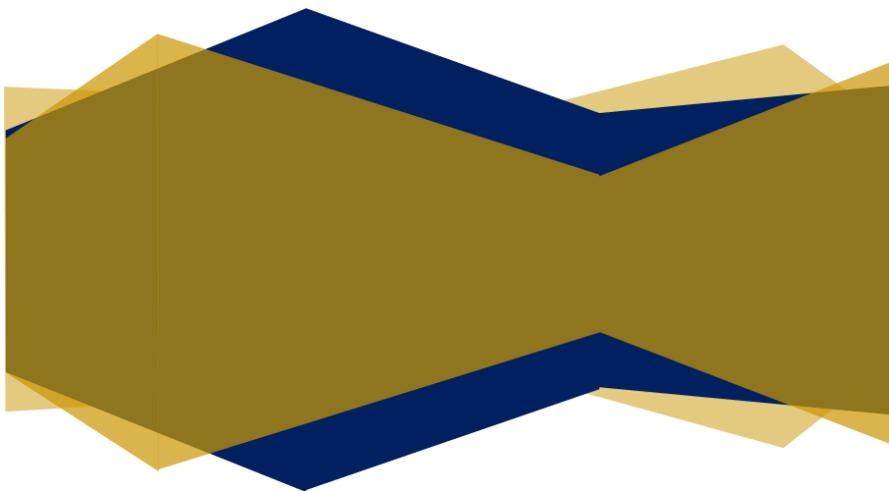


**Faculdade Metropolitana da Amazônia**

# **Projeto Pedagógico de Curso**

**Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis**



**2017**

## **PROCESSO**

**Mantenedora:**

**INSTITUTO EURO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA (UNIEURO)**

**Mantida:**

**FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA - FAMAZ**

**Endereço de Funcionamento do Curso**

Av. Visconde de Souza Franco, nº 72, Bairro Reduto - CEP: 66.053-000 – Belém/Pará.

**Último Ato normativo do Curso de Graduação**

Portaria Sese nº39, de 19/04/2012, D.O.U de 20/04/2012 (renovação de reconhecimento)

## SUMÁRIO

<b>I</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>5</b>
1.1	Mantenedora	5
1.2	Mantida	6
<b>II</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL E EDUCACIONAL</b>	<b>10</b>
2.1	Estado do Pará	10
2.2	Município de Belém	12
2.3	Educação em números	15
<b>III</b>	<b>FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA</b>	<b>17</b>
3.1	Trajectoria Histórica	17
3.2	Diretrizes Institucionais e Pedagógicas	17
3.3	Missão Institucional	17
3.4	Objetivos Institucionais	18
3.5	Áreas de Atuação	18
3.6	Cursos de Pós Graduação	18
<b>IV</b>	<b>PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO</b>	
4.1	Identificação	20
4.2	Concepção do Curso	20
4.3	Objetivos do Curso	21
4.4	Metodologia de Ensino	23
4.5	Sistemas de Avaliação	24
4.5.1	Avaliação da Aprendizagem	24
4.5.2	Avaliação Institucional e do Curso	26
4.6	Perfil do Egresso	28
4.7	Currículo do Curso	30
4.7.1	Organização	30
4.7.2	Uma Nova Matriz Curricular	31
4.8	Planejamento Curricular	32
4.8.1	Estrutura e Matriz Curricular	32
4.8.2	Determinação da Hora-Aula	35
4.8.3	Ementas e Bibliografia	37
4.9	Atividades Complementares	72
4.10	Produção Científica	76
4.11	Estágio Curricular	76
<b>V</b>	<b>ATENDIMENTO AO DISCENTE</b>	<b>90</b>
<b>VI</b>	<b>INCENTIVO AO ENSINO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, EXTENSÃO E MONITORIA</b>	<b>91</b>
6.1	Iniciação científica e pesquisa	91
6.2	Extensão	95
6.3	Monitoria	96
<b>VII</b>	<b>FORMAS DE ACESSO AO CURSO</b>	<b>100</b>

<b>VIII – ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO</b> -----	<b>100</b>
8.1 Núcleo Docente Estruturante-----	100
8.2 Composição do NDE-----	103
8.3 Titulação e Formação do Coordenador do Curso-----	103
8.4 Conselho do Curso-----	104
8.5 Corpo Docente-----	105
<b>IX INSTALAÇÕES FÍSICAS</b> -----	<b>108</b>
9.1 Sala de Professores e Coordenação do Curso-----	108
9.2 Gabinete de Trabalho dos Professores-----	109
9.3 Salas de Aula-----	109
9.4 Acessibilidade para os Portadores de Necessidades Especiais-----	109
9.5 Equipamentos-----	110
9.5.1 Laboratórios de Informática-----	110
9.5.2 Serviços-----	110
9.6 Secretaria Acadêmica-----	111
9.7 Biblioteca-----	112
9.7.1 Espaço Físico-----	112
9.7.2 Serviços-----	115
9.7.3 Recursos Humanos-----	116
9.7.4 Informatização-----	116
9.8 Laboratório de Práticas Contábeis e Parcerias-----	117
9.9 Auditório-----	118

A Contabilidade não é uma criação de homens brancos, anglo-saxões e protestantes, ao contrário. Seu desenvolvimento dependeu, de maneira crucial, de eventos ocorridos na África, na Índia, no Iraque, Irã e outros lugares. A contabilidade é, sem dúvida, um produto do mundo inteiro [...] é o produto de uma colaboração intelectual extraordinária entre judeus, cristãos e muçulmanos; é um empreendimento verdadeiramente multicultural. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999.p.49).

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

### 1.1 Mantenedora

Nome: Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia – UNIEURO

Endereço: SCE SUL Trecho 0 Conjunto 5 – Av. das Nações Unidas

Bairro: Asa Sul

Cidade: Brasília

Estado: Distrito Federal

CEP: 70.200-001

Fone/Fax: (61) 3445 5888

Site: [www.unieuro.edu.br](http://www.unieuro.edu.br)

E-mail: [miquelfecury@unieuro.edu.br](mailto:miquelfecury@unieuro.edu.br)

CNPJ nº 37.174.034/0001-02

O Instituto Euro-americano de Educação, Ciência e Tecnologia (UNIEURO) foi instituído em 27 de outubro de 1992 para atuar na região Centro-Oeste e em todo território nacional, com sede e foro em Brasília-DF. É uma associação civil sem fins lucrativos, com seu estatuto adaptado ao novo Código Civil, registrado na forma da lei.

O UNIEURO acha-se funcionando regularmente e seu ato constitutivo – Estatuto Social – está registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Brasília. Está devidamente inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº. 37.174.034/0001-02.

A primeira unidade de educação superior mantida pelo UNIEURO foi implantada, em Brasília (DF), em 1998 – a Faculdade Euro-Americana, com os cursos de graduação em Administração, Ciência da Computação, Ciências Econômicas e Direito. A instituição cresceu, consolidou-se e, em abril de 2004, transformou-se no Centro Universitário Euro-Americano – o UNIEURO, mediante credenciamento ministerial pela Portaria MEC nº 996, de 14 de abril de 2004.

A experiência e competência demonstradas na oferta de ensino, pesquisa e extensão no UNIEURO, credenciaram o Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia a propor ao Ministério da Educação o credenciamento, na cidade de Belém (PA), de uma segunda instituição de educação superior – a Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), identificada com os valores e crenças regionais e compromissada com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e, em particular, com o município de Belém e o Estado do Pará, mediante ações de ensino, iniciação científica e extensão.

A Entidade Mantenedora encontra-se em situação regular, conforme demonstram os comprovantes de quitação das Fazendas Públicas: Federal, Estadual, Municipal, assim como possui a sua situação fiscal e parafiscal em plena regularidade, não possuindo débitos junto aos órgãos governamentais:

- Ministério da Previdência Social (INSS);
- Caixa Econômica Federal (FGTS);
- Ministério da Fazenda;
- Governo do Distrito Federal.

O Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia tem como objetivo principal atuar na Região Centro-oeste, Norte e Nordeste e de forma pontual em todo o território nacional, tendo como finalidades:

- a- desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão no campo das ciências, das letras, das artes e da tecnologia, em qualquer parte do território nacional;
- b- desenvolver estudos para a melhoria do processo pedagógico, em todos os níveis;
- c- realizar serviços de consultoria, assessoria e projetos educacionais;

- d- criar e administrar organismos para a prestação de serviços à comunidade, participando do processo de desenvolvimento global da sociedade;
- e- editar e distribuir publicações educacionais, científicas e culturais;
- f- criar e administrar veículos de comunicação social;
- g- instituir mecanismos ou serviços para a realização de estágios curriculares e orientação aos profissionais, criando condições ideais para o treinamento profissional;
- h- promover estudos e pesquisas para avaliação de sistemas, processos e instituições educacionais;
- i- organizar e administrar congressos, seminários e eventos similares;
- j- promover a educação profissional e a educação continuada;
- k- assegurar meios para o desenvolvimento das expressões científicas, artísticas, culturais, educacionais e desportivas;
- l- desenvolver esforços para a integração intercontinental e a solidariedade entre os povos e as nações;
- m- assegurar a liberdade de expressão a todos os seus membros e nas atividades que desenvolver;
- n- manter intercâmbio com instituições congêneres, no Brasil ou no exterior; representar instituições, públicas ou privadas, junto aos órgãos, entidades ou embaixadas, sediadas em Brasília (DF);
- o- manter atividades assistenciais, individuais ou coletivas.

O Instituto, com sede em Brasília, Distrito Federal, em sua trajetória, de 1992 até o momento atual, demonstra que a motivação inicial, de promover o desenvolvimento loco-regional por meio de formação de profissionais qualificados, permanece, aperfeiçoando-se como entidade mantenedora de IES.

## 2.141 Mantida

Nome: Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ

Endereço: Av. Visconde de Souza Franco nº 72

Cidade: Belém

Estado: Pará

CEP: 66.053-000

Fone/Fax: (91) 3222 7559 / (91) 3222 7559 7560

Site: [www.famaz.edu.br](http://www.famaz.edu.br)

E-mail: [dg@famaz.edu.br](mailto:dg@famaz.edu.br)

A **FAMAZ** foi criada por meio da **Portaria MEC nº. 807, de 17 de agosto de 2007** e recebeu autorização para oferecer o curso de Administração pela Portaria SESu nº 738, de 23/8/2007 (DOU, Seção 1, de 24/8/2007). Em 2007, as Portarias nº. 797 e 799, de 13 de setembro de 2007, autorizaram o funcionamento dos Cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis, administração e Enfermagem. Em 12 de setembro de 2007, a Portaria nº 503 autorizou o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar. A situação legal atual da FAMAZ, junto ao MEC, é de Instituição de Educação Superior credenciada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional de 2011 – PDI vigente até 2015, apresenta na justificativa da localização da FAMAZ, a necessidade de investimentos em cursos superiores de educação em Belém, capital do estado do Pará. Tal justificativa mostra a visão da IES sobre a necessidade de incrementar a oferta de educação superior em uma cidade que cresce rapidamente, considerada como um dos pólos de desenvolvimento da região Norte. O PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) estabeleceram as políticas, diretrizes, ações e metas para a Faculdade Metropolitana da Amazônia e os cursos que nela funcionam.

A FAMAZ faz um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) antenado com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

A FAMAZ expressa o compromisso com a educação superior com qualidade, formando profissionais que conjugam a competência para o mercado de trabalho com o compromisso com o desenvolvimento da sociedade, por meio de sua missão: “formar cidadãos e profissionais, nas áreas do conhecimento em que atuarem para o desenvolvimento justo e equilibrado da região em que está inserida – o Estado do Pará – e do país, tendo presente valores éticos superiores. Inclui-se na missão da Faculdade Metropolitana da Amazônia, explicitamente, o compromisso com a preservação da memória cultural e histórica do Estado do Pará, particularmente, com a cidade de Belém, e com o meio ambiente.”

No contexto de criação da FAMAZ, seus objetivos são:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar recursos humanos nas áreas de conhecimento em que atua aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- III. Incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII. Contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Estado do Pará, em particular, o bem-estar social e a prosperidade do povo amazônico.

Entretanto, complementam ainda os objetivos institucionais da FAMAZ, os objetivos educacionais estabelecidos a seguir. Estes expressam os pressupostos e encaminhamentos puramente acadêmicos do ato de educar para os quais os docentes da FAMAZ recebem orientação ao ingressar na IES:

- Proporcionar sólida fundamentação humanístico-técnico-científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão;
- Relacionar conceitos e fatos históricos para compreender o panorama sócio-econômico-cultural atual, suas necessidades e prioridades;
- Estabelecer conexões entre o passado e o presente da sociedade, sob o ponto de vista sócio-econômico-cultural, a fim de compreender a evolução dos conceitos;
- Estimular a pesquisa constante para a ampliação de perspectivas e abordagens dentro dos vários processos no âmbito profissional;

- Favorecer condições para que o aluno atue como profissional capaz de interpretar e interagir numa determinada realidade, de forma a trazer resultados positivos para a organização em que atua;
- Proporcionar uma formação crítica e reflexiva que lhe dê condições de exercer a liderança, de apresentar capacidade de decisão, de definir tomada de decisões assertivas;
- Enfatizar sempre o exercício da cidadania e da ética na vida pessoal e profissional.

Estes elementos constitutivos (missão, vocação, finalidades e objetivos institucionais), que garantem a articulação do PDI e do PPI, estão evidenciados nas políticas de ensino que fundamentam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pela FAMAZ, bem como as ações de pesquisa e de extensão.

Pautada na diretriz de expansão com qualidade, a FAMAZ iniciou suas atividades como Instituição de Educação Superior oferecendo os cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem e CST em Gestão Hospitalar. Todos esses cursos estão autorizados pelo MEC, conforme os prazos legalmente instituídos.

Em decorrência do Projeto de Auto-Avaliação Institucional, em consonância com o SINAES, a FAMAZ formulou e implantou o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de 2006, documentos norteadores do fazer acadêmico e da gestão, que vieram atualizar a base filosófica e os compromissos institucionais da FAMAZ em relação à educação superior.

O Projeto Pedagógico Institucional, de 2006, destaca quatro programas institucionais integrantes do Centro de Apoio Pedagógico/CAP, que amparam projetos e ações sócio-ambientais da FAMAZ:

- **Programa de Extensão:** viabiliza projetos e intervenções de cunho acadêmico-social junto à comunidade acadêmica e a sociedade. Oferece cursos livres e promove eventos temáticos onde as demandas técnico-científicas são discutidas na perspectiva de cada curso de graduação da Instituição.
- **Programa FAMAZ Sócio-Ambiental:** estimula às ações responsabilidade sócio-ambiental fundamentando-as com práticas de aprendizado em projetos especiais distribuídos ao longo do ano e em vieses práticas multidisciplinares e multisetoriais a fim de contribuir, efetivamente, para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará.
- **Programa de Estágio Supervisionado:** encaminha, orienta e acompanha o acadêmico nos processos de estágio supervisionado mantendo uma relação dialética e em construção coletiva com a sociedade e as empresas locais.
- **Programa de Estágio Voluntário:** estimula, encaminha, orienta e acompanha o acadêmico nos processos de estágio voluntário em ações sócio-ambientais e projetos especiais desenvolvidos por empresas públicas, ONG e empresas locais.

No que se refere às Políticas Acadêmicas, a linha dominante de ação da Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ – é o ensino de graduação (bacharelado e superior de tecnologia), eixo em torno do qual a instituição atua e atuará nos próximos anos, visando a atingir níveis significativos de qualidade, dentro dos seguintes balizamentos pedagógicos:

- ação centrada no aluno, sobre o qual manter-se-á processo integrado de educação e de formação intelectual e profissional;
- ação integrada por objetivos de educação e aprendizagem, a partir do projeto pedagógico de cada curso, área de conhecimento e habilitação profissional;
- ação sobre o aluno e sobre grupos de alunos, segundo o desempenho de cada um e outros atributos (como ano de ingresso, curso etc);
- motivação crítica, dinâmica e prática, tanto quanto possível sobre atividades extra-curriculares de caráter técnico-científico, cultural, desportivo etc.

A FAMAZ entende a importância da participação dos alunos em atividades de iniciação científica, práticas investigativas e projetos de intervenção, por estas atividades se constituírem em ferramentas que complementam os conhecimentos abordados nas aulas teóricas, e por apresentar ao aluno possibilidades práticas de atuação e aplicação destes conhecimentos. Estas ações localizam-se no Programa de Iniciação Científica da Faculdade Metropolitana da Amazônia (PIC-FAMAZ), que consiste num instrumento de financiamento do aluno para a participação em projetos de pesquisa, sob a supervisão docente, complementar às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas. O PIC-FAMAZ desenvolve os seguintes programas e estratégias:

- **O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC:** desenvolve pesquisas e busca o apoio às mesmas internamente e em órgãos de fomento. Oferece bolsas de financiamento.
- **Programa Voluntário de Iniciação Científica:** desenvolve pesquisas e busca o apoio às mesmas internamente e em órgãos de fomento. Não oferece bolsas de financiamento.
- **Programa de Extensão:** viabiliza projetos e intervenções de cunho acadêmico-social junto à comunidade acadêmica e a sociedade.
- **Programa de Monitoria:** estimula a iniciação à docência.
- **Programa Publicar:** procura publicar ANAIS de eventos, Revistas Científicas (Eletrônica e Impressa), TCC, Monografias, Dissertações, Teses etc.
- **Programa Notas de Aula:** estimula a produção e a publicação de material didático para apoio à docência.

A Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ – entende que o desafio de uma instituição de educação superior consiste não apenas em realizar ensino, pesquisa e extensão, mas de garantir a associação dessas funções acadêmicas. As atividades de ensino, não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista.

Neste sentido, a FAMAZ identifica os princípios da construção coletiva, da flexibilidade curricular, da interdisciplinaridade e da problematização do saber como essenciais para a aquisição de uma aprendizagem significativa, articulada pela qualidade de ensino, pelas atividades de formação e preparação técnico-científica que contribuirão para a autonomia intelectual e profissional.

A Instituição tem definidas as políticas acadêmicas e sociais como forma de se fazer atuante, no processo de educação e formação profissional, e sensível aos problemas da comunidade, assumindo a co-responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável local e regional. Desse modo, a FAMAZ busca articular a qualificação técnica com a qualificação social e reafirmar sua missão na produção e na difusão do conhecimento, assim como no compromisso com o avanço e as transformações da realidade local e nacional.

A missão da Faculdade evidencia o investimento no processo de ensino-aprendizagem que capacita os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação.

No PDI que a FAMAZ apresentou ao MEC, referente ao período 2011 a 2015, aprovado por seu Colegiado Superior, consta a proposta de abertura de novos cursos de graduação. O processo de autorização do curso de graduação em Direito já se constitui em realidade, com parecer conclusivo pela autorização do curso, tendo iniciada sua primeira turma em setembro de 2011.

Existe, assim, satisfatória articulação entre a gestão educacional, a gestão do curso e a implementação das políticas institucionais para o curso, constantes do PDI em vigor. Todas estão sendo plenamente efetivadas.

## II CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL E EDUCACIONAL

### 2.1 Estado do Pará

Através da FAMAZ, o Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia fez uma **opção de atuação na região amazônica**, diversificando, assim, seus tradicionais vínculos com a capital federal. Trata-se de uma decisão refletida e planejada e que se insere numa visão estratégica de país. É esta visão que deverá orientar, a curto, médio e longo prazos, os passos do crescimento institucional e as prioridades dos investimentos educacionais previstos nas várias escalas temporais deste horizonte.

A **Amazônia**, região habitada por mais de vinte milhões de brasileiros, 60% de todo o território nacional e a maior reserva de biodiversidade do planeta, representa um **enorme desafio nacional**. Talvez o mais importante do século XXI. Há de se considerar, seriamente, a hipótese de que parte significativa do desenvolvimento do país, no século que se inicia – portanto, o seu futuro de sucesso no quadro das nações –, decorrerá da maior ou menor capacidade que tiver de exploração e aproveitamento racional do enorme patrimônio natural presente na região amazônica. É nela que se situa uma das mais importantes províncias minerais do planeta, com diversas minas de metais ferrosos e não-ferrosos em atividade e perspectivas de se manter produzindo por um longo tempo, com produção em escala garantida para os próximos cem anos. Possui terra abundante e propícia para o desenvolvimento da agroindústria e da pecuária, independente de ser ou não a sua vocação natural; em função dos modelos de ocupação adotados até o momento, expandiu significativamente suas áreas destinadas a pastagens e produção agrícola e já é apontada como um dos principais produtores mundiais de gado nesta década que se inicia. A floresta amazônica, a principal floresta tropical do mundo, guarda a maior reserva planetária de biodiversidade, credenciando a região como o principal laboratório natural para experimentos revolucionários no campo da biotecnologia, dos experimentos genéticos, químicos, de grande repercussão na produção futura de produtos de ponta, como os fármacos, uma das indústrias que mais crescem atualmente. Some-se a todo esse potencial o fato de aí estar localizada a maior reserva de água doce da Terra, num contexto em que a água potável já se apresenta como um dos principais problemas da humanidade neste início de milênio. Além de tudo, graças à força das águas, a Região oferece o maior potencial de produção de energia elétrica do Brasil e de toda a América do Sul – com potencial estimado de 60 mil MW –, podendo se tornar, dentro em breve, o grande fornecedor estratégico de mais da metade de toda a energia consumida no país.

Apesar de toda essa riqueza disponível, a Amazônia ainda convive uma grande contradição, a merecer a atenção das principais lideranças do país: **rica por natureza, ela carece de pessoal qualificado à altura de suas potencialidades**. A ela ainda não foi agregado, na dimensão exigida, o mais importante elemento da equação do desenvolvimento: o **conhecimento científico**. O desafio prioritário da Amazônia, portanto, é o **desafio da educação superior de qualidade** e, como sua consequência natural, aquele da geração de uma ciência competente e de ponta, comprometida com a redefinição do paradigma de desenvolvimento regional e capaz de alicerçar a projeção e as iniciativas de empreendimentos inovadores.

Em pleno contexto amazônico se situa o **estado do Pará**, com sua tradicional e secular capital **Belém, sede da FAMAZ**, pólo cultural e econômico que, juntamente com Manaus, divide a liderança política e econômica de toda a região Norte. O Pará é uma unidade federativa com superfície de 1.247.703 km<sup>2</sup> (a segunda maior do país) e uma população com mais de sete milhões de habitantes (a maior da região Norte) – densidade de 5,5 habitantes/km<sup>2</sup> –, sendo que cerca de 70% concentrada em zonas urbanas (IBGE). Considerada a situação de pobreza da maioria da população, o trabalho informal, as dificuldades de infraestrutura, a industrialização de enclave – reduzida e concentrada em poucos pólos (Manaus e sudeste do Pará) –, a fragilidade do saneamento básico (com impacto nas condições sanitárias) e outras deficiências, **os problemas sociais aí se**

**avolumam e dão a tônica do desafio desenvolvimentista amazônico e paraense.** No cenário nacional, o Pará ocupa a 16ª colocação *no ranking* (situação mediana) do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com leve melhoria de desempenho ao longo da última década:

### IDH DOS ESTADOS BRASILEIROS

Posição		Estado	IDH	
Dado de 2005	Mudança comparada a 2000		em 2005	em 2000
1	—(0)	 Distrito Federal	0,874	0,858
2	—(0)	 Santa Catarina	0,840	0,817
3	—(0)	 São Paulo	0,833	0,821
4	▲ (1)	 Rio de Janeiro	0,832	0,811
5	▼ (1)	 Rio Grande do Sul	0,832	0,818
6	—(0)	 Paraná	0,820	0,795
7	▲ (4)	 Espírito Santo	0,802	0,778
8	▼ (1)	 Mato Grosso do Sul	0,802	0,781
9	—(0)	 Minas Gerais	0,800	0,780
10	▼ (1)	 Goiás	0,800	0,779
11	▼ (2)	 Mato Grosso	0,796	0,775
12	—(0)	 Amapá	0,780	0,755
13	▲ (3)	 Amazonas	0,780	0,731
14	—(0)	 Rondônia	0,776	0,753
15	▲ (2)	 Tocantins	0,756	0,730
16	▲ (1)	 Pará	0,755	0,734
17	▲ (4)	 Acre	0,751	0,729
18	▼ (5)	 Roraima	0,750	0,754
19	▲ (3)	 Bahia	0,742	0,715
20	▲ (3)	 Sergipe	0,742	0,706
21	▼ (2)	 Rio Grande do Norte	0,738	0,710
22	▼ (2)	 Ceará	0,723	0,698
23	▼ (5)	 Pernambuco	0,718	0,691
24	—(0)	 Paraíba	0,718	0,685
25	—(0)	 Piauí	0,703	0,667
26	▲ (1)  Maranhão	0,683	0,655	
27	▼ (1)	 Alagoas	0,677	0,648

- ▲ = aumento nos dados de 2005 – comparado aos dados de 2000;
- — = dados de 2005 mantiveram-se os mesmos de 2000;
- ▼ = diminuição nos dados de 2005 – comparada aos dados de 2000 (Fonte: IBGE / PNUD)

A exemplo do conjunto regional, o Pará apresenta, em seu quadro educacional, carências significativas em todas as dimensões: número insuficiente e baixa qualificação do corpo docente (nos três níveis de ensino); alto índice de analfabetismo (cerca de 15%, um dos maiores do país); indicadores sofríveis no IDEB (o pior do país, segundo o MEC); **elevada desproporção entre o número de pessoas que demandam o ensino superior e o número de vagas ofertado**; ínfima formação pós-graduada dos profissionais em atuação no mercado de trabalho.

#### IDEB DOS ESTADOS

Posição	Estado	Região 12reqüentad	IDEB
1	 Distrito Federal	Centro-Oeste	5,6
1	 Minas Gerais	Sudeste	5,6
3	 São Paulo	Sudeste	5,5
4	 Paraná	Sul	5,4
5	 Santa Catarina	Sul	5,2
6	 Espírito Santo	Sudeste	5,1
7	 Goiás	Centro-Oeste	4,9
7	 Mato Grosso	Centro-Oeste	4,9
7	 Rio Grande do Sul	Sul	4,9
10	 Rio de Janeiro	Sudeste	4,7
11	 Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	4,6
12	 Tocantins	Norte	4,5
13	 Ceará	Nordeste	4,4
14	 Acre	Norte	4,3
14	 Rondônia	Norte	4,3
14	 Roraima	Norte	4,3
17	 Pernambuco	Nordeste	4,1
18	 Piauí	Nordeste	4,0
19	 Amazonas	Norte	3,9
19	 Maranhão	Nordeste	3,9
19	 Paraíba	Nordeste	3,9
19	 Rio Grande do Norte	Nordeste	3,9
23	 Amapá	Norte	3,8
23	 Bahia	Nordeste	3,8
23	 Sergipe	Nordeste	3,8
26	 Alagoas	Nordeste	3,7
27	 Pará	Norte	3,6

Fonte: MEC

## 2.2 Município de Belém

A Região Metropolitana de Belém (RMB), criada por Lei Complementar federal em 1973, alterada em 1995, é uma conurbação com cerca de dois milhões e duzentos mil habitantes, segundo estimativas populacionais, para 2008, realizadas pelo IBGE. É a área metropolitana mais populosa da Região Norte e uma das cinco maiores regiões

metropolitanas brasileiras, a décima do Brasil e a 179ª do mundo. É a décima nona região metropolitana do país em qualidade de vida, e a primeira no Norte-Nordeste.

A RMB compreende os seguintes municípios, com uma população total de 2.141.018 habitantes, em 2008:

**REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM  
POPULAÇÃO – 2008**

<b>Município</b>	<b>População</b>
Ananindeua	505.512
Belém	1.473.298
Benevides	46.611
Marituba	101.158
Santa Bárbara do Pará	14.439
	2.141.018

Fonte: IBGE.

Incluindo a região do “Entorno de Belém”, uma extensa área urbana formada por cidades, vilas e vilarejos, que compreende municípios em um raio de até 60 quilômetros, a população chega a três milhões de pessoas, ainda segundo a estimativa do IBGE para 2008.

O ensino médio, no município de Belém apresenta desenvolvimento razoável. Dispõe de 80 escolas de nível médio, com um total de 205 mil matrículas, com previsão de 58 mil concluintes (IBGE, 2008).

Em 2009, as instituições de ensino superior (IES), localizadas no Estado do Pará, tinham 30.445 alunos matriculados em seus cursos de graduação presenciais, número inexpressivo frente às necessidades do estado, com o agravante do crescimento populacional a uma taxa anual de cerca de 3%, superior à média do país. Considerados os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda da população paraense fornecidas pelas estatísticas oficiais (apenas 47% da média nacional / IBGE), constata-se que o acesso ao ensino superior ainda é restrito às camadas de elevado poder aquisitivo, caracterizada a falta de maiores oportunidades de formação para o restante da maioria da população, fenômeno que responde (e explica) parte considerável desses baixos indicadores e o fraco desempenho da economia local. Fonte Inep(2008)

Do total de vagas oferecidas nos diversos processos seletivos em 2008 pelas instituições públicas e privadas – 44,281 vagas – concorreram 145.804 candidatos. Sobraram, eliminados pelos processos seletivos, 101.523 candidatos, que só tem crescido com o passar dos anos, com a conclusão de alunos do ensino médio (Fonte Inep/2008).

Não obstante, há de se considerar uma significativa demanda reprimida, representada pelo alto índice de desistência de estudantes do ensino médio, que não chegam, por isso, a aspirar seu ingresso no ensino superior (mas que tendem, a médio prazo, a alargar o universo das demandas). Apesar dos avanços do IDH (crescimento de 0,710 para 0,815 na última década), constata-se que o nível educacional da população urbana de 10 anos ou mais de idade ainda é muito baixo, posto que a média de anos de estudo dessa população é de 6 anos para o Estado e de pouco mais de 7 para a região metropolitana de Belém, uma das mais baixas do país. Quanto à população de 25 anos ou mais de idade, mais da metade (perto de 60%) possui menos de 8 anos de estudo.

Neste quadro, avanços têm sido realizados, mas ainda muito aquém das necessidades sociais postas. Registre-se a ampliação da oferta das vagas públicas em educação superior, sobretudo das instituições federais, graças ao Programa REUNI, do Governo Federal. Majoritariamente, essas vagas têm sido corretamente canalizadas para os municípios do interior do estado, mais que a capital, por certo, carentes de oportunidades. No que toca à região metropolitana de Belém, com crescimento populacional que a aproxima dos três milhões de habitantes, incluindo o seu entorno, a oferta continua

(negativamente) desproporcional ao aumento demográfico, e tem cabido, sobretudo, à expansão do setor privado o atendimento majoritário dessa demanda em crescimento.

Há de se considerar, igualmente, a forte tendência do mercado de trabalho local, sobretudo na região metropolitana – pela própria expansão dos serviços e das atividades especializadas –, de passar a exigir níveis de profissionalização cada vez mais elevados e atualizados, fenômeno que sinaliza para as instituições de ensino superior a importância da criação, manutenção e diversificação de cursos de pós-graduação e demais modalidades de educação continuada, particularmente em campos de atuação afinados com as demandas sociais mais emergentes. O poder público e as instituições a ele vinculadas, diante de tamanha complexidade, já se mostram incapazes de satisfazer a todas as exigências desse mercado em expansão, impondo-se, como alternativa, o preenchimento dessas funções pela iniciativa privada, mais flexíveis e ágeis – pela própria natureza de sua autonomia institucional – em responder, com prontidão, às transformações em curso.

O Plano Nacional de Educação 2001/2010 pretendia matricular, em 2010, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. O projeto de lei que aprovada o PNE 2011/2020, pretende estender esse percentual para 33%, sendo lícito afirmar que, em 2010 esse percentual não alcança, sequer, 13%. Configura-se, portanto, um brutal déficit na oferta de vagas e matrícula nos cursos superiores, em nível nacional, agravando-se, sobremaneira, em nível regional – Belém, sua região metropolitana e o Estado do Pará.

A Amazônia, como um todo, e o estado do Pará, dentre as unidades federativas que a constituem, ainda representam um enorme desafio nacional na medida em que apresentam – relativamente ao estágio alcançado pelo restante do país – a mais baixa proporção entre população e nível de escolarização, com destaque para a insuficiência de vagas e oportunidades em educação superior, com repercussões negativas nada desprezíveis na oferta de serviços de qualidade e em iniciativas empreendedoras, em todos os setores da vida social. Ainda que o Estado brasileiro – como é notório – tenha expandido a oferta do ensino universitário nos últimos anos, privilegiando inclusive a sua interiorização (caso do programa REUNI), ainda assim, graças às debilidades acumuladas do passado, regiões como o Norte brasileiro e seus principais pólos urbanos permanecem deficitários quanto à disponibilidade de profissionais capacitados, sobretudo em campos e competências de significativa relevância social e econômica, como a saúde, a proteção ambiental, a formação de professores, gestão e planejamento e os cursos de formação tecnológica.

A educação em geral e a superior (de qualidade), em especial – que tem por incumbência formar os formadores do sistema de ensino e os demais profissionais das várias áreas de conhecimento –, despontam, assim, como focos prioritários de investimento social, razão por que a somatória de esforços nesta direção, inclusive do setor privado, se traduz em premissa e fundamento estratégico de uma ação coletiva em favor da geração do principal fator da cadeia do desenvolvimento, o capital humano, sem o que não se ultrapassa o atual estágio de carências e não se estabelece a inércia positiva e auto sustentada do progresso social.

Os cursos e programas de educação superior da FAMAZ – implantados e propostos no PDI – têm os seus projetos pedagógicos vocacionados para a região, com destaque para o desenvolvimento sustentável, além de ofertarem vagas que ampliam as possibilidades de acesso ao ensino de graduação aos habitantes na faixa etária de 18 a 24 anos de idade e os demais, reduzindo o déficit de matrículas na região, nesse nível de ensino, e contribuindo preponderantemente para uma formação qualificada de cidadãos e profissionais responsáveis pela preservação do meio ambiente, a eliminação ou redução dos desníveis regionais e socioeconômicos.

A inserção regional da FAMAZ pode ser aferida, também, por suas parcerias, mediante convênios, acordos, protocolos ou contratos com as organizações públicas e privadas da Região Metropolitana de Belém. A FAMAZ mantém convênio com as seguintes organizações, entre outras:

- CIEE (Centro de Integração Empresa Escola);

- IEL (Instituto Euvaldo Lodi);
- CPRM (Serviço Geológico do Brasil);
- SEAD (Secretária Executiva de Estado de Administração do Estado do Pará);
- TCM (Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará);
- SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia);
- SESCOOP/PA (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará);
- Ministério Público do Trabalho;
- Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região.

### 2.3 Educação em números

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas 2007

<b>Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
Brasil	11,0	11,3	10,8	8,4	25,0
Norte	11,5	12,8	10,4	8,9	20,0
Nordeste	21,9	24,0	20,0	16,4	36,4
<b>Pará</b>	<b>12,7</b>	<b>14,6</b>	<b>10,8</b>	<b>9,6</b>	<b>22,6</b>
Sudeste	6,5	5,8	7,2	5,7	17,2
Sul	5,9	5,2	6,5	5,1	9,8
Centro-Oeste	8,9	8,7	9,1	7,9	15,4

Fonte: IBGE, PNAD 2007.

Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2007

<b>Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>
Brasil	23,5	24,1	23,0	19,3	45,8
Norte	27,1	29,6	24,8	21,9	43,7
Nordeste	36,3	39,4	33,4	28,5	56,7
<b>Pará</b>	<b>29,8</b>	<b>33,5</b>	<b>26,4</b>	<b>23,9</b>	<b>48,7</b>
Sudeste	17,5	16,6	18,3	15,8	38,4
Sul	18,0	16,8	19,1	15,6	29,5
Centro-Oeste	21,4	21,9	20,9	18,9	36,8

Fonte: IBGE, PNAD 2007.

Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino dos estudantes, por nível e rede de ensino frequentado, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2007

<b>Grandes</b>			

Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fundamental	Médio	Superior
	Pública – Particular	Pública – Particular	Pública – Particular
Brasil	89,0 – 11,0	85,6 – 14,3	24,7 – 75,3
Norte	93,2 – 6,8	89,9 – 10,1	45,0 – 55,0
Nordeste	89,7 – 10,3	87,7 – 12,3	40,1 – 59,9
<b>Pará</b>	<b>91,5 – 8,4</b>	<b>86,6 – 13,4</b>	<b>42,3 – 57,7</b>
Sudeste	86,9 – 13,1	83,9 – 16,1	16,6 – 83,4
Sul	90,5 – 9,5	85,2 – 14,8	22,3 – 77,7
Centro-Oeste	87,7 – 12,3	84,5 – 15,5	27,3 – 72,7

Fonte: IBGE, PNAD 2007.

Estudantes de 18 a 24 anos de idade, total e respectiva distribuição percentual, por nível de ensino 16 frequentado, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas – 2007

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Total	Fundamental	Médio	Superior	Outros
Brasil	7705725	14,4	37,3	35,9	12,3
Norte	699194	18,3	44,5	21,1	16,1
<b>Pará</b>	<b>346105</b>	<b>19,6</b>	<b>44,8</b>	<b>17,6</b>	<b>18,0</b>
Nordeste	2472752	27,0	43,4	17,7	11,9
Sudeste	2994934	7,4	33,8	46,6	12,3
Sul	978009	4,2	28,1	55,1	12,6
Centro-Oeste	560836	9,9	35,9	44,4	9,8

Fonte: IBGE, PNAD 2007.

Inserida neste contexto regional e educacional, no período de setembro de 2007 a 2013, uma vez credenciada e implantada, a FAMAZ desenvolve suas políticas, metas e ações consignadas em seu primeiro PDI, voltadas para uma inicial contribuição à redução das desigualdades socioeconômicas regionais, isto graças à ampliação da oferta de mais oportunidades no sistema local de ensino superior e à efetiva realização de sua política de educação inclusiva.

Os cursos e programas de educação superior da FAMAZ, implantados e projetados neste PDI, procuram atender à sua inserção regional, com ênfase para o desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente e estudos sobre o patrimônio sociocultural e histórico da Amazônia e, em particular, da Região Metropolitana de Belém e do Estado do Pará. As demandas do desenvolvimento local e regional, a inclusão social, tecnologia, política e cultural são compromissos da FAMAZ, delineados em seu Projeto Pedagógico Institucional e em seu PDI. Os cursos e programas de educação superior da Famaz contribuem de forma significativa para o desenvolvimento local e regional, formando profissionais com ética e responsabilidade social e desenvolvendo programas de capacitação para o seu corpo docente e técnico-administrativo. As parcerias com as organizações públicas e privadas de Belém e região e a sociedade civil organizada são instrumentos valiosos para o desenvolvimento da política de inserção regional da FAMAZ, para cumprir a sua missão e vocação institucional.

Desta forma, o curso de bacharelado em Ciências Contábeis contribui significativamente para o cumprimento da missão institucional da FAMAZ, na medida em que desenvolve, nesse projeto pedagógico de curso, constantes ações que visem à formação de um profissional em contabilidade, com visão ética, crítica e cidadã, procurando

desenvolver uma matriz curricular que esteja em sintonia com temas emergentes trabalhados em formas de cursos de extensão e iniciação científica articulados com a realidade local.

### **III FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA**

#### **3.1 Trajetória Histórica**

Desde 2007, a Faculdade Metropolitana da Amazônia pretende, com os seus projetos de cursos de graduação, dar a sua contribuição para o atingimento das seguintes metas:

- ampliar a oferta de educação superior no Estado do Pará;
- contribuir para a diminuição das desigualdades entre as regiões do País, numa região que necessita da formação de cidadãos e profissionais qualificados em nível superior, comprometidos com o desenvolvimento sustentável; e
- aumentar a oferta de cursos superiores de bacharelados.

O projeto de implantação e expansão da FAMAZ, como consigna o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aprovado pelo MEC pela Portaria nº 807, de 17 de agosto de 2007, abrange a oferta de cursos superiores de bacharelados destinados à formação de profissionais requeridos pela região, de acordo com o perfil profissiográfico e as diretrizes curriculares nacionais gerais para esse tipo de ensino superior.

#### **3.2 Diretrizes Institucionais e Pedagógicas**

Todas as diretrizes institucionais e pedagógicas citadas neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Contábeis da FAMAZ encontram-se em consonância com o Plano Pedagógico Institucional – PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

#### **3.3 Missão Institucional**

Formar profissionais de nível superior com visão de cidadania, espírito ético e domínio de competências específicas em seu campo de atuação, em todas as áreas de conhecimento sob responsabilidade da instituição, assim contribuindo para a consolidação e ampliação da oferta das condições humanas e tecnológicas necessárias à sustentabilidade do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região amazônica, com particular atenção para o contexto da cidade de Belém e do Estado do Pará, incluída a preservação de sua memória histórica e patrimônio cultural.

#### **3.4 Objetivos Institucionais**

**Numa perspectiva mais global, a FAMAZ, objetiva:**

- a) formar recursos humanos devidamente capacitados, nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção em seus respectivos setores profissionais e com visão de mundo para a atuação cidadã;
- b) promover metodologias pedagógicas em que o estudante seja o foco principal do processo de ensino-aprendizagem;
- c) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- d) priorizar a contratação de professores titulados em pós graduação, em níveis de doutorado e mestrado, e incentivar a sua permanente qualificação e atualização;
- e) fomentar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) promover o treinamento contínuo do quadro técnico e administrativo, a modernização das tecnologias de trabalho e do modelo de gestão institucional, com assimilação de paradigmas que apontem para uma melhor solução dos fatores sistêmicos em favor de uma maior produtividade administrativa e qualidade das atividades-fim;
- g) estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- h) estabelecer cooperação com todo o sistema de educação superior do estado, da região e do país, com estímulos ao intercâmbio, ao trabalho em rede, às iniciativas conjuntas em favor da melhoria das condições de atuação do conjunto das instituições;
- i) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica geradas na instituição;
- j) contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, da Região Metropolitana de Belém e do Estado do Pará, em particular, formando quadros e gerando conhecimento em vista do bem-estar social e a prosperidade do povo amazônico.

### **3.5 Áreas de Atuação**

A FAMAZ atua na área de Saúde com os cursos de Biomedicina e Enfermagem e, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e os Tecnológicos em Gestão Ambiental e Gestão Hospitalar.

### **3.7 Cursos de Pós-Graduação**

No eixo de Diversificação e Consolidação da Oferta Acadêmica tendo como objetivo geral buscar uma política de diversificação da oferta de cursos de graduação, na modalidade presencial, em áreas de conhecimento e de formação profissional de reconhecida necessidade social local, com consolidação dos cursos já existentes e abertura da pós-graduação e de outras iniciativas de educação continuada a partir dos núcleos acadêmicos mais qualificados e dinâmicos.

Criação de cursos de pós-graduação *lato sensu.*, em nível de especialização, prioritariamente, nas seguintes áreas: Gestão Estratégica de Pessoas, Gestão Pública e Gestão de Sistemas Integrados. A periodicidade de oferta dos cursos de pós-graduação *lato*

*sensu* obedecerá aos critérios de demanda social e missão institucional, sendo ofertados em cada semestre letivo, a partir do ano de implantação.

Desde janeiro de 2012 passou a ser ofertado o curso de pós graduação *latu sensu* em Controladoria, curso este ligado à coordenação do curso de ciências contábeis da FAMAZ, coordenado por um docente do curso. Ainda em estudos e planejamento os cursos de gestão pública e tecnologia da informação em contabilidade estão programados para que sejam ofertados como de pós graduação também *latu sensu*.

## **IV PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

### **4.1 Identificação**

Denominação: Curso de Ciências Contábeis

Modalidade: Bacharelado Presencial

Total de vagas anuais:

200 anuais, com duas entradas anuais; 100 por turno.

Dimensões da Turma:

50 alunos nas aulas expositivas e 25 nas aulas e atividades práticas, podendo essa dimensão ser menor, de acordo com a metodologia de ensino da disciplina, aprovada pelo Colegiado de Curso.

Turnos de Funcionamento:

vespertino e noturno

Regime de Matrícula:

Seriado Semestral.

Carga horária total:

3.000 horas.

#### **Duração para Integralização Curricular do Curso**

Mínima = quatro (oito semestres) anos e, no máximo, oito (dezesesseis semestres) anos letivos

#### **Diploma**

Bacharel em Ciências Contábeis.

### **4.2 Concepção do Curso**

A Faculdade Metropolitana da Amazônia consciente do potencial regional e pensando no progresso da cidade de Belém concebeu este curso de Ciências Contábeis, partindo da premissa de que a sociedade paraense necessita de profissionais da área de contabilidade, para o momento histórico que vive.

Portanto, o curso de Ciências Contábeis, proposto pela FAMAZ tem a perspectiva de preparar cidadãos para o exercício de uma profissão capaz de contribuir para o processo de gestão das organizações, contribuindo para gerar informações que demonstrem transparência, equidade e compreensibilidade em todos os relatórios, demonstrativos e demais documentos de origem contábil, tanto no âmbito público quanto privado, sendo então capaz de suprir as necessidades dos usuários das informações contábeis quando do processo de tomada de decisões que impliquem conhecimento sobre a situação patrimonial de uma entidade. A formação profissional em contabilidade proposta pela FAMAZ, deve também, preparar o acadêmico para o exercício das funções de Gerência nos diversos segmentos de gestão e áreas afins.

A consolidação dos conteúdos é estimulada pela realização de atividades de iniciação científica e estágio supervisionado, visando aliar teoria e prática, binômio imprescindível para a inserção dos egressos no mercado de trabalho.

O Bacharel em Ciências Contábeis é um profissional apto ao desempenho de funções técnicas, acessível à sociedade e ao domínio do conhecimento e que, por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal, busque sempre o aperfeiçoamento e a adequação dos serviços contábeis a que se destina.

A articulação entre as diversas áreas de conhecimento que contribuem para a formação em Ciências Contábeis será alcançada por meio dos conteúdos definidos nas disciplinas que compõem a matriz curricular, permitindo não apenas flexibilidade curricular, como também desenvolver nos alunos vocações, interesses e potenciais específicos individuais focados nas áreas do curso.

Atividades estas, consideradas como parte inerente ou integrante dos processos de produção de conhecimento, que deverão ter caráter educativo no sentido de tornar as pessoas aptas a utilizarem o conhecimento em suas próprias situações de vida, de forma a não se transformarem em atividades sem objetivos educacionais, definidos no campo de trabalho do Contador.

Com este enfoque o Curso de Ciências Contábeis da FAMAZ busca fornecer aos alunos um sólido embasamento técnico, aliando teorias e práticas existentes na área de Contabilidade sem desviar-se da formação geral de natureza humanística e social para permitir a compreensão do relevante papel que o profissional da contabilidade ocupa na sociedade contemporânea.

O presente Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da FAMAZ substitui o PPC aprovado em 2010, haja vista a necessidade de adequação do curso à realidade do mercado, com enfoque maior das disciplinas à prática profissional. Todo o projeto foi elaborado em plena consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas pela Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

#### **4.3 OBJETIVOS DO CURSO**

No mundo do trabalho atual, a busca contínua de aprimoramento e desenvolvimento enseja expressivos aumentos de qualidade e produtividade, assim, o Curso de Ciências Contábeis da FAMAZ, tem como objetivo a formação de profissionais de nível superior, habilitados ao exercício de um conjunto de tarefas pertinentes à área de Contabilidade, fornecendo à sociedade cidadãos não só com habilidades e competências generalistas, mas também política, ética e cultural.

A concepção generalista na formação profissional não inviabiliza a incursão por especialidades importantes de atuação do profissional contábil, como perícia e auditoria contábil, como também pela inserção do profissional contábil no contexto econômico, social e geográfico da região amazônica, razão pela qual determinadas disciplinas deverão incursionar, em seus conteúdos, pelos problemas da região amazônica.

Assim, a disciplina contabilidade ambiental, por exemplo, deverá abordar tópicos como contabilização dos créditos de carbono como evidenciação do compromisso

organizacional com a preservação ambiental aliada ao desenvolvimento econômico local, assim como a mensuração e evidenciação dos passivos ambientais.

A disciplina ética e responsabilidade sócio ambiental devera abodar, em seus conteúdos, a dimensão da responsabilidade social e ambiental nas organizações empresariais sediadas na região amazônica.

#### A) GERAIS

Promover a formação do Bacharel em Ciências Contábeis, capacitando-o com conhecimentos teóricos e práticos que permitam:

- promover o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao exercício da Contabilidade em consonância com as ciências afins;
- o atendimento às demandas da sociedade em geral, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e em particular, permitindo ao egresso a atuação junto às organizações públicas e privadas que a integram;
- assegurar condições de aprofundamento e aprimoramento de seus conhecimentos específicos por meio de estágios, atividades práticas desenvolvidas no laboratório contábil, pesquisas e programas de pós-graduação;
- Preparar profissionais para as novas situações e desafios que o mundo, em processo contínuo de desenvolvimento vem impondo à sociedade e aos indivíduos, com ênfase nos processos de mudanças ocasionados com a vigência das normas internacionais de contabilidade;
- Contribuir na formação de profissionais aptos a participar de atividades multidisciplinares e interdisciplinares de interesse regional e nacional;
- Promover a integração do ensino, da pesquisa e da extensão no processo de construção do saber e de formação profissional;
- Garantir a sincronia entre teoria e prática no processo ensino-aprendizagem, sendo destinadas, em determinadas disciplinas, uma quantidade de horas-aula para o exercício de atividades práticas vivenciadas nas organizações;
- Contribuir para a democratização e socialização do conhecimento através do acesso de profissionais a cursos superiores.

#### B) ESPECÍFICOS

- Promover o uso das novas tecnologias da informação e comunicação de forma a desenvolver o letramento informacional e tecnológico;
- Fornecer ferramentas de auxílio ao egresso de forma que possibilitem o exercício das atividades de planejamento, supervisão, orientação, controle e execução dos serviços de contabilidade em geral;
- Qualificar o aluno para desenvolver avaliação e estudo da gestão patrimonial;
- Desenvolver habilidades para elaboração, análise, interpretação e consolidação das demonstrações contábeis;
- Desenvolver habilidades para a realização de auditagens, perícias e arbitragens contábeis e fiscais;
- Capacitar o egresso ao exercício de consultoria e assessoria contábil e fiscal;
- Qualificar o aluno a acompanhar, registrar e elaborar prestações de contas dos gastos realizados pelos órgãos públicos da Administração Direta e Indireta, no âmbito federal, estadual ou municipal.
- Capacitar profissionais com habilidade de desenvolver soluções utilizando o senso de observação e abstração;

- Evidenciar a prática profissional no ensino, possibilitando ao aluno vivências de situações cotidianas da atuação do profissional da contabilidade, ao longo de todo o curso;
- Despertar o espírito de busca e capacidade criativa, estimulando o senso empreendedor do estudante, habilitando-o para o desenvolvimento e solução de problemas novos;
- Ampliar os conhecimentos específicos dos estudantes, em conformidade com as novas tendências do mercado, especialmente nas suas vocações regionais;

A efetiva implementação do curso de Ciências Contábeis demonstra excelente atendimento aos objetivos do mesmo, expressando os compromissos institucionais em relação às funções da FAMAZ.

#### 4.4 Metodologia de ensino

A metodologia de ensino utiliza técnicas e métodos adequados aos objetivos do curso e ao perfil desejado do egresso, com ênfase para:

- **Técnicas de exposição do professor**, na forma de aulas expositivas nas suas formas participativa e dialogada, consideradas como necessárias para introduzir um novo assunto, propiciar uma visão global e sintética, esclarecer conceitos e concluir estudos;
- **Técnicas centradas no aluno**, na forma de estudos de texto e de casos e de estudos dirigidos (ou orientados), que objetivam desenvolver a capacidade de estudar um problema de forma analítica e sistemática e fomentem as habilidades de compreensão, de interpretação, de análise crítica, de criação de textos e de preparação para o enfrentamento de situações complexas;
- **Técnicas de elaboração conjunta**, em especial mesas-redondas e seminários, que objetivem proporcionar a contribuição conjunta dos professores e dos alunos, na reflexão coletiva de temas relevantes, a fim de que se possa chegar a uma tomada de posição, tanto de caráter teórico, quanto prático, acerca dos mesmos;
- **Técnicas de trabalho em grupo**, objetivando em especial oferecer ao educando a oportunidade de participar, quer formulando perguntas ou respostas, ou expressando opiniões e posições ou aprofundando a discussão de um tema ou problema relevante para sua formação.

O professor terá, contudo, liberdade para a utilização de todas as demais técnicas, contando com o apoio em tecnologia educacional viabilizada pela instituição.

A utilização de pesquisas pontuais nas diversas disciplinas que compõem o currículo do Curso será também uma opção metodológica, sendo essas orientadas pelos respectivos professores.

As práticas serão desenvolvidas nas disciplinas que atendam a tal perfil, preponderantemente, durante a realização do estágio supervisionado.

As metodologias usadas no desenvolvimento dos componentes curriculares do curso e das atividades extracurriculares estão comprometidas com o desenvolvimento pleno do projeto pedagógico do curso, resultando, de forma excelente, na formação de sujeitos autônomos e de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável.

## **4.5. Sistema de Avaliação**

### **4.5.1 Avaliação da aprendizagem**

O sistema de avaliação do desempenho acadêmico é disciplinado, para todos os Cursos da FAMAZ, pelo Regimento da IES. Tais normativas internas dispõem que o rendimento acadêmico é aferido tomando-se por base a frequência e o aproveitamento do discente em cada disciplina. A avaliação ocorre durante o período letivo mediante verificações parciais, atividades curriculares, provas escritas e individuais de avaliação da disciplina, de primeira e segunda Avaliação Regimental e provas substitutivas, expressando-se o resultado de cada avaliação em notas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, em número inteiro ou em número inteiro mais cinco décimos. Os erros gramaticais de Língua Portuguesa devem ser considerados no resultado de cada avaliação. São atividades curriculares as preleções, pesquisas, arguições, trabalhos práticos, seminários, estágios, provas escritas, orais e práticas, previstas nos respectivos planos de ensino aprovados pelo Núcleo de Apoio Docente e Discente (NADOC) e Coordenação do Curso.

As (Avaliações Regimentais) ARs apresentam duas categorias de questões (questões objetivas e discursivas), distribuídas em 10 (dez) questões, sendo 60% (sessenta por cento) - 6 (seis) questões objetivas e 40% (quarenta por cento) – 4 (quatro) questões discursivas, conforme preconiza a Portaria DG nº 05/2010, que dispõe sobre a elaboração e correção das Avaliações Regimentais, sendo considerados, para os critérios de correção gramatical, a avaliação conjunta da ortografia, acentuação, pontuação, coesão e coerência.

Para a aprovação, os discentes precisam obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), que obtiver nas avaliações média igual ou superior a 7 (sete) pontos, através de média aritmética simples das notas das duas avaliações bimestrais realizadas durante o período letivo ou após submeter-se à prova substitutiva.

Considera-se dependência a situação acadêmica de reprovação, em razão de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), em razão de resultados insuficientes nas avaliações, cuja média for menor que 7 (sete) no somatório das avaliações regimentais.

O discente que estiver reprovado em 4 (quatro) ou mais disciplinas, não poderá obter promoção para o período letivo seguinte, e ficará obrigado a cursar as disciplinas pendentes, não ascendendo para o próximo período.

Os procedimentos de avaliação são coerentes com a concepção do Curso, na medida em que a avaliação pode ser realizada através de diversas atividades curriculares que vão além dos instrumentos tradicionais. Tais atividades favorecem uma visão

interdisciplinar e crítica sobre as Ciências Contábeis, pois relacionam as disciplinas e as diversas áreas de abordagem, explorando conteúdos suplementares aos conteúdos programáticos, bem como permitem aos discentes estabelecer uma relação inovadora com o objeto que pesquisam, questionando e não apenas reproduzindo o que aprendem.

Dessa forma, os procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis têm por objetivo congrega o saber para uma formação multidisciplinar, voltada à percepção crítica e analítica do contexto social. Os mecanismos de avaliação permitem concretizar esse objetivo através da realização de diversas atividades de avaliação, incentivando a participação ativa dos estudantes no processo de construção de seu conhecimento.

#### **4.5.2 Avaliação Institucional e do curso**

O Programa de Avaliação Institucional da Faculdade Metropolitana da Amazônia (PAI-FAMAZ) foi elaborado para atender à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e cria a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

O Programa foi elaborado com base na Portaria MEC nº 2.051, de 9/7/2004, e nos documentos *Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições* e *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, editados pelo INEP. O PAI\_FAMAZ integra o PDI, anexo a este.

O PAI-FAMAZ será implantado e desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), a ser constituída após o credenciamento da Faculdade Metropolitana da Amazônia, contemplando a avaliação dos cursos de graduação.

O processo de autoavaliação deve fornecer uma visão global da instituição sob uma dupla perspectiva, segundo o documento *Diretrizes para a Auto-avaliação das Instituições*:

- a. o objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da instituição, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais. Está compreendida, na avaliação da instituição, a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional com vistas a repensar sua missão para o futuro e
- b. os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativos e membros da comunidade externa, especialmente, convidados ou designados.

O PAI-FAMAZ tem como principais objetivos:

- gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados;

- pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição;
- identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos;
- aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos;
- prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, o PAI-FAMAZ deve sistematizar informações, analisar coletivamente os significados das realizações, desvendar formas de organização, administração e ação, identificar pontos fortes e potencialidades, bem como pontos fracos, e contribuir com estratégias de superação de problemas.

O PAI-FAMAZ pressupõe algumas condições fundamentais, a saber:

- *equipe de coordenação* – a CPA-FAMAZ – para planejar e organizar as atividades, manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da instituição, e refletir sobre o processo;
- *participação dos integrantes da instituição*, pois o envolvimento dos atores – por diferentes que sejam entre si – auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação;
- *compromisso explícito dos dirigentes* das instituição em relação ao processo avaliativo;
- *informações válidas e confiáveis*: a informação fidedigna é o elemento fundamental do processo avaliativo e sua disponibilização pelos órgãos pertinentes da instituição é prioritária;
- *uso efetivo dos resultados*: o conhecimento que a avaliação interna proverá à comunidade institucional deve ter uma finalidade clara de planejar ações destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional;
- *avaliação externa*: os resultados da auto-avaliação precisam ser submetidos ao olhar externo de especialistas; uma visão externa à instituição pode corrigir eventuais erros de percepção produzidos pelos agentes internos, atuando como um instrumento cognitivo, crítico e organizador das ações da instituição e do MEC.

O processo de auto-avaliação (institucional e de cursos) é conduzido sob a responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA-FAMAZ), o órgão responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional da Faculdade.

A CPA-FAMAZ está constituída por ato do Diretor, com a seguinte composição:

- a) Diretor Acadêmico, seu coordenador;
- b) um representante do corpo docente;
- c) um representante do corpo discente;
- d) um representante do corpo técnico-administrativo;

- e) um representante da entidade mantenedora;
- f) um representante da sociedade civil organizada.

O processo de autoavaliação dos cursos de graduação será centralizado nos seguintes aspectos:

- objetivos do curso;
- perfil do egresso;
- organização curricular, com ênfase para os seguintes aspectos particulares:
  - coerência do currículo com os objetivos do curso;
  - coerência do currículo com o perfil desejado do egresso;
  - coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
  - adequação da metodologia de ensino à concepção do curso;
  - interrelação das disciplinas na concepção e execução do currículo;
  - dimensionamento da carga horária das disciplinas;
  - adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
  - adequação, atualização e relevância da bibliografia;
- metodologias de ensino;
- avaliação da aprendizagem;
- participação dos discentes nas atividades acadêmicas;
- estágio supervisionado;
- atividades complementares;
- trabalho de curso;
- corpo docente: titulação, experiência profissional (docente e não-docente), condições de trabalho (dedicação ao curso, capacitação e atuação e desempenho acadêmico);
- infra-estrutura acadêmica (secretaria, biblioteca, laboratórios e serviços específicos).
- práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

Será levado em consideração no processo de auto-avaliação a avaliação externa, de iniciativa da própria Faculdade e a desenvolvida pelo Ministério da Educação, por conta de sua responsabilidade de supervisão das IES integrantes do Sistema Federal de Ensino e nos processos de avaliação das condições de ensino, especialmente, para o reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.

As atividades acadêmicas específicas do curso de Ciências Contábeis envolverão os alunos durante todos os semestres, concebendo-lhes uma visão abrangente do mundo da gestão, atribuindo-lhes competências e habilidades articuladas com os objetivos do curso, preparando-os para o mercado de trabalho.

Os mecanismos de autoavaliação apresentam excelente funcionamento, havendo efetivas ações acadêmico-administrativas em decorrência dos relatórios produzidos pela CPA. As avaliações externas a serem aplicadas ao curso serão objeto de apropriação da CPA e da Coordenadoria do Curso, para o constante aperfeiçoamento e melhoria das condições de oferta do curso.

#### **4.6 PERFIL DO EGRESSO**

O Curso de Ciências Contábeis da FAMAZ prima por uma formação com base nos princípios ético-profissionais, objetivando construir e desenvolver com o discente, conhecimentos teóricos e práticos da Ciência Contábil; Conhecimentos da teoria contábil enquanto sustentáculo necessário ao bom entendimento dos desdobramentos práticos da contabilidade, bem como do necessário entendimento do desenvolvimento histórico e institucional do conhecimento contábil. Conhecimento de Legislação Societária, Trabalhista, Previdenciária, Tributária e suas aplicações no cotidiano das organizações; Conhecimentos de Economia, Administração e Direito, relacionados ao exercício da profissão contábil, visando formar profissional capaz de desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, exercendo as atribuições e prerrogativas que lhes são prescritas através de legislação específica.

O domínio das novas tecnologias também se impõe como componente de formação, na medida em que as organizações buscam, quer por imposição legal, quer pela necessidade de mercado, atender às necessidades tecnológicas estabelecidas para o exercício de suas funções.

O perfil do egresso formado pela FAMAZ também deve contemplar conhecimentos de sociologia, psicologia e filosofia relacionados à compreensão do papel do profissional na sociedade, que procura relacionar tais conhecimentos com o desenvolvimento de sua profissão contábil e o exercício da cidadania.

Também é importante enfatizar a necessidade da inserção do profissional contábil formado pela FAMAZ no contexto das mudanças dos padrões locais das normas contábeis, que estão convergindo para um padrão de normas internacionais emanadas do *International Accounting Standards Board* – IASB. Razão pela qual os pronunciamentos contábeis emanados do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de pronunciamentos Contábeis estão inseridos nas disciplinas específicas do curso, estando tais conteúdos, contemplados no ementário das disciplinas em seu ementário o estudo das normas internacionais de contabilidade.

Cabe ainda destacar o papel do profissional contábil que exerce suas funções na região amazônica, devendo também se tornar um profissional atento aos aspectos econômicos, sociais e ecológicos e culturais que dizem respeito ao contexto regional. Por este motivo, estão contempladas, na matriz curricular, disciplinas como contabilidade societária, contabilidade avançada, tópicos contemporâneos. Desta forma, podemos classificar tal perfil em 3 (três) marcos referenciais:

#### A) APTIDÕES ESPERADAS

Os egressos do Curso de Ciências Contábeis estarão capacitados para:

- Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas, ecológicas e financeiras, em âmbito regional, nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com plena utilização de inovações tecnológicas;
- Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

#### B) SITUAÇÕES COTIDIANAS

Situações cotidianas que o egresso deverá ser capaz de:

- Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis;

- Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores para a cidadania;
- Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica e analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

### C) EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

Dentre as várias funções que o egresso do Curso de Ciências Contábeis poderá exercer no Mercado de Trabalho, destacam-se:

- Planejador tributário e Analista financeiro;
- Contador geral, contador de custos e contador gerencial;
- Cargos administrativos;
- Auditor interno e auditor externo;
- Atuário;
- Consultor contábil;
- Empresário contábil;
- Perito contábil;
- Professor, pesquisador, escritor, parecerista, conferencista;
- Contador público, agente fiscal de rendas, membro de tribunais.

O perfil do egresso é congruente com o perfil delineado nas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Ciências Contábeis e atende integralmente ao comprometimento do curso e da FAMAZ com o desenvolvimento regional sustentável.

## 4.7. Currículo do curso

### 4.7.1 Organização

O Planejamento Curricular idealizado para o curso de Ciências Contábeis ora proposto é resultante, fundamentalmente, da reflexão sobre sua missão, concepção e seus objetivos, bem como, o Parecer CES/CNE nº 289/2003 e a Resolução nº 10/2004, que trata

das Diretrizes Curriculares para a área. Também foram consideradas as características especiais do profissional que se pretende formar, voltado para a área da Contabilidade.

O currículo é ofertado na sua forma seriada semestral, sendo integralizado em oito semestres, ou seja, no mínimo quatro anos e no máximo em doze semestres ou seis anos. A oferta das disciplinas dar-se-á em blocos de cinco disciplinas por semestre, com exceção nos dois últimos, quando os alunos cursarão seis disciplinas em cada, haja vista a inclusão das disciplinas de Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, voltadas para a aplicação prática sobre temas relacionados ao mercado de trabalho contábil.

A interdisciplinaridade dar-se-á de forma horizontal abrangendo disciplinas de um mesmo período, e vertical com envolvimento de disciplinas de períodos diferentes.

As atividades complementares da área de Ciências Contábeis compõem a carga horária total do curso, em observância as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas para o curso, servindo também, como instrumentos da interdisciplinaridade e como ambiente propício ao desenvolvimento de novos campos ou temas emergentes. Essas atividades concedem flexibilidade curricular ao curso, proporcionando a oferta de conteúdos variáveis, contemporâneos aos avanços e às mudanças da sociedade, da ciência e da tecnologia.

As Atividades Complementares no curso de Ciências Contábeis vão proporcionar, já a partir do primeiro semestre do curso, o contato do aluno com os temas tanto da área contábil quanto de formação geral.

Entre as disciplinas básicas e instrumentais incluem-se aquelas de formação geral consideradas fundamentais para o exercício profissional de Ciências Contábeis e que se constituem em sustentáculos do aprendizado das demais disciplinas.

Na formação profissional específica incluem-se disciplinas voltadas para a área das Ciências Contábeis que permitirão aos egressos do curso a inserção no processo contínuo de aprendizagem, através da pós-graduação, notadamente, nos segmentos de Auditoria e Controladoria, Perícia Contábil, Contabilidade Pública e Gestão Financeira.

Em relação à aplicação prática dos conhecimentos contábeis adquiridos, o aluno conta com o apoio do laboratório contábil, nas disciplinas Estágio supervisionado I e II, bem como os programas de iniciação científica, monitoria e extensão da instituição, sendo que neste último caso, destaca-se o mutirão do imposto de renda, que é uma atividade de extensão, na qual os discentes elaboram declarações de imposto de renda das pessoas físicas.

Ainda dentro do enfoque da viabilização da prática contábil, é sugerido aos docentes das disciplinas Introdução à Contabilidade, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade aplicada ao setor público, Auditoria, Contabilidade e Planejamento Tributário, a adoção de 20 horas de atividades eminentemente práticas, que podem se efetivar através de visitas técnicas a empresas, órgãos de classe, testemunhos de profissionais com larga experiência na área, estudo de casos e outros instrumentos capazes de viabilizar experiências práticas em contabilidade.

#### 4.7.2 UMA NOVA MATRIZ CURRICULAR

A Matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da FAMAZ vigente até o primeiro semestre do ano de 2013 apresentava lacunas em relação a disciplinas consideradas fundamentais para a prática profissional. Buscou-se, através da elaboração deste novo PPC, adequar a realidade do curso, tornando-a mais próxima das exigências do mercado contábil.

Também foi detectada a necessidade de reestruturar a carga-horária das disciplinas, de modo a reduzir o período de aulas diárias, em especial no turno noturno, para que os alunos pudessem ser liberados das atividades em sala de aula mais cedo, haja vista os problemas de segurança pública enfrentados em nosso país, assim como o fato de que muitos discentes da FAMAZ moram em outros municípios..

Todos esses aspectos fizeram parte de um diagnóstico desenvolvido por uma equipe de trabalho nomeada pela coordenação do curso de ciências contábeis da FAMAZ, que fosse capaz de propor uma nova matriz curricular, com vigência a partir da turma que iniciasse no segundo semestre letivo do ano de 2013.

#### 4.8 Planejamento Curricular

O currículo do curso de Ciências Contábeis abrange uma seqüência de disciplinas e atividades ordenadas semestralmente em uma seriação considerada adequada para o encadeamento lógico de conteúdos e atividades. Inclui disciplinas que representam o desdobramento dos conteúdos indicados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Ciências Contábeis e outras julgadas necessárias à boa formação do alunado e sua regionalidade:

##### 4.8.1 Estrutura e Matriz Curricular

Período	Componentes curriculares	CH	Teoria	Prática
1º	Leitura e Produção de Textos <sup>(1)</sup>	60	60	0
	Matemática	60	60	0
	Economia	60	60	0
	Teoria Geral da Administração	60	60	0
	Direito Público e Privado	60	60	0

	<b>Carga horária do 1º período</b>	<b>30</b>	<b>300</b>	<b>0</b>
2º	Metodologia Científica (®)	60	60	0
	Psicologia	60	60	0
	Estatística	60	60	0
	Introdução à Contabilidade	60	60	0
	Teoria da Contabilidade	60	60	0
	<b>Carga horária do 2º período</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>0</b>
3º	Ciências Sociais	60	60	0
	Estrutura das Demonstrações Contábeis	60	60	0
	Contabilidade Intermediária	60	60	0
	Matemática Financeira	60	60	0
	Administração de Sistemas da Informação	60	60	0
	<b>Carga horária do 1º período</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>0</b>
4º	Administração Financeira Orçamentária I	60	60	0
	Legislação Trabalhista e Previdenciária	60	60	0
	Contabilidade Comercial	60	60	0
	Ética e Responsabilidade Socioambiental	60	60	0
	Contabilidade de Custos	60	60	0
	<b>Carga horária do 4º período</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>0</b>
5º	Administração Financeira Orçamentária II	60	60	0
	Contabilidade de Instituições Financeiras	60	60	0
	Contabilidade Societária	60	60	0
	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	60	60	0
	Legislação Tributária	60	60	0
	<b>Carga horária do 5º período</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>0</b>
6º	Optativa I (2)	60	60	0

	Noções de Atuária	60	60	0
	Contabilidade Avançada	60	60	0
	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	60	60	0
	Análise de Custos	60	60	0
	<b>Carga horária do 6º período</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>0</b>
<b>7º</b>	Optativa II <sup>(2)</sup>	60	60	0
	Contabilidade Fiscal e Tributária	60	60	0
	Análise das Demonstrações Contábeis	60	60	0
	Perícia Contábil e Arbitragem	60	60	0
	Elaboração e Análise de Projetos	60	60	0
	Estágio Supervisionado I	150	0	150
	<b>Carga horária do 7º período</b>	<b>450</b>	<b>300</b>	<b>150</b>

<b>Período</b>	<b>Componentes curriculares</b>	<b>CH</b>	<b>Teoria</b>	<b>Prática</b>
<b>8º</b>	Auditoria	60	60	0
	Controladoria	60	60	0
	Laboratório Contábil	60	60	0
	Tópicos Avançados em Contabilidade	60	60	0
	Optativa III <sup>(3)</sup>	60	60	0
	Estágio Supervisionado II	150	0	150
	<b>Carga horária do 8º período</b>	<b>450</b>	<b>300</b>	<b>150</b>
	Atividades Complementares	300	300	0
	<b>Carga horária total do curso</b>	<b>3.000</b>	<b>2.700</b>	<b>300</b>

(1) Modalidade semipresencial.

- (2) Disciplina à escolha do Colegiado de Curso, para atender à regionalidade ou ao perfil do egresso.
- (3) Disciplina à escolha do Colegiado de Curso, para atender à regionalidade ou ao perfil do egresso devendo, obrigatoriamente, ser incluída Libras como uma das opções, para atender à Lei nº 10.436, de 24/4/2002, **regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22/12/2005.**

#### **DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA:**

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>	<b>2.700 horas</b>
Atividades Complementares	300 horas
<b>DURAÇÃO PLENA DO CURSO</b>	<b>3.000 horas</b>

#### **4.8.2 Determinação da Hora Aula**

Vale registrar que a carga horária total do curso em tela está mensurada em unidades de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 2/7/2007:

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Neste sentido, as atividades acadêmicas e os trabalhos discentes efetivos, previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Bacharelado Presencial, que estão plenamente adequados às Diretrizes Curriculares Nacionais, respeitados o mínimo dos duzentos dias letivos, têm a duração de 60 (sessenta) minutos, disciplinados através da resolução nº 05, de 29 de setembro de 2009 do COSUP, conforme

a seguir se preconiza, estabelecendo que os cursos superiores oferecidos pela FAMAZ deverão:

Art. 1º Adotar nos Cursos de Graduação Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial, da FAMAZ os procedimentos quanto ao conceito de hora-aula que foi instituído pela Resolução CNE/CES Nº 3, de 2 de julho de 2007.

Art. 2º Instituir que as cargas horárias totais dos Cursos de Graduação Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial, serão mensuradas em horas de 60 (sessenta) minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Parágrafo Primeiro: As cargas horárias totais e os tempos de integralização dos Cursos de Graduação Bacharelados Presenciais estarão em consonância com a Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, e com a Resolução CNE/CES Nº 4, de 6 de abril de 2009 .

Parágrafo Segundo: As cargas horárias totais e os tempos de integralização dos Cursos de Graduação Superiores de Tecnologia Presenciais estarão em consonância com o Catálogo da SETEC/MEC.

Parágrafo Terceiro: As cargas horárias totais e os tempos de integralização dos Cursos de Graduação Licenciaturas Presenciais estarão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE/MEC.

Art. 3º Definir que as atividades acadêmicas e/ou os trabalhos discentes efetivos realizados nos Cursos de Graduação Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial, respeitado, o mínimo, dos duzentos dias letivos, terão duração de 60 (sessenta) minutos, sendo assim discriminados:

I – Atividades teóricas, aulas expositivas e preleções serão computadas 50 (cinquenta) minutos de exposição acrescido de 10 (dez) minutos de atividade extraclasse;

II - Aulas práticas serão computadas 50 (cinquenta) minutos de atividades práticas acrescido de 10 (dez) minutos de atividade extraclasse;

III - Atividades práticas supervisionadas nas dependências da IES serão computadas 50 (cinquenta) minutos de atividades supervisionadas acrescido de 10 (dez) minutos de atividade extraclasse;

IV - Atividades práticas supervisionadas fora da IES serão computadas 60 (sessenta) minutos;

V - Estágios curriculares supervisionados serão computados 60 (sessenta) minutos;

VI - Atividades complementares serão computadas 60 (sessenta) minutos.

VII – Trabalhos de Conclusão de Curso serão computados 60 (sessenta) minutos.

Art. 4º As atividades extraclases realizadas nos 10 (dez) minutos previstos no Art. 3º desta Resolução deverão ser descritas pelos professores nos Planos de Ensino das disciplinas que integram as Matrizes Curriculares dos Cursos de Graduação Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia, bem como as atividades extraclases deverão ser registradas pelos professores no Sistema de Registro Acadêmico da FAMAZ.

Parágrafo Único. As atividades extraclases compreenderão:

- I. Leitura complementar com relatório.
- II. Pesquisa bibliográfica.
- III. Exercício contextualizado.
- IV. Estudo de caso.
- V. Trabalho individual ou em grupo.
- VI. Visita documentada.
- VII. Outras atividades incluídas nos Planos de Ensino das disciplinas.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades extraclases, constam dos Planos de Ensino, bem como são descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da FAMAZ.

Os conteúdos curriculares são relevantes, atualizados e coerentes com os objetivos do curso e com o perfil desejado do egresso, com dimensionamento adequado da carga horária do curso e dos componentes curriculares, sendo desenvolvidas atividades extraclasse definidas e articuladas, incluindo as atividades complementares, com o processo global de formação. O currículo do curso de Ciências Contábeis atende integralmente às diretrizes curriculares nacionais, instituídas pela Resolução n.º CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004.

#### **4.8.3 Ementas e Bibliografia**

### **1º PERÍODO**

#### **LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL**

##### **Ementa**

Comunicação oral. Fundamentos linguísticos da comunicação. A gramática normativa e o texto. Técnicas de produção textual e expressão oral. A redação oficial. Correspondência comercial.

## **Bibliografia**

### **Básica**

BERLO, David K. **O processo da comunicação**: introdução à teoria e à prática. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial**: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação Empresarial**. São Paulo: Alínea, 2009.

### **Complementar**

ALMEIDA, Antonio Fernando de; ALMEIDA, Valeria Silva Rosa de. **Português básico**: gramática, redação, texto. São Paulo: Atlas, 2004.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 2005.

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2004.

KOCHE, Vanilda; BOFF, Odete; PAVANI, Cinara. **Prática textual**: atividades de leitura e escrita. 6. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência**: técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

## **MATEMÁTICA**

### **Ementa**

Teoria dos conjuntos. Frações. Razão. Proporção. Porcentagem. Potenciação. Funções (definição, aplicação, funções polinomiais do primeiro e segundo graus, função exponencial). Logaritmos e funções logarítmicas.

## **Bibliografia**

### **Básica**

DOLCE, Osvaldo; IEZZI, Gelson. **Matemática**: volume único. São Paulo, Atual, 2011.

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar, vol. 1**: conjuntos, funções. São Paulo: Saraiva, 2004.

MUROLO, Afranio Carlos; BONETTO, Giacomo Augusto. **Matemática aplicada à administração, economia e contabilidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

## **Complementar**

BARROSO, Juliane Matsubara. **Conexões com a matemática, volume único**. São Paulo, Editora Moderna, 2012.

DANTE, Roberto Luiz. **Matemática contexto e aplicação**. São Paulo: Editora Ática, 2011.

DOLCE, Osvaldo; IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar, vol. 2: logaritmos**. São Paulo: Atual, 2004.

LOPES, Luís. **Manual das funções exponenciais e logarítmicas**. Rio de Janeiro: Interciência, 1999.

SILVA, Sebastiao Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática básica para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, 2001.

## **ECONOMIA**

### **Ementa**

Introdução ao estudo da ciência econômica: definição, natureza, objetivo e método da ciência econômica. Sistema econômico: conceito, agentes, organização e funcionamento. Estudo do mercado: oferta e demanda equilíbrio. Noções de contabilidade social: principais agregados e balanço de pagamento. Evolução da moeda e sistema monetário.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

CANO, Wilson. **Introdução a economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: UNESP, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim DE. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELOS, Marco Antônio. **Economia: Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2006

## **Complementar**

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira: fundamentos e atualidade**. São Paulo: Atlas, 2005.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NEVES, Silverio Das; VICECONTI, Paulo E. V. **Introdução à economia**. São Paulo: Frase Editora 2005.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Nali de Jesus. **Curso de economia**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

## **TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Ementa**

Administração, organização e o administrador. Teorias gerenciais pioneiras (base histórica da administração). Abordagem clássica (administração científica, teoria clássica). Abordagem humanística (teoria das relações humanas). Abordagem comportamental (teoria comportamental, teoria do desenvolvimento organizacional – DO). Abordagem neoclássica (teoria neoclássica, administração por objetivos – APO). Abordagem estruturalista (modelo burocrático de organização, teoria estruturalista).. Abordagem sistêmica (teoria de sistemas). Abordagem contingencial (teoria da contingência).

### **Bibliografia**

#### **Básica**

COHEN, Allan R. **Comportamento Organizacional: conceitos e estudos**. São Paulo: Campus, 2003

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MOTTA, Fernando. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

#### **Complementar**

ARAÚJO, Luis César G. de. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson, 2005.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, Reinaldo O da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira, 2001.

## **DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

### **Ementa**

Noções de direito. Direito objetivo e direito subjetivo. Direito público e direito Privado. Direito positivo e direito natural. Teoria do estado: fundamentos. Fontes do direito: infra-legais, legais e supra-legais. Formas de estado e formas de governo, estado democrático de direito. Poder Legislativo, Judiciário e Executivo: funções e organização. Constituição: origem, conceito e classificação. Fundamentos constitucionais: Artigos. 1º ao 17º. Administração pública: princípios, organização administrativa. Direito civil: das pessoas, fatos, atos jurídicos e contratos.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

**DALLARI, DALMO DE ABREU. ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO ESTADO. SÃO PAULO: SARAIVA, 2005.**

**DINIZ, MARIA HELENA. COMPÊNDIO DE INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO. SÃO PAULO: SARAIVA, 2013.**

**MORAES, ALEXANDRE DE. DIREITO CONSTITUCIONAL. SÃO PAULO: ATLAS, 2006.**

#### **Complementar**

**CARVALHO FILHO, JOSÉ DOS SANTOS. MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2011.**

**GAGLIANO, PABLO STOLZE. NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL: CONTRATOS – TEORIA GERAL. SÃO PAULO: SARAIVA, 2009, V.4, TOMO I.**

**GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. DIREITO CIVIL BRASILEIRO: PARTE GERAL. SÃO PAULO: SARAIVA, 2008, V.1.**

**NEGRAO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. São Paulo: Saraiva, 2013.**

**VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.**

## **2º SEMESTRE**

### **METODOLOGIA CIENTÍFICA**

#### **Ementa**

Ciências, métodos e técnicas. A pesquisa e o problema do conhecimento: ciências naturais e ciências humanas. Relação objetividade e métodos científicos. Bases do raciocínio científico, teoria, hipótese, dedução, indução, análise e síntese. Estratégias de pesquisa e procedimentos técnicos operacionais. Redação de textos científicos.

## **Bibliografia**

### **Básica**

BARROS, Aidil Jesus da Silva; LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CERVO, Amado L; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

### **Complementar**

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Pearson, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDEIROS, João Bosco; HENRIQUES, Antônio. **Monografia no curso de direito: como elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC)**. São Paulo: Atlas, 2014.

## **PSICOLOGIA**

### **Ementa**

**CONCEITOS DE PSICOLOGIA. PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: HISTÓRICO DA PSICOLOGIA - ÁREAS DE ATUAÇÃO. PROBLEMAS DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS NAS ORGANIZAÇÕES; CARACTERÍSTICAS DA PERSONALIDADE, INTEGRAÇÃO INDIVÍDUO X ORGANIZAÇÃO, NECESSIDADE HUMANA E MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO; ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS; CRIATIVIDADE.**

## **Bibliografia**

### **Básica**

MINICUCCI, Agostinho. **Psicologia aplicada à administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROBBINS, Stephen Paul; SOBRAL, Filipe; JUDGE, Timothy A. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Cary. **Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho**. Tradução de Luiz Cláudio de Queiroz. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

## **Complementar**

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FARINA, Anete Souza; FERNANDES, Alzira; FRANCO, Erich Montanar. **Temas contemporâneos em psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Expressão e Arte, 2009.

GOULART, Iris Barbosa. (Org.). **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

KANAANE, Roberto. **Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao Século XXI**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, Aluisio Ferreira de. **Psicologia social crítica: paralaxes do contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

## **ESTATÍSTICA**

### **Ementa**

Análise exploratória de dados. Conceitos básicos: população, amostra, estatística descritiva, inferência, variáveis quantitativas e qualitativas. Fases do trabalho estatístico: planejamento, coleta, organização, representação e análise de dados. Noções de probabilidades. Variáveis aleatórias. Distribuição normal. Estimação e intervalos de confiança. Testes de Hipóteses.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

ANDERSON, David R; SWEENEY, Dennis J; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo, Cengage Learning, 2011.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística**. São Paulo: Atlas, 2010.

VIRGILLITO, Salvatore Benito. **Estatística aplicada à administração financeira: ciências contábeis e administração de empresas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2003.

## **Complementar**

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010.

MILONE, Giuseppe. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2009.

LARSON, R.; FARBER, B. **Estatística Aplicada**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LEVINE, David M; STEPHAN, David F; KREHBIEL, Timothy C. **Estatística**: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica**. São Paulo: Atlas, 2011.

## **INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE**

### **EMENTA**

Noções Básicas de Contabilidade; Estudo do Patrimônio; Estudos das Variações Patrimoniais; Elenco de Contas; Introdução a Estrutura Conceitual Básica (framework); Procedimentos Básicos de Escrituração; Elaboração das Demonstrações Contábeis.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **BÁSICA**

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2006.

MILLER, Aderbal. **Fundamentos de contabilidade**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

#### **COMPLEMENTAR**

BERTI, Anelio. **Contabilidade geral**. São Paulo: Icone, 2001.

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. **Contabilidade empresarial**: com aplicações na HP 12c/Excel. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**: a contabilidade como instrumento de análise, gerencia e decisão. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. São Paulo: Atlas, 2011.

## TEORIA DA CONTABILIDADE

### EMENTA

Definição de Contabilidade; Evolução do Pensamento Contábil; Escolas e Doutrinas da Contabilidade; Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; Critérios de Mensuração e Avaliação: Ativo e Passivo, Receitas e Despesas, Ganhos e Perdas.

### BIBLIOGRAFIA

#### BÁSICA

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Básica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, J. C.; IUDICIBUS, S. de; FARIA, A. C. de. **Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010

#### COMPLEMENTAR

IUDICIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Fundamentos da teoria da Contabilidade-6**. São Paulo: Atlas, 2005.

## 3º SEMESTRE

### ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

#### Ementa

Conceitos básicos. Estruturas organizacionais e sistemas de informação. Processos de gerência e sistemas de informação. Tratamento das informações versus atividades fins. Classificação dos sistemas de informação. Administração estratégica da informação. Desenvolvimento de ambientes eficientes/eficazes da tecnologia da informação (TI). Aplicação de TI nas diversas áreas da empresa para obtenção de vantagens competitivas.

## **Bibliografia**

### **Básica**

GRAEML, Alexandre Reis. **Sistemas de informação: o alinhamento da estratégia de TI com a estratégia corporativa.** São Paulo, Atlas, 2003.

JOÃO, Belmiro N. **Administração de sistemas de informação.** São Paulo, Pearson Education do Brasil, 2012.

STAIR, Ralph M; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação.** São Paulo, Cengage Learning, 2014.

### **Complementar**

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento.** São Paulo, Saraiva, 2006.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais: tecnologia da informação e a empresa do século XXI.** São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRELLES, Fernando de Souza. **Informática: novas aplicações com microcomputadores.** São Paulo, Markron Books, 2004.

OBRIEN, James A; MARAKAS, George M. **Administração de sistemas de informação: uma introdução.** São Paulo: MCGRAW-HILL, 2007.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação.** São Paulo: Atlas, 2011.

## **MATEMÁTICA FINANCEIRA**

### **Ementa**

Conceito de percentual e sua aplicação. Significado de taxa de juros. Capitalização simples. Taxa proporcional. Taxa equivalente. Juro exato e comercial. Diagramas de capital no tempo, valor nominal, atual e futuro. Descontos simples racional e comercial. Taxa de juros efetiva. Capitalização composta e seus conceitos. Equivalência de capitais. Séries de pagamentos. Montante e valor presente de termos constantes. Equivalência de alternativas de recebimentos e pagamentos. Sistemas de amortização: tabela PRICE e SAC. Inflação e correção monetária.

## **Bibliografia**

### **Básica**

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações.** São Paulo: Atlas, 2006.

CRESPO, Antônio Arnot. **Matemática financeira fácil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOBRINHO, José Dutra Vieira. **Matemática financeira**. São Paulo: Atlas, 2006.

### **Complementar**

HOJI, Masakasu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, Jose Maria. **Matemática financeira**: com mais de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira objetiva e aplicada - CD rom**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RATTS, Paulo. **Matemática financeira básica**: provas e concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

SILVA, André Luiz Carvalhal da. **Matemática financeira aplicada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

## **CIÊNCIAS SOCIAIS**

### **EMENTA**

Indivíduo, cultura, sociedade e meio ambiente. A formação do pensamento sociológico no século XIX. A Ciência social aplicada às organizações com seus principais conceitos sociológicos e antropológicos das dinâmicas sociais. Desenvolvimento de competências humanas nas organizações, alicerçadas na diversidade social, educação ambiental, relações étnico-raciais e direitos humanos.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

BERNARDES, Cyro. **Sociologia Aplicada à Administração**. São Paulo: Saraiva, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SANTOS, Pedro Antônio. **Fundamentos de Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

### **Complementar**

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

KANAANE, R. **Comportamento humano nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RODRIGUES, Rosiane. **Nós do Brasil - Estudos Das Relações Étnico-raciais**. São Paulo: Moderna, 2013.

SIQUEIRA, M. M. Matias. **Novas Medidas do Comportamento Organizacional: Ferramentas de Diagnóstico e de Gestão**. Porto Alegre – RS, Artmed, 2014.

## CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA EMENTA

Noções Intermediárias de Contabilidade; Contas Retificadoras; Provisões; Depreciação; Teste de *Impairment* (Recuperabilidade de Ativos); Procedimentos Intermediários de Escrituração; Elaboração das Demonstrações Contábeis.

## BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006;

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade intermediária conforme a lei 11.638/07**. São Paulo: Saraiva, 2009.

### COMPLEMENTAR

BERTI, Anelio. **Contabilidade geral**. São Paulo: Icone, 2001.

RIBEIRO, Osni. **Contabilidade básica fácil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SALDINI, Renato Nogueira. **Contabilidade introdutória**. São Paulo: texto novo, 2003..

SÁ. Antônio Lopes de.,SÁ, Ana Maria Lopes de. **Plano de contas**. São Paulo: Atlas, 2002

## ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EMENTA

Aspectos Conceituais; Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração do Fluxo de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado; Notas Explicativas.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **BÁSICA**

BEGALLI, Glauco Antonio; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 198 p. ISBN 978 85 224 5494. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26**. Apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2009. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412 p.

### **COMPLEMENTAR**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.125, de 15 de agosto de 2008. Aprova a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001125](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001125)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 1.138, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001138](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138)>. Acesso em: 10 ago. 2009.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni. **Contabilidade básica fácil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Osni. **Contabilidade geral fácil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

## **4º SEMESTRE**

### **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA I**

#### **Ementa**

Noções gerais. Função financeira. Administração do capital de giro. Administração de estoques. Administração de duplicatas a receber. Administração de disponibilidades. Efeitos da alavancagem. Financiamento das atividades empresariais. Planejamento. Introdução ao orçamento. Componentes do orçamento. Fluxo de caixa. Análise orçamentária.

## **Bibliografia**

### **Básica**

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: Matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, Orçamento empresarial.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NIKBAKHT, Ehsan ; GROPELLI, Angélico A. **Administração Financeira.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira.** 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

### **Complementar**

JUND, Sergio. **Afo - Administração Financeira E Orçamentária: Teoria E 750 Questões.** 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, José Antonio Stark. **Finanças Corporativas: conceitos e aplicações.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MOREIRA, José Carlos. **Orçamento empresarial: Manual de elaboração.** 5 ed. São Paulo Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Introdução à Administração Financeira: textos e exercícios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

## **ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

### **Ementa**

Princípios e valores éticos. Comportamento ético. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Ética na Administração. Código de ética e conduta profissional. Gestão ambiental e normas de responsabilidade social e empresarial. Tendências da ética profissional. Comportamento ético e suas relações com a cultura afro-brasileira e indígena.

## **Bibliografia**

### **Básica**

FINNIS, JOHN. **Fundamentos da ética.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PATRUS-PENA, Roberto; CASTRO, Paula Pessoa de. **Ética nos negócios: condições, desafios e riscos.** São Paulo: Atlas, 2010.

SINGER, PETER. **Ética prática.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

## **Complementar**

BAUMAN, ZYGMUNT. **A ética é possível num mundo de consumidores?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2011.

NEVES, Walter; ADAMS, Cristina. **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

## CONTABILIDADE COMERCIAL

### **EMENTA**

Operações Básicas Comerciais: compra, venda, impostos e taxas incidentes; Métodos de controle de estoques (PEPS, UEPS, MPM); Contabilização dos aspectos Trabalhistas e Previdenciários: Folhas de pagamento: mensal, de férias, de 13º Salário, remunerações e descontos, rescisões contratuais, encargos sociais e tributários; Operações Financeiras e de Financiamentos.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **BÁSICA**

IUDICIBUS, Sérgio de; MARION, J.C. **Contabilidade Comercial: atualizado conforme Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade comercial fácil**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SOUZA, Acilon Batista de. **Contabilidade de empresas comerciais**. São Paulo: Atlas, 2002.

#### **COMPLEMENTAR**

BERTI, Anelio. **Contabilidade geral**. São Paulo: Icone, 2001.

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. **Contabilidade empresarial: com aplicações na HP 12c, EXCEL**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade avançada e intermediária**. São Paulo: Ferreira, 2002.

RIBEIRO, Osni. **Contabilidade geral fácil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

## CONTABILIDADE DE CUSTOS

### EMENTA

Introdução à contabilidade de custos, conceito de custos, terminologia contábil, implantação de sistema de custos, classificação dos custos, esquema básico da contabilidade de custos: departamentalização, custeio de rateio, taxa de aplicação do CIF, materiais diretos, mão-de-obra direta, sistema de custeamento: produção por ordem, produção contínua - produção conjunta, custos para controle: controle de custos e custos-padrão - custos para tomada de decisões: custos fixos e margem de contribuição, contribuição marginal e limitações na capacidade de produção, margem de contribuição, custos fixos identificados e retorno sem investimento.

### BIBLIOGRAFIA

#### BÁSICA

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. **Gestão de Custos e Formação de Preços: com aplicações na calculadora HP12C e Excel**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

#### COMPLEMENTAR

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne, M. Mowen. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. São Paulo: Pioneira, 2003.

LEONE, G. S. G. **Custos – planejamento, implantação e controle**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAHER, Michael. **Contabilidade de custos: Criando valor para a administração**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTOS, Joel José. **Contabilidade e Análise de custos: Modelos contábeis, métodos, depreciação, ABC**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

## **LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**

### **Ementa**

Introdução ao Direito do Trabalho. Conceito de trabalho. Evolução do ordenamento jurídico de proteção ao trabalho. Conceito de empregado e empregador. Áreas de não incidência do direito do trabalho. Contrato de Trabalho, alterações e extinção. Normas especiais do trabalho. Acidente do trabalho. Processo judiciário do trabalho. Cálculos trabalhistas: Férias, 13º salário, folha de pagamento, rescisão contratual. Seguridade social. Custeio e benefícios previdenciários

### **Bibliografia**

#### **Básica**

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social: Custeio da Seguridade Social**. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 33 ed. São Paulo: LTR, 2007.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

#### **Complementar**

**BOLETIM IOB MANUAL DE PROCEDIMENTOS: Legislação Trabalhista e Previdenciária**. São Paulo: IOB, 2011.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 9 ed. Curitiba: Juruá, 2005.

## 5º SEMESTRE

### ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA II

#### Ementa

Mercado Financeiro Brasileiro. Administração do Capital de Giro. Fundamentos e práticas de tesouraria. Decisões de financiamento. Análises financeiras. Formação do preço de venda e do lucro. Orçamento: conceitos básicos. Orçamento operacional. Orçamento econômico-financeiro. Orçamento de investimentos.

#### Bibliografia

##### Básica

**ASSAF NETO, ALEXANDRE.** ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇOS: UM ENFOQUE ECONÔMICO-FINANCEIRO. SÃO PAULO: ATLAS, 2009.

**GITMAN, LAWRENCE J.** ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: UMA ABORDAGEM GERENCIAL. SÃO PAULO: PEARSON, 2019.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária:** matemática financeira aplicada, estratégias financeiras. São Paulo: Atlas, 2008.

##### Complementar

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor.** São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, José Antonio Stark. **Finanças corporativas:** conceitos e aplicações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

JUND, Sergio. **AFO - Administração financeira e orçamentária:** teoria e 750 questões. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

### CONTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

#### EMENTA

Campo de aplicação. Estrutura do sistema financeiro nacional. Procedimentos estabelecidos pelo plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional (COSIF). Operações de crédito. Títulos e valores mobiliários. Ativo, passivo e patrimônio líquido das instituições financeiras. Demonstrações financeiras obrigatórias. Contabilização de operações de Leasing (arrendamento mercantil financeiro). Auditoria independente das instituições financeiras. Principais recomendações estabelecidas pelo comitê de Supervisão bancária do BIS.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **BÁSICA**

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KERR, Roberto Borges. **Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

### **COMPLEMENTAR**

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado De Capitais**. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Fundamentos Do Mercado De Capitais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. **Mercado de capitais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MELLAGI FILHO, Armando. **Mercado financeiro e de capitais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROGANTE. Sérgio. **Mercado Financeiro Brasileiro: Mudanças esperadas para adaptação a um ambiente de taxas de juros declinantes**. São Paulo: Atlas, 2009.

## **CONTABILIDADE SOCIETÁRIA**

### **EMENTA**

Aplicação de recursos no mercado imobiliário e outros ativos. Demonstrações contábeis consolidadas. Avaliação de investimentos pelos métodos de custos e da equivalência patrimonial. Sociedades coligadas e controladas. Reorganizações societárias. Incorporação, fusão e cisão de empresas.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **BÁSICA**

MARTIS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade avançada: Textos e testes com as respostas**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, José Luiz. **Contabilidade avançada: aspectos societários**. São Paulo: Saraiva, 2005.

## **COMPLEMENTAR**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade intermediária**. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade avançada e intermediária**. São Paulo: Ferreira, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. São Paulo: Atlas, 1986..

RIBEIRO, Osni. **Contabilidade geral fácil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Contabilidade das sociedades cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2008.

## **CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO I**

### **Ementa**

Planejamento do Setor Público. Orçamento Público. Responsabilidade Fiscal. Controladoria pública.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

BRASIL. Constituição (1998). Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 29/06/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 29/06/2015.

**ROSA, MARIA BERENICE. CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO. 1ª ED. SÃO PAULO: ATLAS: 2011.**

**STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO - MCASP. STN: BRASÍLIA, 2015 (6ª EDIÇÃO).**

### **Complementar**

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2007.

ARRUDA, Daniel G.; BARRETO, Pedro H. T.; ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos. **O Essencial da Contabilidade Pública**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRUNO, R. M. **Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal**. 3º Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública – teoria e prática**. 10º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PISCITELLI, R. B.; et al. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 10º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

**SILVA, LINO MARTINS DA. CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL: UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO. SÃO PAULO: ATLAS, 2009.**

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

### Ementa

Sistema Tributário Nacional. Obrigação tributária: fato gerador, sujeito ativo e passivo. Tipos de tributos. Crédito tributário: lançamento, anistia e isenção. Tributos federais, estaduais e municipais. Impostos de destaque: imposto de renda, imposto sobre produtos industrializados, impostos sobre circulação de mercadorias e serviços, imposto sobre serviços de qualquer natureza. Contencioso fiscal: administrativo e judiciário

### Bibliografia

#### Básica

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social: Custeio da Seguridade Social**. 31 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. 33 ed. São Paulo: LTR, 2007.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

#### Complementar

**BOLETIM IOB MANUAL DE PROCEDIMENTOS: Legislação Trabalhista e Previdenciária.** São Paulo: IOB, 2011.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.** 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social.** 12 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho.** 9 ed. Curitiba: Juruá, 2005.

## 6º SEMESTRE

### NOÇÕES DE ATUÁRIA

#### Ementa

Regimes financeiros (métodos de financiamento). Cálculo de custeio e reservas. Básicas técnicas e premissas atuariais. Equilíbrio econômico-financeiro dos planos. Contabilidade do benefício pós-emprego.

#### Bibliografia

##### Básica

AZEVEDO, Gustavo Henrique W. de. **Seguros, matemática atuarial e financeira: uma abordagem introdutória.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CORDEIRO FILHO, Antonio. **Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações: exercícios resolvidos e propostos.** São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social.** São Paulo: Atlas, 2006.

#### Complementar

CHAN, Beth Lilian; SILVA, Fabiana L; Gilbrto A. **Fundamentos da Previdência Complementar: da Atuaria à Contabilidade.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, Siilney de. **Seguros: Contabilidade. Atuarial e Auditoria**. 2 ed. Atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRUNI, Adriano Leal. **Minhas aulas de custos, finanças, contabilidade e métodos qualitativos**. São Paulo, editora, 2005.

MARTINS, Sergio Pinto. **Comentarios a lei nº 8.212/91: custeio da seguridade social**. São Paulo: Atlas, 2013.

SOUZA, Silney. **Seguros: contabilidade, atuaria e auditoria**. São Paulo; Saraiva, 2010.

## **CONTABILIDADE AVANÇADA**

### **Ementa**

Noções Avançadas de Contabilidade. Elaboração das Demonstrações Contábeis. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração do Valor Adicionado.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade avançada e intermediária**. São Paulo: Ferreira, 2002.

SANTOS, José Luiz. **Contabilidade avançada: aspectos societários**. São Paulo: Saraiva, 2005.

VELTER, Francisco. **Contabilidade avançada**. São Paulo: Elsevier, 2001.

### **Complementar**

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade avançada e intermediária**. São Paulo: Ferreira, 2002.

IUDICIBUS, Sergio de ; LOPES Alexandro Broedel. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerencia e decisão**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Osni. **Contabilidade geral fácil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

## **CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO II**

### **Ementa**

Patrimônio Público; Plano de Contas – PCASP; Registros Contábeis: Orçamentários, Patrimoniais e de Compensação e Outros Eventos. Demonstrações Contábeis do Setor Público e os Resultados: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e suas análises.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

IPSAS. **Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público**. CFC: Brasília, 2010. Disponível em [http://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas\\_internacionais\\_de\\_contabilidade/NornasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf](http://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas_internacionais_de_contabilidade/NornasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf)

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas: 2011.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP**. STN: Brasília, 2015 (6ª Edição). Disponível em [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773)

#### **Complementar**

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2007.

ARRUDA, Daniel G.; BARRETO, Pedro H. T.; ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos. **O Essencial da Contabilidade Pública**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Constituição (1998). Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

BRUNO, R. M. **Lei de Responsabilidade Fiscal e Orçamento Público Municipal**. 3º Ed. Curitiba: Juruá, 2009.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública – teoria e prática**. 10º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PISCITELLI, R. B.; et al. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 10º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 2009.

## **ANÁLISE DE CUSTOS**

### **Ementa**

Recapitulação sobre Objetivos da Contabilidade de Custos. Fundamentos básicos da Análise de Custos. Métodos de custeamento: custeio baseado em atividades. Análise de relações custo-volume-lucro. Multi-produtos e multi-restrições. Custo Padrão: análise de variações entre orçado e real: abordagem gerencial. Custos para formação de preço.

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Básica**

BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne, M. Mowen. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. São Paulo: Pioneira, 2003.

#### **Complementar**

BERTI, Anelio. **Contabilidade e Análise de Custos**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2009.

BRUNI, Adriano Leal. FAMA, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Exel**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUTRA, René Gomes. **Custos: Uma abordagem prática**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Luis Martins de, COSTA, Rogério Guedes, PEREZ JR., José Hernandez. **Gestão estratégica de custos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

## **7º SEMESTRE**

### **CONTABILIDADE FISCAL E TRIBUTÁRIA**

#### **Ementa**

Apuração e Escrituração Contábil; Elisão Fiscal (planejamento tributário); Ajustes do Lucro Contábil para Apuração do Lucro Real; Reconhecimento dos Efeitos dos Ajustes na Apuração do Lucro Real; Apuração e Escrituração de Lucro Presumido e Simples Nacional.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

BORGES, Humberto Bonavides. **Auditoria de Tributos: Ipi, Icms e Iss**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Manual de contabilidade tributária**. São Paulo: Atlas, 2002.

### **Complementar**

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade avançada e intermediária**. São Paulo: Ferreira, 2002.

CARALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHAVES, Francisco Coutinho. **Planejamento tributário na prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Malheiros, 2010.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Contabilidade das sociedades cooperativas**. São Paulo: Atlas, 2008.

## **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **Ementa**

Conceitos; Ajustes das Demonstrações Contábeis para Fins de Análise; Análise Vertical e Horizontal; Análise Econômico-Financeira; Índices de Liquidez, Solvência e Endividamento; Alavancagem Operacional e Financeira; Análise da dinâmica do capital de giro; Contas Cíclicas de Giro; Índices de Rentabilidade e Lucratividade; EBITDA; Avaliação de Desempenho Econômico.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Roberto de. **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Alinea, 2008.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

### **Complementar**

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 1980.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. São Paulo: Atlas, 1987.

RIBEIRO, Osni. **Contabilidade geral fácil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. São Paulo: Atlas, 2009.

## **PERÍCIA CONTÁBIL E ARBITRAGEM**

### **Ementa**

Perícia Contábil: exame das aplicações contábeis. Fundamentos e objetivo das Perícias Judicial e Extra Judicial; Conceito de Perícia; Espécies de Perícia; Perícia e as Profissões Regulamentadas; O perfil do Perito Contábil; O perfil do Assistente Técnico; Legislação Pertinente; As NBC relacionadas à perícia contábil do Conselho Federal de Contabilidade. Estudos de caso: Perícia na esfera trabalhista, perícia na esfera Estadual, organização do Judiciário, atualização de valores, defesa de reclamo, petição, citação, notificação e audiência, casos práticos envolvendo o exercício da profissão do perito. Arbitragem e mediação.

### **BÁSICA**

SA, Antonio Lopes de. **Perícia Contábil**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SA, Antonio Lopes de. **Plano de contas**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANNA, Remo Dalla. **Prática de Perícia Contábil**. 2 ed. São Paulo: IOB, 2007.

### **Complementar**

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LONARDONI, Mario. et. al. **Perícia Contábil: Uma Abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAGALHAES, Antonio de Deus Farias; LUNKES, Irtes Cristina. **Perícia Contábil nos Processos Civil e trabalhista**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Eliseu. IUDICIBUS, Sérgio de. GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANNA, Remo Dalla. **Perícia Contábil Em Matéria Financeira**. São Paulo: IOB, 2008.

## ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

### Ementa

Planejamento econômico: Estudo de mercado contemporâneo. Elaboração de projetos. Análise de projetos. Consultoria Empresarial e Administração de projetos. Controle e acompanhamento de projetos. Financiamento de projetos. Decisões nas diferentes etapas do projeto. Avaliação social de projetos, custos e benefícios sociais. Custos sociais do trabalho, capital e divisas. Riscos e incerteza e Inflação. Estudo de caso, pratica em sala de aula.

### Bibliografia

#### Básica

COHEN, Ernesto, FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Rio de Janeiro: VOZES, 2013.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKE, Bruno Hartmut. **Análise Estratégica, Estudo de Viabilidade e Plano de Negócio**. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIDO, Jack. **Gestão de Projetos**. Editora Cengage Learning, São Paulo:2007.

#### Complementar

AAKER, Davis A. **Administração Estratégica de Mercado**. São Paulo, Editora BOOKMAN, 2012.

DUFF, Mary. **Gestão de projetos: arregimente os recursos - estabeleça prazos - monitore o orçamento, gere relatórios**. São Paulo, Elsevier, 2006.

MENEZES, Luiz Cesar de Moura. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2011.

MOCSANYL, Dino: **Consultoria Empresarial: Os melhores consultores**. São Paulo, SP: Editora Ser Mais, 2013.

KEELING, Ralph. **Gestão de Projetos: Uma abordagem Global**. São Paulo Saraiva, 2002.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**

### **Ementa**

Desenvolver a disciplina em consonância com as normas contidas no regulamento de estágio supervisionado aprovado no colegiado do curso.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

Uso dos sistemas contendo as instruções de uso, são complementos satisfatórios, razão pela qual não se adotam referências

#### **Complementar**

Dado o caráter prático das atividades, o uso dos sistemas, contendo as instruções de operacionalização, são complementos satisfatórios, razão pela qual não se adotam referências bibliográficas

## **8º SEMESTRE**

### **AUDITORIA**

#### **Ementa**

Conceitos Básicos de Auditoria; Normas Técnicas e Profissionais de Auditoria (NBCTA, NBC-TI, NBC-PA e NBC-PI); Planejamento de Auditoria; Seleção da Amostra e Avaliação de Risco; Controle Interno; Papéis de Trabalho; Pareceres de Auditoria; Auditoria das Contas Patrimoniais; Auditoria das Contas de Resultado; Relatórios de Auditoria; Revisão pelos Pares.

#### **Bibliografia**

##### **Básica**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 592 p. ISBN 85 224 3503 6.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 602 p. ISBN 978 85 224 5290 3.

## Complementar

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002. 986 p. ISBN 85 224-3244-8.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 678, de 24 de**

**julho de 1990**. Aprova normas sobre procedimentos de auditoria independente para revisões limitadas das informações trimestrais à comissão de valores mobiliários – CVM. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=1990/000678](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1990/000678)>. Acesso

em: 19 ago. 2009.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUSA, Benedito Felipe & PEREIRA, Anísio Cândido. **Auditoria contábil: enfoque prático operacional**. São Paulo: Atlas, 2004.

## CONTROLADORIA

### Ementa

Origem e papel da Controladoria. Organização da Controladoria. Sistemas: empresa, contábil e de gestão (aspectos comportamentais). Planejamento e Controle (econômico e financeiro). Avaliação de desempenho.

## BIBLIOGRAFIA

### Básica

MORANTE, Antonio Salvador.; JORGE, Fauzi Timaco. **Controladoria: Análise Financeira, Planejamento e Controle Orçamentário**. São Paulo: Atlas, 2008.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, L. M. de; et al. **Controladoria Estratégica**. 5 ed. São Paulo: Atlas,

## Complementar

FERNANDES, José Luiz Nunes. **Contabilidade Gerencial: eficaz ferramenta de controladoria**. Belém: GTR editora, 2007.

FIGUEIREDO, S. **Controladoria: teoria e prática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, F. P. **Inteligência Fiscal na Controladoria**. São Paulo: LCTE, 2005.

SANTOS, Jose Luiz dos.; SCHIMIDT, Paulo. **Fundamentos de Controladoria**. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2009.

## LABORATÓRIO CONTÁBIL

### Ementa

Utilização de programas (*softwares*) e sistemas na área fiscal e tributária, trabalhista e contábil. Formação de base de dados (cadastros) e operacionalização dos sistemas.

### Bibliografia

#### Básica

ÍUDÍCIBUS, S. **Manual de contabilidade das sociedades por Ações**. 7a Ed. São Paulo:Atlas,2008.

MARION, J.C. **Contabilidade empresarial**. 14a Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SA, A.L. de. **Plano de contas**. São Paulo: Atlas, 2004.

#### Complementar

BARROS, S. F. **Entendendo a contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

LEONE, George S. Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 5a Ed. São Paulo: Atlas, 2009

RUSSO, F; OLIVEIRA, N. **Manual prático de constituição de empresa**. São Paulo: Atlas, 2004

## TÓPICOS AVANÇADOS EM CONTABILIDADE

## **EMENTA**

A ementa desta disciplina varia de acordo com os tópicos contemporâneos mais relevantes no momento, dentro da área contábil.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

Será utilizada bibliografia pertinente aos assuntos e temas atuais na contabilidade, que serão desenvolvidos na disciplina.

#### **COMPLEMENTAR**

Será utilizada bibliografia pertinente aos assuntos e temas atuais na contabilidade, que serão desenvolvidos na disciplina.

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO II**

### **Ementa**

O Estágio Supervisionado II é considerado como prática pedagógica do Curso de Ciências Contábeis, fazendo parte da matriz curricular, que permite desenvolver e conciliar atividades práticas constantes das atribuições profissionais de contabilidade

### **Bibliografia**

#### **Básica**

Uso dos sistemas contendo as instruções de uso, são complementos satisfatórios, razão pela qual não se adotam referências

#### **Complementar**

Dado o caráter prático das atividades, o uso dos sistemas, contendo as instruções de operacionalização, são complementos satisfatórios, razão pela qual não se adotam referências bibliográficas

## DISCIPLINAS OPTATIVAS

A Disciplina de Libras está inserida na estrutura curricular como disciplina optativa, com carga horária de 40 horas, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005.

### LIBRAS (LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS)

#### Ementa

Língua Brasileira de Sinais foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa. As línguas de sinais não são universais, isto é, cada país possui a sua. Conceitos lingüísticos. Linguagem do surdo, cultura e sociedade. Os estudos sobre a linguagem e a língua de sinais. Componentes lingüísticos em Libras. Domínio e uso básico de Libras. Segundo a legislação vigente, Libras constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas com deficiência auditiva do Brasil, na qual há uma forma de comunicação e expressão, de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria.

#### BÁSICA

DORZIAT, Ana. **Estudos Surdos: diferentes olhares**. Distrito Federal: Mediação, 2011.

KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos lingüísticos**. São Paulo. Artmed, 2004.

QUADROS, R. M.DE & KARNOPP, L. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. São Paulo: Artes Médicas, 1997.

#### COMPLEMENTAR

ALMEIDA, E. C.; DUARTE, P. M. **Atividades Ilustradas em Sinais da LIBRAS**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL W. D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005. Vols. 1, 2,3 e 4.

\_\_\_\_\_ **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe: língua de sinais brasileira**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2002. Vols. 1 e 2.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem**. São Paulo: Summus, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

## **INGLÊS INSTRUMENTAL**

### **EMENTA**

Inglês instrumental, com ênfase na leitura e compreensão de textos. Funções lingüísticas dos textos. Tempos verbais. Pronomes e formas de tratamento. Ênfase na leitura e compreensão de textos de interesse das áreas de estudo dos alunos.

### **BÁSICA**

AMORIM, José Olavo de. **Gramática Prática da Língua Inglesa**. São Paulo: Pearson, 2009.

DAVIES, Bem Paryy. **Inglês que não falha: técnicas de exercícios e memorização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

TORRES, Nelson. **Gramática Prática da Língua Inglesa**. São Paulo: Vértice Books, 2007.

### **COMPLEMENTAR**

ALLIANDRO, H. **Dicionário Escolar Inglês Português**. São Paulo: Livro Técnico, 2004.

ALMEIDA, Rubens Queiroz de. **As Palavras mais comuns do Língua Inglesa**. São Paulo: Novatec, 2003.

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental – Módulo I – Estratégias de Leitura**. São Paulo: Livro Técnico, 2000.

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental – Módulo II – Estratégias de Leitura**. São Paulo: Livro Técnico, 2001.

MURPHY, Raymond. **Essencial Grama in use**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

## **CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR**

### **EMENTA**

Entidades de Interesse Social; Funcionamento das Entidades de Interesse Social; Gestão Contábil; Demonstrações Contábeis; Prestação de Contas.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

ARAUJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. 3. tir. São Paulo: Atlas, 2005. ISBN 85 224 4146 4.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social**. 2. ed. Brasília: CFC, 2008. 126 p.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**. 6. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006. ISBN 978 85 746 9281 4.

### **Complementar**

MARTINS, Eliseu. IUDICIBUS, Sérgio de. GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

## **PESQUISA CONTÁBIL**

### **Ementa**

Ciências, métodos e técnicas. A pesquisa e o problema do conhecimento: ciências naturais e ciências humanas. Relação objetividade e métodos científicos. Bases do raciocínio científico, teoria, hipótese, dedução, indução, análise e síntese. Estratégica de pesquisa e procedimentos técnicos operacionais redação de textos científicos.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2010.  
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Atlas, 2011.  
PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

#### **Complementar**

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC)**. São Paulo: Atlas, 2013.  
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 2007.  
DENCKER, Ada de Freitas; MANIVIA, Sarah Chucid da. **Metodologia Científica – a Pesquisa Empírica em Ciências Humanas**. São Paulo: Saraiva, 2012.  
MASCARENHAS, Sidnei Augusto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson, 2012.  
RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

## **CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO**

### **Ementa**

Aspectos do Agronegócio. Tributação no Agronegócio. Aspectos e fluxos contábeis em atividade rural e projetos de agronegócio. Contabilidade do agronegócio na Amazônia.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

BACHA, Carlos José Caetano. Tributação no Agronegócio - Análise de seus Impactos sobre Preços, Folha de Pagamento e Lucros. Editora Alínea, 2009.

BRUM, Argemiro Luís; MULLER, Patrícia K. Aspectos do Agronegócio no Brasil. IJUÍ: Editora UNIJUI, 2008.

MARION, José Carlos. Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda pessoa jurídica. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

#### **Complementar**

CREPALDI, Sílvio Aparecido. Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NEVES, Marcos Fava. ZYLBERSZTAJN. Décio. NEVES. Evaristo Marzabel. Agronegócio no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2008.

OLIVEIRA, Neuza Corte de. Contabilidade do Agronegócio - Teoria e Prática. 2 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

SANTOS. Odete. Amazônia: A utilização de seus recursos naturais e a sustentabilidade. Belém: Amazônia editora, 2010.

ZUIN, Luis Fernando Soares. QUEIROZ, Timóteo Ramos. Agronegócios: Gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.

### **4.9 Atividades Complementares**

As Atividades Complementares, obrigatórias para os currículos de todos os cursos de graduação da Faculdade Metropolitana da Amazônia, são caracterizadas pelo aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais ou a distância, tais como, monitorias, estágios, programas de iniciação científica ou de extensão, estudos complementares, participação em cursos, seminários, encontros e outros eventos de extensão da própria área contábil ou em outras áreas afins. Tais atividades possibilitam ainda o reconhecimento, por avaliação, de

habilidades, conhecimentos e competências do aluno, adquiridas no trabalho ou na educação profissional.

As Atividades Complementares terão a coordenação geral exercida por professor, designado pelo Diretor Geral, que manterá articulação com as Coordenadorias dos Cursos.

Na FAMAZ, as atividades complementares estão regulamentadas pela Resolução COSUP de número 04 de 29 de setembro de 2009, conforme a seguir se transcreve:

Art. 1º - Esta Resolução regulamenta as Atividades Complementares da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), estabelecendo a forma de realização das atividades complementares, passando, doravante, a ser parte integrante das normas dos currículos dos cursos de graduação da FAMAZ.

Parágrafo único. Observar o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, que preconiza: *“Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.”*

Art. 2º - As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, desenvolvidas durante todo o curso de graduação (bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia), que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimentos e competências desenvolvidas pelo aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo primeiro: A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividade Profissional.

Parágrafo segundo: As atividades complementares serão as que forem realizáveis e comprováveis pelo discente junto à coordenação de curso que compreendem uma equivalência de validação, conforme Art. 9º desta resolução.

Art. 3º - São objetivos das atividades complementares:

I – Promover a flexibilização curricular nos cursos de graduação.

II - Propiciar o enriquecimento curricular, ampliando os horizontes do conhecimento.

III - Diversificar as temáticas abordadas nos cursos de graduação, assim como possibilitar o aprofundamento interdisciplinar.

IV - Favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais, étnicas e de gênero.

V – Desenvolver ações de responsabilidade social e ambiental no contexto dos cursos de graduação.

Art. 4º - As atividades complementares estão reunidas nos seguintes grupos:

- I. Grupo I: aluno adquire conhecimentos extracurriculares;
- II. Grupo II: aluno participa, ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de investigação científica, ensino e extensão;
- III. Grupo III: aluno produz e/ou apresenta trabalhos acadêmicos próprios.
- IV. Grupo IV: aluno desenvolve atividades relacionadas com responsabilidade social, ambiental, cultural, artística e esportiva.

Art. 5º - As atividades complementares podem ser desenvolvidas em qualquer período do curso de graduação.

Parágrafo único: O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no Art. 10 desta Resolução.

Art. 6º - A carga horária mínima de atividades complementares será definida em cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Graduação, segundo os preceitos da Resolução CNE/CES Nº 02/2007, da Resolução CNE/CES Nº 04/2009 e das Resoluções CNE/CES que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação. Salienta-se que a carga horária mínima definida no PPC é imprescindível para a integralização curricular e, conseqüentemente, para a colação de grau.

Parágrafo único. A contabilização da carga horária de cada atividade complementar observará o proposto na tabela apresentada no Art. 10 desta Resolução e Regulamento de Atividades Complementares sendo vedado o cômputo concomitante ou sucessivo, como atividade complementar, de atividades consideradas para a concretização da carga horária exigida para a prática das graduações (ex: núcleo de prática jurídica), e para a elaboração e defesa da monografia de final de curso.

Art. 7º - Para a integralização da carga horária mínima o discente deverá validar, pelo menos, três atividades em categorias distintas das atividades complementares.

Art. 8º - As atividades complementares serão validadas pela Coordenação ou Colegiado do Curso de Graduação, após exame de sua compatibilidade com os fins do referido curso de graduação.

Parágrafo 1º. A validação da atividade complementar será requerida pelo aluno interessado no protocolo da FAMAZ, com a devida comprovação constante na tabela do Art. 10 desta Resolução e demais orientações no regulamento de atividades complementares.

Parágrafo 2º. Deferido o requerimento de validação, o Coordenador do Curso de Graduação encaminhará comunicação à Secretaria Acadêmica, para averbação da atividade complementar, com informação do tipo e do total correspondente de horas, podendo o aluno requerer a declaração respectiva.

Art. 9º - O aproveitamento da carga horária em atividades complementares seguirá os critérios de equivalência para validação da CH, para garantir uma maior diversidade destas na formação acadêmica; com equivalência na validação de até 40h, atividades com número superior não serão validadas.

Art. 10 - Ficam estabelecidas as seguintes modalidades e os respectivos requisitos e documentação comprobatória (cópias) para o aproveitamento das atividades complementares:

Atividades	Requisitos e Documentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Seminários integrados, Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação e dos Planos de Ensino-Aprendizagem.</li> </ul>	Declaração de Aprovação nos seminários, nas disciplinas e nos estudos dirigidos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Disciplinas eletivas cursadas em outros cursos da FAMAZ e não computadas como disciplinas optativas.</li> </ul>	Aprovação nas disciplinas. Declaração de Conclusão de Disciplinas Extra-curriculares
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atividades de Extensão: Programas; Projetos; Cursos; Eventos; Prestação de Serviços; Publicações e outros Produtos de Extensão.</li> </ul>	Certificado de participação e/ou elaboração.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cursos, palestras e oficinas na modalidade de Educação a Distância (EAD)</li> </ul>	Certificado de participação contendo, obrigatoriamente, código de certificação eletrônica ou similar.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitoria em disciplina do Curso de graduação matriculado.</li> </ul>	Certificado e Relatório do professor orientador.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação em Investigações Científicas Institucionais.</li> </ul>	Declaração e Relatório do professor orientador.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação em Programas de Assistência não computados na carga horária do Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.</li> </ul>	Atestado de participação no programa e apresentação de relatório.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.</li> </ul>	Termo de Compromisso de Estágio (e Aditivos). E Relatório de Estágio.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação em representações teatrais de peças que abordem temas do PPC.</li> </ul>	Declaração e Apresentação de relatório
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigos relacionados ao curso específico publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros.</li> </ul>	Declaração de publicação (registro) e Artigos ou Capítulos publicados.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso de Graduação.</li> </ul>	Certificado de participação

	e trabalho apresentado.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação em Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área orientados por professores do curso.</li> </ul>	Declaração de participação e apresentação da Monografia. E Monografia aprovada.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura).</li> </ul>	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e/ou Organização.
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação em Atividades Sócio culturais, Artísticas e Esportivas (coral, música, dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares).</li> </ul>	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e/ou Organização.
<p>Empresa Júnior ou projetos similares.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪</li> </ul>	Declaração da Instituição e ou Organização promotora.
<p>Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sócio-políticos (OSCIPS, ONG's, Projetos Comunitários, Creches, Asilos etc).</p>	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida Instituição e ou Organização.
<p>Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso de Graduação como Atividade Complementar.</p>	Comprovante do Colegiado do Curso de Graduação.

▪ Parágrafo único: o certificado e/ou declaração que não apresentarem carga horária total receberão a carga horária igual à 4H, por certificado e/ou declaração.

Art. 11 - Os casos omissos devem ser resolvidos pelo Colegiado do Curso de Graduação, com recurso, em instância final, para o Conselho Superior da FAMAZ.

As atividades complementares consistem em atividades acadêmicas importantes para a formação universitária, vale ressaltar que, essas atividades de ensino, pesquisa ou extensão são escolhidas e realizadas pelo aluno de acordo com os seus interesses e possibilidades, devendo ser realizadas ao longo do seu curso de graduação.

As atividades complementares integram a formação do aluno, e estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e também com a legislação da FAMAZ, com o objetivo de diversificar os currículos de

seus formandos. As atividades são de escolha do discente, contudo são analisadas e aprovadas pela coordenação do curso.

Nessa análise não cabe à coordenação julgar nota final, e sim a condição de suas realizações, em especial se a atividade desenvolvida pelo discente possui algum grau de relação com as disciplinas da matriz curricular do curso.

A atual matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis da FAMAZ possui a exigência de 300 (trezentas) horas de atividades complementares que deverão ser cumpridas no período em que o discente está com seu curso em andamento. Cabe ressaltar que uma vez não atingidas às horas de atividades complementares, o discente ficará impedido de concluir o curso, pois no cômputo das horas de integralização curricular estão as horas de atividades complementares.

#### **4.10 Produção Científica**

Dado o caráter prático do curso, voltado para atender às demandas do mercado, foi removida da nova grade curricular o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entretanto, a fim de incentivar a iniciação científica entre os acadêmicos do curso de ciências contábeis da FAMAZ, os docentes orientam os alunos na produção de artigos, banners e demais trabalhos acadêmicos ao longo do curso, através das disciplinas que possuem viés científico, culminando em uma disciplina optativa no último semestre, intitulada Pesquisa Contábil.

#### **4.11 Estágio Curricular**

O estágio curricular supervisionado na FAMAZ, está regulamentado pela Resolução do COSUP de Nº 06, de 29 de setembro DE 2009, que dispõe sobre o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos de Graduação Bacharelado Presencial, com os seguintes artigos:

Art. 1º - Esta Resolução regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), estabelecendo a forma de realização, passando, doravante, a ser parte integrante das normas dos currículos dos cursos de graduação da FAMAZ.

Art. 2º. O estágio tem como finalidades principais:

- I - Aprendizado de competências próprias da atividade profissional;
- II - Contextualização curricular;

III - Desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 3º. O estágio constitui-se em atividade curricular de ordem prática que permite aprofundar as relações do processo de formação com o processo de trabalho.

Art. 4º. O estágio tem como requisitos:

I - Matrícula e frequência regular do estudante;

II - Celebração de termo de compromisso entre estudante, parte concedente do estágio e a FAMAZ;

III - Compatibilidade entre atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso; e

IV - Acompanhamento efetivo pelo professor orientador da FAMAZ e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios e por menção de aprovação final.

V - Celebração do termo de compromisso com o educando (representante/assistente legal) e parte concedente, indicando condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

VI - Elaboração de normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estudantes.

Art. 6º. O Estágio Curricular Supervisionado tem os seguintes objetivos:

I – instrumentalizar o estagiário para a inserção no mercado de trabalho;

II – propiciar vivências na aquisição de competências para administração do processo de trabalho;

III – proporcionar experiência voltada à gerência de serviços e outros, identificando as necessidades da clientela, priorizando-as e planejando a assistência requerida, bem como prevendo e provendo os recursos, processos e métodos de trabalho necessários para sua implementação e avaliação, de modo a garantir a qualidade da assistência prestada.

Art. 7º. O número de alunos por docente supervisor estará vinculado à disponibilidade dos campos de estágio.

Art. 8º. Deverá haver a participação dos funcionários dos serviços no planejamento, no desenvolvimento, na supervisão e na avaliação das atividades do estudante durante o período do estágio.

Art. 9º. As instituições que disponibilizam campos de Estágio devem manifestar seu interesse no desenvolvimento das atividades, na supervisão e avaliação do discente.

Art. 10. O Estágio Curricular Supervisionado terá como referência os seguintes princípios:

I – criar a vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais;

II – incentivar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, visando ao aprofundamento da qualificação técnica, científica e ético-política do aluno, o desenvolvimento da profissão e divulgação dos conhecimentos produzidos;

III – desenvolver postura crítica e reflexiva e espírito científico;

IV – promover respeito aos valores ético-legais da profissão e ao ser humano;

V – valorizar o exercício da cidadania;

VI – estimular à participação e o envolvimento do discente:

a) na construção do conhecimento e no aperfeiçoamento dos Planos de Disciplinas;

b) do Projeto Pedagógico do Curso;

c) na análise da problemática vivenciada e na intervenção na prática profissional e nas instituições-campo de Estágio, como elementos desencadeadores de processos de mudança e de melhoria da assistência prestada à clientela.

VII – envolver o profissional do serviço no processo ensino-aprendizagem;

VIII – valorizar o compromisso, de atitudes éticas e solidárias, e da importância da efetiva participação nos Serviços;

IX – estabelecer compromisso com a apreensão da realidade, diagnóstico, priorização das necessidades da clientela, planejamento, execução, avaliação e aperfeiçoamento da assistência, e, também, com a gerência dos serviços e com o processo de formação dos trabalhadores profissionais.

Art. 11. O Estágio Curricular Supervisionado deve propiciar os conteúdos programáticos previstos para essa atividade acadêmica no PPC do Curso de Graduação.

Art. 12. Do cronograma constarão todas as atividades desenvolvidas para alcance do perfil e dos objetivos propostos, bem como as relacionadas à elaboração do relatório final e à sua divulgação.

Art. 13. O relatório deverá conter:

I – introdução;

II – desenvolvimento;

III – metodologia (contemplar o caminho percorrido para a resolução das dificuldades apontadas no diagnóstico);

IV – resultados obtidos e sua aplicabilidade na prática, relevância para a clientela, família e equipe de trabalho da Instituição envolvida;

V – utilização das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 14. O Curso de Graduação designará um Coordenador de Estágio escolhido dentre os professores do Curso.

Parágrafo único. O Coordenador de Estágio será eleito entre os docentes do Curso, tendo sua indicação legitimada em reunião do Colegiado do Curso.

Art. 15. Compete ao Coordenador de Estágio:

I – coordenar a elaboração da proposta de Regulamento de Estágios do Curso, submetendo-o à apreciação do Colegiado de Curso;

II – coordenar o planejamento, execução e avaliação das atividades do Curso, de conformidade com os planos de ensino e planos de acompanhamento das supervisões;

III – contatar, selecionar e cadastrar as instituições potencialmente concedentes de estágio;

IV – encaminhar para assinatura, os termos de convênio ou acordo de cooperação com instituições que se habilitam como campo de estágio, bem como o termo de compromisso individual do aluno com o campo de estágio;

V – manter cadastro de alunos e das organizações concedente de estágio e do desenvolvimento do estágio;

VI – favorecer, mediante orientação à articulação ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva interdisciplinar do estágio curricular supervisionado;

VII – zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;

VIII – garantir processo de avaliação continuada da atividade de estágio, envolvendo alunos, professores supervisores, profissionais da área e representantes dos campos de estágio;

IX – apresentar ao Colegiado de Curso, anualmente, relatório sobre as atividades desenvolvidas;

X – encaminhar, e manter atualizado junto a Secretaria, relação de alunos estagiários com os respectivos campos de estágio;

XI – encaminhar a Secretaria os planos de acompanhamento de estágio;

XII – assinar termo de compromisso para realização dos estágios;

XIII – coordenar a discussão com os professores supervisores do estágio para esclarecimento das dúvidas, reflexões sobre as finalidades, objetivos, atividades, metodologia, processo de avaliação e de supervisão;

XIV – discutir com os professores supervisores o planejamento das ações e a sistematização da assistência que serão desenvolvidos pelos estagiários para que mantenham as especificidades caracterizadas neste regulamento;

XV – promover reuniões periódicas, com todos os estagiários, supervisores e professores supervisores, na FAMAZ ou nas instituições-campo de estágio, com a finalidade de relatarem experiências, viabilizando troca de informações e análise das situações vivenciadas;

XVI – encaminhar os resultados das avaliações e discussões à Coordenação do Curso de Graduação;

XVII – zelar para que sejam propiciadas condições que viabilizem o alcance das finalidades do Estágio Curricular Supervisionado;

XVIII – manter reuniões periódicas com os professores supervisores para discussão da problemática vivenciada durante o Estágio Curricular Supervisionado;

XIX – discutir com os professores supervisores os critérios para avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;

XX – acompanhar o desenvolvimento dos estágios, propiciando o alcance dos objetivos planejados;

XXI – fixar datas para entrega dos relatórios finais;

XXII – desenvolver outras atividades correlatas, nos termos preconizados pela Política de Estágios vigentes na FAMAZ;

XXIII – elaborar o cronograma anual/semestral do Estágio Curricular Supervisionado;

XXIV - manter cadastro dos campos para Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 16. A supervisão de estágio deve ser entendida como assessoria, orientação, apoio, acompanhamento e avaliação dada ao aluno no decorrer de suas atividades, sob a responsabilidade dos docentes do Curso de Graduação.

Parágrafo primeiro: A supervisão de estágio é realizada com base em um programa de atividades e em um plano de acompanhamento de estágio, elaborados pelo docente supervisor para cada acadêmico sob sua orientação.

Parágrafo segundo: O docente supervisor deverá apresentar ao Coordenador de Estágio, o plano de acompanhamento de estágio até 15 (quinze) do início das atividades em campo.

Art. 17. A supervisão de estágio será exercida:

I – por docente do Curso de Graduação da FAMAZ;

II – por profissionais do campo de estágio, como supervisor técnico.

Art. 18. A supervisão de estágio é considerada atividade de ensino.

Art. 19. A supervisão consiste no acompanhamento e orientação do planejamento por meio de visitas sistemáticas ao campo de estágio para verificação do desenvolvimento das atividades e do andamento do campo de estágio, complementando-as com entrevistas e reuniões com os estagiários e supervisor técnico responsável pelo estágio.

Art. 20. Para cada plano de atividade de estágio, existe um plano de acompanhamento, a ser aprovado pelo Coordenador de Estágio para ser anexado ao plano de ensino.

Parágrafo único: Quando as atividades do estágio são definidas pelo docente para um grupo de alunos, o plano de acompanhamento de estágio será um só, tendo anexo à relação dos estagiários e explicitando o cronograma do desenvolvimento das atividades.

Art. 21. Ao docente supervisor compete:

I – sensibilizar o estagiário quanto à importância do Estágio Curricular Supervisionado;

II – orientar o discente quanto às características, objetivos, conteúdo programático, metodologia e critérios de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado;

III – promover reunião preparatória na instituição-campo de Estágio para discutir o processo de operacionalização, considerando objetivos, cronograma, metodologia e outros elementos pertinentes;

IV – estimular a participação dos profissionais dos serviços que acompanham os estagiários em todas as atividades, objetivos e processos desenvolvidos durante o Estágio;

V – manter contatos periódicos com os profissionais do campo de Estágio, para otimizar sua participação e contribuição, bem como conhecer suas expectativas e sua percepção sobre o processo vivenciado;

VI – viabilizar estratégias para apresentação dos discentes às instituições-campo de Estágio, aos profissionais que os acompanharão, aos demais recursos humanos, favorecendo o reconhecimento da estrutura física e material existente, como equipamento, entre outros;

VII – instrumentalizar os estagiários para o diagnóstico das necessidades de da clientela, planejamento das ações, sistematização da assistência, administração da assistência e gerência dos Serviços e Empresas;

VIII – subsidiar os estagiários com discussões a respeito do referencial teórico necessário para o desenvolvimento de ações durante o Estágio Curricular Supervisionado;

IX – orientar durante o desenvolvimento dos estágios, esclarecendo dúvidas, auxiliando nas dificuldades, propondo estratégias para superação das limitações, supervisionando e avaliando o processo e os resultados, bem como, discutir prazos e atividades a serem realizadas para o alcance dos objetivos do estágio;

X – encaminhar ao Coordenador de Estágio o plano de acompanhamento de estágio para aprovação do Colegiado de Curso;

XI – manter-se em contato com demais docentes supervisores para troca de experiências e tomada de decisões coletivas, participando das reuniões agendadas para tal finalidade;

XII – documentar as avaliações para melhoria do Plano de Ensino do Estágio Curricular e encaminhá-las ao Coordenador do Estágio;

XIII – orientar a elaboração e aprovar o programa de atividade de estágio apresentado pelo aluno, encaminhando cópia ao Coordenador de Estágio;

XIV – avaliar o relatório final do Estágio Curricular Supervisionado;

XV – receber e analisar os relatórios e outros documentos dos estagiários conforme solicita este regulamento e apresentar ao Coordenador de Estágio o relatório final;

XVI – cumprir com o plano de acompanhamento de Estágio;

XVII – emitir parecer por escrito, após avaliação dos relatórios, com justificativa da nota atribuída;

XVIII – cumprir e fazer cumprir a legislação, normas e convênios ou acordos de cooperação referentes ao estágio;

XIX – responsabilizar-se, juntamente com o estagiário pela entrega de todos os documentos exigidos por este Regulamento.

Art. 22. Ao estagiário compete:

I – realizar as atividades propostas para alcance dos objetivos do Estágio Curricular Supervisionado;

II – conhecer e compreender o contexto em que será realizado o Estágio Curricular Supervisionado, identificando e analisando os fatores determinantes das práticas observadas;

III – cumprir com as atividades e prazos previstos no cronograma, avaliando cada momento;

IV – desenvolver consciência crítica na análise situacional e contextual;

V – cumprir com os compromissos assumidos com os profissionais, docentes e clientela;

VI – apresentar o relatório do Estágio Curricular Supervisionado desenvolvido ao docente-supervisor e para o profissional do serviço;

VII – ter freqüência de acordo com o Regimento da FAMAZ.

Art. 23. Ao profissional do campo de Estágio compete:

I – sensibilizar a equipe de trabalho da Unidade quanto à importância do Estágio Curricular Supervisionado;

II – participar da reunião preparatória na unidade-campo de estágio, para discutir o Estágio Curricular Supervisionado, seus objetivos, cronograma, metodologia, e o processo de operacionalização do mesmo;

III – apresentar os estagiários ao pessoal do campo, favorecendo o conhecimento dos recursos físicos, materiais, equipamentos, entre outros, e a identificação da problemática vivenciada;

IV – auxiliar os estagiários nos diagnósticos das necessidades da clientela, planejamento das ações, sistematização da assistência, administração da assistência e gerências dos Serviços e das Empresas;

V – participar das discussões a respeito do referencial teórico necessário para o desenvolvimento das ações durante o Estágio Curricular Supervisionado;

VI – orientar os estagiários durante o desenvolvimento das ações, analisando os fatores determinantes da prática vivenciada e as possibilidades de intervenção;

VII – acompanhar e avaliar o processo e os resultados;

VIII – manter contato contínuo com os docentes-supervisores para percepção e diálogo sobre as expectativas e dificuldades associadas ao processo vivenciado;

IX – contribuir para a tomada de decisões coletivas, participando das reuniões agendadas para tal finalidade;

X – documentar a freqüência e as avaliações feitas e encaminhá-las aos docentes supervisores;

XI – auxiliar na avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, encaminhando críticas e recomendações.

Art. 24. O Estágio Curricular Supervisionado observa os seguintes critérios de avaliação:

I – a avaliação do Estágio deverá ser realizada sistemática e continuamente, pelo docente supervisor, pelos profissionais responsáveis pela supervisão técnica e pelo aluno;

II – a avaliação final constará da auto e hetero-avaliação documentada em instrumento próprio.

Parágrafo único. Para que a avaliação se efetive, o docente supervisor, os profissionais dos campos de Estágios e os discentes devem nortear-se pelo instrumento de avaliação constante no plano de ensino.

Art. 25. A avaliação do relatório final será realizada, considerando-se o artigo 13 deste Regulamento.

Art. 26. A nota final do Estágio será a média aritmética da nota do relatório final de estágio e das avaliações regimentais da FAMAZ.

Parágrafo primeiro: O discente que obtiver, no mínimo, numa escala de zero a dez, grau numérico igual ou superior a sete, é considerado aprovado,

Parágrafo segundo: A reprovação por insuficiência de nota ou frequência implica na repetição integral do Estágio, mediante nova matrícula.

Art. 27. O estágio obrigatório, atendidos todos os requisitos legais, não gera vínculo empregatício entre estagiário e parte concedente.

Parágrafo único: o descumprimento dos requisitos ou de obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte.

Art. 28. Os casos não contemplados neste Regulamento são resolvidos pelo Colegiado de Curso, com base nas normas e regulamentos internos e, em grau de recurso, pelo Conselho Superior da FAMAZ.

## **REGULAMENTO DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FAMAZ**

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade Metropolitana da Amazônia, por meio do Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado de Curso, aprovam e instituem o presente Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado, o qual está em consonância com o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado da Faculdade Metropolitana da Amazônia, por meio da Resolução COSUP n.º 06/2009, de 29 de setembro de 2009.

## CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS DO REGULAMENTO

**Art. 1** - Este regulamento de estágio supervisionado visa deliberar sobre os procedimentos didático-pedagógicos para os discentes do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade Metropolitana da Amazônia, que deverão cursar as disciplinas Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II.

## CAPÍTULO II - DO CONCEITO E FINS DO ESTÁGIO CURRICULAR

**Art.2** - O estágio é prática pedagógica do processo educacional, constante da matriz curricular do curso e que possibilita integração entre teoria e prática, através das vivências que refletem o cotidiano do profissional da contabilidade, desenvolvendo habilidades e competências fundamentais a uma formação que procure preparar profissionais para atuar nas mais diversas organizações.

**§ 1º** - A prática do estágio busca a complementação da aprendizagem, e este é planejado, executado, avaliado e controlado de acordo com o perfil do egresso, considerando ainda os programas e calendários institucionais.

**§ 2º** - Os estágios não acarretam vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo haver acompanhamento contínuo das instâncias competentes, sendo a Coordenação do Curso, o gestor do Núcleo de Práticas Contábeis e o(s) professor(es) responsável(eis) da disciplina Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, os responsáveis por atuar de modo a que seus alunos-estagiários, desempenhem atividades que estejam em consonância com a essência do curso e da profissão.

**§ 3º** - A jornada de atividade em estágio, com carga horária obrigatória para o curso de Ciências Contábeis, a ser cumprida pelo aluno, deve obrigatoriamente compatibilizar-se com seu horário acadêmico.

## CAPÍTULO III - DAS MODALIDADES DE ESTÁGIO

**Art. 3** - Consoante ao Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), o estágio para os alunos ocorre das seguintes formas: I – Estágio Supervisionado Curricular (obrigatório), sendo aquele realizado pelo discente ao cursar, no sétimo período letivo do curso, a disciplina estágio Supervisionado I e no oitavo período letivo, a disciplina Estágio Supervisionado II;

II – Estágio Extracurricular (não obrigatório), sendo aquele realizado pelo (a) discente a partir do primeiro período letivo e que não se configura como disciplina pertencente à Matriz Curricular do curso.

#### CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS DISCIPLINAS ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

**Art. 4** – As disciplinas Estágio supervisionado I e Estágio Supervisionado II, constituem componentes obrigatórios da Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, com carga horária total de 300 (trezentas) horas distribuídas nessas disciplinas, sendo na primeira de 150 (cento e cinquenta) horas ministrada no sétimo período letivo e a segunda de 150 (cento e cinquenta) horas, ministrada no oitavo período letivo.

**Art. 5** - São considerados habilitados a cursar as respectivas disciplinas, os discentes regularmente, matriculados e com frequência regular no sétimo e oitavo períodos letivos.

**Parágrafo primeiro** - Os alunos do curso de Ciências Contábeis podem realizar estágios Extracurriculares (não obrigatório) a partir do 1º período do curso, desde que regularmente matriculados e com frequência regular nas disciplinas cursadas no semestre letivo.

**Parágrafo segundo** - As atividades realizadas no estágio extracurricular (não obrigatório) poderão servir como acréscimo para as atividades complementares, desde que seja devidamente comprovada a atuação do discente, por meio de declaração da empresa ou local de estágio e relatório deste estágio. Esta ação está de acordo com a Resolução COSUP n.º 04/2009, de 29 de setembro de 2009. No entanto, as atividades de estágio extracurricular (não obrigatório) se restringirão ao máximo de 40 (quarenta) horas para o aproveitamento nas atividades complementares, independente de declaração com quantitativo de horas superiores ao permitido neste regulamento.

**Art. 6** - São consideradas atividades para efeito de estágio curricular obrigatório:

**I** – Atividades desenvolvidas pelo aluno, enquanto empregado, estagiário ou colaborador, desenvolvidas nas empresas privadas, nos órgãos públicos ou nas entidades do terceiro setor, que estejam relacionadas à contabilidade, tais como, escrituração contábil e fiscal, cálculo de tributos, elaboração de folha de pagamento, elaboração de demonstrações contábeis e outras atividades correlatas;

**II** – Atividades de prática contábil, desenvolvidas e aplicadas pelo Núcleo de Práticas Contábeis, quando o discente não estiver vinculado a nenhuma organização.

**III** - Atividades contábeis desempenhadas pelo aluno, enquanto sócio proprietário de pessoa jurídica;

.

**§ 1º** - As atividades de estágio podem ser acumulativas apenas para o cumprimento do total de carga horária do estágio extra curricular.

**Art. 7** - O discente que não cumprir a integralidade das horas das disciplinas Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II, estará reprovado nessas disciplinas.

## **CAPÍTULO V – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

**Art. 8** – O estágio curricular obrigatório será desenvolvido individualmente na própria instituição, sendo supervisionado por um professor supervisor e avaliado como uma atividade curricular, dividido nas disciplinas estágio supervisionado I, ministrada no sétimo período e estágio supervisionado II, ministrada no oitavo período.

**Art. 9** – O estágio curricular obrigatório está dividido em duas etapas, correspondendo a:

I – Primeira etapa, que corresponderá à disciplina estágio supervisionado I e ocorrerá quando o discente estiver cursando o sétimo período. Nesta etapa serão realizadas as seguintes atividades: amplo desenvolvimento das práticas do registro do comércio com o processo de simulação de registro mercantil em, todas as suas esferas, assim como os aplicativos do cotidiano de um profissional da contabilidade, em especial aqueles das áreas fiscal e trabalhistas e que apresentem também a necessidade de utilização de obrigações tributárias acessórias;

II – Segunda etapa, que corresponderá à disciplina estágio supervisionado II e ocorrerá quando o discente estiver cursando o oitavo período. Nesta etapa ocorrerão as seguintes atividades: utilização de programa informatizado que envolva a contabilidade, desde a criação de empresa no sistema, elaboração do plano de contas e registros contábeis, culminando com a elaboração das demonstrações contábeis. Também serão utilizados sistemas na área trabalhista com foco na elaboração da folha de pagamento e demais cálculos trabalhistas e por fim, o sistema de apuração de tributos em que os alunos deverão desenvolver o cálculo dos tributos nos diferentes regimes tributários de apuração, em especial, no simples nacional, lucro presumido e lucro real.

§ 1º - O (A) discente deverá produzir um relatório de estágio procurando descrever todo o desenvolvimento do estágio e suas contribuições ao processo de formação profissional. Tal relatório servirá de cômputo para a atribuição da nota da segunda avaliação regimental.

§ 1º - Caberá à coordenação de curso, juntamente com o professores das disciplinas Estágio supervisionado I e II, a emissão de modelos de documentos e relatórios a serem utilizados pelos discentes, assim como os esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir quanto à operacionalização do estágio obrigatório.

#### CAPÍTULO IV – DO PROCESSO AVALIATÓRIO

**Art. 10** – O processo de Avaliação da disciplina segue os mesmos critérios institucionais das demais disciplinas do curso.

**Art. 11** – Além da obrigatoriedade de atingimento da carga horária de cento e cinquenta horas em cada disciplinas (estágio supervisionado I e estágio supervisionado II), o discente ainda deverá obter a média institucional para ser aprovado nessas respectivas disciplinas.

**Art. 12** – Na atribuição da nota, o professor da deverá considerar como elementos balizadores a assiduidade e o cumprimento dos objetivos, além do atingimento da carga horária obrigatória da disciplina.

#### CAPÍTULO VI – DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

**Art. 12** - Compete ao Coordenador do curso:

- I – coordenar a elaboração da proposta de Regulamento de Estágios do Curso;
- II – coordenar o planejamento, execução e avaliação das atividades do Curso, de conformidade com os planos de ensino e planos de acompanhamento das supervisões;
- III – zelar pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios;
- IV – garantir processo de avaliação continuada da atividade de estágio, envolvendo alunos, professores supervisores, profissionais da área e representantes dos campos de estágio;
- V – apresentar ao Colegiado de Curso, anualmente, relatório sobre as atividades desenvolvidas;
- VI – coordenar a discussão com os professores supervisores do estágio para esclarecimento das dúvidas, reflexões sobre as finalidades, objetivos, atividades, metodologia, processo de avaliação e de supervisão;

**VII** – acompanhar o desenvolvimento dos estágios, propiciando o alcance dos objetivos planejados;

**VIII** – fixar datas para entrega dos relatórios finais;

**Art. 13** – Compete ao docente da(s) disciplinas(s)

I – coordenar, orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos matriculados sob sua responsabilidade;

II – avaliar periodicamente o discente estagiário, indicando as alterações necessárias em seus relatórios;

III – comunicar à coordenação, quaisquer ocorrências que possam vir a prejudicar o bom andamento das atividades do aluno sob sua orientação.

**Art. 14** – Compete ao discente a(s) disciplina(s)

I – apresentar a documentação exigida pela coordenação do curso e pelo docente da disciplina;

II – comparecer aos encontros com o professor da disciplina, cumprindo as tarefas que lhes forem atribuídas.

III – apresentar tempestivamente os relatórios solicitados pelo docente da disciplina.

## CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 15** - Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado da Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade Metropolitana da Amazônia e sujeitos à aprovação da Direção Geral da Faculdade.

**Art. 16** - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## V ATENDIMENTO AO DISCENTE

A FAMAZ mantém, em sua estrutura acadêmica, um Núcleo de Apoio ao Discente e Docente (NADOC), composto por uma pedagogo(a) e uma psicólogo(a), com os seguintes objetivos:

- proporcionar atendimento e orientação psicopedagógica;
- supervisionar e orientar as atividades complementares e os estágios curriculares;
- orientar e apoiar o aluno em suas atividades acadêmicas;

- oferecer oportunidades de participação em atividades culturais, artísticas e sociais;
- desenvolver articulações com empresas, órgãos públicos e instituições da comunidade social para o encaminhamento ao primeiro emprego, recolocação profissional ou para o primeiro empreendimento profissional ou econômico;
- apoiar os diretórios ou centros acadêmicos legalmente constituídos;
- instruir os processos de concessão de bolsas de estudos, de monitoria, iniciação científica, extensão ou bolsa-trabalho;
- apoio institucional a alunos carentes financeiramente, com alocação de recursos orçamentários anuais, cujo percentual será variável, de acordo com o comportamento da receita.

Para cumprir os seus objetivos, o NADOC desenvolve as seguintes atividades:

**a) Acompanhamento do aproveitamento de aprendizado dos alunos**

- verificar, junto às turmas, o processo de aproveitamento pedagógico
- avaliar os aspectos relativos à dinâmica das aulas, do material didático utilizado, das dificuldades encontradas, do processo de avaliação, das instalações e da utilização dos equipamentos disponíveis na instituição;
- analisar periodicamente os conteúdos e a organização curricular,
- assessorar os colegiados de curso na reformulação curricular e atualização dos projetos pedagógicos;
- monitorar os bolsistas de iniciação científica, de extensão e de monitoria.

**b) Serviço de informação ao corpo discente**

Tornar disponível, ao conjunto dos alunos, informações relativas, como do Regimento; ao PDI e ao PPI; planejamento pedagógico de todos os cursos e programas de educação superior, etc.

**c) Eventos e atividades culturais**

Estimular os alunos a ampliarem seu repertório cultural, proporcionando atividades monitoradas de cinema, música, teatro, dança, voluntariado, extensão, iniciação científica, monitoria, entre outras.

**d) Serviço de apoio à inserção profissional**

Acompanhar as atividades práticas previstas nos currículos dos cursos, de forma a estimular a sua expansão e oferta regular pela instituição, e proporcionar aos alunos uma formação contextualizada e próxima de seu futuro ambiente profissional para colocação ou recolocação profissional.

**e) Serviço de assistência psicopedagógica**

Assistir aos alunos quanto às suas dificuldades em relação ao acompanhamento do curso, no processo de aprendizagem, e de convívio com colegas e docentes; condições psicológicas e interlocução direta com os dirigentes da instituição e seus docentes.

**PROGRAMA DE NIVELAMENTO**

A FAMAZ desenvolve o Programa de Nivelamento de Estudos, ofertado aos alunos matriculados nos semestres iniciais dos cursos de graduação, em horários e turnos diversos das aulas e atividades práticas de componentes curriculares do curso, quanto à competência e habilidades para a interpretação, análise e produção de textos, em Língua Portuguesa, Matemática, Biologia e cursos de informática.

## **ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL**

Os alunos regulares dos cursos de graduação podem organizar Diretório ou Centro Acadêmico, regido por estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente. Os diretórios ou centros acadêmicos podem ser organizados por curso de graduação.

## **ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS**

Objetiva monitorar os egressos e suas inserções no mundo do trabalho, especialmente para a identificação e retorno a novos cursos, dentro do programa de educação continuada. O Curso de Ciências Contábeis da FAMAZ ainda não possui egressos. As primeiras turmas concluirão suas atividades em dezembro de 2011.

O Programa de Acompanhamento de Egressos será um instrumento que possibilitará a avaliação continuada da instituição, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos. Será um importante passo no sentido de incorporar ao processo ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta pessoalmente as conseqüências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

## **VI INCENTIVO AO ENSINO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, EXTENSÃO E MONITORIA**

Os alunos da Faculdade Metropolitana da Amazônia podem participar de programas teóricos e práticos, com o objetivo da formação pessoal e profissional; integração entre disciplinas e com outros cursos, para a promoção de um currículo interdisciplinar.

A participação dos discentes nas atividades acadêmicas dar-se mediante programas de iniciação científica, extensão (dentre outras a Semana Acadêmica Integrada) e monitoria; atividades práticas, sob a forma de estágio supervisionado; trabalho de conclusão de curso, sob a forma de artigo, e atividades complementares.

As atividades acadêmicas específicas do curso de Ciências Contábeis envolverão os alunos durante todos os semestres, concebendo-lhes uma visão abrangente do cenário contábil local, nacional e mundial, atribuindo-lhes competências e habilidades articuladas com os objetivos do curso, preparando-os para o mercado de trabalho.

A participação dos discentes nas atividades acadêmicas dar-se-á mediante programas de iniciação científica e pesquisa, extensão e monitoria; atividades práticas, sob a forma de estágio supervisionado; trabalho de conclusão de curso, sob a forma de projeto de monografia, projeto experimental, etc.; e atividades complementares.

### **6.1 Iniciação Científica e Pesquisa**

A política de iniciação científica da Faculdade Metropolitana da Amazônia tem como pressuposto a concepção da pesquisa como um princípio educativo e parte integrante do processo pedagógico, como instrumento valioso da aprendizagem.

A iniciação científica e o estímulo à produção intelectual e científica do corpo social da Faculdade Metropolitana da Amazônia buscarão a ampliação da produção do saber e a veiculação dos conhecimentos a serviço da comunidade, interna e externa, como forma de assegurar a análise e a compreensão e intervenção na realidade, como suporte básico para uma formação profissional conectada com os problemas que emergem desta realidade e as demandas do progresso científico e tecnológico. Estas atividades estarão comprometidas com a melhoria qualitativa do ensino de graduação, implantado nas diferentes áreas do

saber, com o desenvolvimento sustentável da região de Belém e do Estado do Pará e com a preservação da memória artística e cultural do povo amazônico.

A iniciação científica tem por objetivo levar o aluno a adquirir uma postura crítica na sua formação humana e profissional, ao tempo em que consolida o processo de aprendizagem. Ao aluno participante dos projetos de iniciação científica é dada a oportunidade de um convívio com esse processo, com o seu ingresso no aprendizado dos métodos e das técnicas científicas, onde desenvolve interesse pelo conhecimento sistemático e o gosto pela investigação. Concebe-se aqui a iniciação científica como um conjunto de atividades orientadas para buscar um determinado tipo de conhecimento, sob a orientação docente qualificada (doutores e mestres).

A Faculdade Metropolitana da Amazônia promoverá, por meio da iniciação científica, o aperfeiçoamento da graduação e da pós-graduação, porquanto ela servirá como instrumento eficaz para a sua atualização, vindo a garantir ao aluno, tanto de uma como de outra, o seu espaço para a reflexão e a maturidade intelectual, assegurando-lhe a competência profissional da melhor forma possível.

O *Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC*, adotado pela Faculdade, tem por objetivo apoiar grupos de alunos interessados no desenvolvimento de projetos de iniciação científica, de acordo com os recursos alocados no orçamento anual.

O PIBIC será um instrumento que proporcionará a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

Caberá ao PIBIC o papel de incentivar os alunos à iniciação científica, reconhecendo ser o exercício da pesquisa um essencial contingente para a postura crítica do futuro profissional.

O PIBIC procurará também diversificar formas de pesquisar nas diversas áreas, ampliando as oportunidades para o aluno descobrir temas e assuntos de maior interesse para sua formação intelectual. E, na medida do possível, propiciará os meios necessários à participação dos alunos, oferecendo-lhes condições elementares para que possam dedicar-se às atividades de investigação, bem assim participar de eventos científicos na área do seu curso.

A iniciação científica deve atender às seguintes características básicas:

- cultivo da atitude científica e a teorização da própria prática educacional;
- manutenção dos serviços de apoio indispensáveis;
- formação de pessoal em cursos de pós-graduação;
- promoção do desenvolvimento científico, com o estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo;
- concessão de bolsas ou de auxílios para a execução de projetos de iniciação científica ou de pesquisa;
- intercâmbio com instituições científicas, para a programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.
- Prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.
- Coerência com as linhas de pesquisa, aprovadas pelos colegiados competentes, e com os cursos e programas de pós-graduação.
- Garantia do apoio da entidade mantenedora, do financiamento das agências de fomento, governamentais e privadas, e parceria com empresas ou órgãos públicos.
- Integração dos projetos de iniciação científica com os projetos de implementados nos cursos de pós-graduação.
- Envolvimento dos alunos de graduação, sob a supervisão do responsável pelo projeto de pesquisa, para o desenvolvimento de programas de iniciação científica.

- Realização anual de Jornada de Iniciação Científica, para a apresentação dos trabalhos produzidos pelos alunos da Faculdade Metropolitana da Amazônia e intercâmbio com alunos e professores de outras IES.

O Programa de Iniciação Científica da Faculdade Metropolitana da Amazônia (PIC-FAMAZ) consiste em um instrumento de financiamento do aluno para a participação em projetos iniciação científica, sob a supervisão docente, complementar às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas.

#### A - OBJETIVOS

O PIC-FAMAZ é um instrumento que permite introduzir os estudantes dos cursos de graduação à iniciativa científica, configurando-se como fator de apoio às atividades de ensino.

O PIC-FAMAZ tem como objetivos:

- iniciar e apoiar o aluno na prática da pesquisa científica;
- desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos;
- estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;
- identificar e estimular os alunos com vocação para a investigação científica.

#### B – ADMINISTRAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O gerenciamento do PIC-FAMAZ fica a cargo da Diretoria Acadêmica que, nos termos do presente regulamento, baixará todos os atos necessários à sua execução.

O PIC-FAMAZ contará com um Comitê Diretor, com o objetivo de fornecer as diretrizes acadêmicas do programa, acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, além de analisar e dar parecer sobre os pedidos de bolsas e sobre os relatórios dos bolsistas nos casos de renovação.

O Comitê Diretor do PIC-FAMAZ será constituído por três professores doutores, designados pelo Diretor Geral.

O Comitê Diretor poderá solicitar à Diretoria, que decidirá sobre sua conveniência, a colaboração de consultores *ad hoc*, tanto do corpo docente da instituição, quanto de outras IES, desde que necessária em razão do caráter especializado dos projetos em análise.

Para avaliação do primeiro ano de implementação do PIC-FAMAZ será criado o Comitê Consultor Externo, formado por três professores doutores, membros ou ex-membros de comitês assessores de agências de fomentos, convidados pela Diretoria correspondente, na condição de consultores *ad hoc*, com o objetivo de avaliar o programa, bem como participar da análise dos pedidos de concessão de Bolsas de Iniciação Científica, nos padrões determinados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC/CNPq).

#### C – BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A quota de bolsas de iniciação científica será fixada, até 20 de janeiro de cada ano, mediante ato do Diretor Geral.

As Bolsas de Iniciação Científica serão distribuídas, conforme plano aprovado pela Diretoria, ouvido o colegiado de ensino, pesquisa e extensão, em base proporcional à densidade educacional dos cursos de graduação, e consistem em remuneração de um percentual do salário mínimo. A opção por um ou outro regime será do bolsista.

As Bolsas de Iniciação Científica serão concedidas, no âmbito de projetos de pesquisa de docentes da Faculdade, que sejam, preferencialmente, doutores, com maior carga horária na instituição e com produção científica relevante nos últimos três anos, ressalvados os casos especiais, a juízo do Comitê Diretor.

Cada solicitante poderá pleitear, no máximo, três bolsas do PIC-FAMAZ, independentemente do número de projetos apresentados.

O professor orientador deverá consagrar um mínimo de quatro horas-aula por bolsista, a título de orientação acadêmica. O professor orientador é pessoalmente responsável pelo acompanhamento das atividades do bolsista, devendo comunicar à

Diretoria qualquer irregularidade ou inobservância do presente regulamento.

A solicitação de Bolsa de Iniciação Científica deverá ser feita em formulário próprio acompanhado de projeto de pesquisa, além dos seguintes itens:

- *Curriculum vitae* do professor orientador;
- Histórico escolar do bolsista;
- Plano de Trabalho para o Bolsista.

**O Plano de Trabalho do Bolsista, elaborado pelo professor-orientador, deverá conter os seguintes itens:**

- natureza do trabalho a ser executado;
- carga horária semanal;
- metodologia a ser empregada;
- resultados esperados.

Os projetos deverão ser encaminhados à Diretoria, com a chancela da coordenação do curso.

Serão considerados, para a concessão das Bolsas de Iniciação Científica, os seguintes critérios:

- titulação do professor orientador;
- regime de trabalho do professor orientador;
- consistência teórico-metodológica do projeto;
- plano de trabalho proposto para o bolsista.

**Somente poderão ser indicados para as Bolsas de Iniciação Científica estudantes da Faculdade, regularmente matriculados, nas seguintes condições:**

- estejam em dia com as mensalidades escolares;
- estejam cursando entre o terceiro e o penúltimo período letivo;
- não tenham concluído outro curso de graduação;
- possuam média geral igual ou superior a setenta;

O aluno só poderá ser indicado por um único orientador e para um único projeto.

O desenvolvimento do trabalho dos bolsistas será acompanhado por meio de relatórios parciais (semestrais) e finais (anuais), elaborados pelos próprios bolsistas, sob supervisão do professor orientador. Os relatórios devem conter os seguintes itens:

- Identificação (título, bolsista (s), orientador, unidade / departamento);
- descrição das etapas desenvolvidas pelo aluno;
- metodologia utilizada;
- resultados alcançados;
- conclusões;
- referências bibliográficas.

São obrigações do bolsista:

- cumprir o programa e a carga horária de trabalho estipuladas pelo professor orientador;
- apresentar relatórios, parciais e final de suas atividades;
- apresentar seminário na Semana de Iniciação Científica ou outras mostras determinadas pela Diretoria;
- comparecer às atividades propostas pela Diretoria, no âmbito da formação geral para a pesquisa
- assistir a palestras, encontros ou cursos, por determinação do professor-orientador, desde que relevantes para o trabalho desenvolvido ou a formação para a pesquisa.

As Bolsas de Iniciação Científica terão duração de onze meses, com início em 1º de fevereiro e término em 31 de dezembro, do mesmo ano, exigindo-se do bolsista a carga horária mínima de oito horas semanais, admitindo-se a renovação por igual período, consoante solicitação do professor-orientador e parecer do Comitê Diretor.

Os bolsistas deverão ser substituídos nos seguintes casos:

- cancelamento ou trancamento de matrícula;
- conclusão de curso;
- a pedido;
- por solicitação do orientador, devidamente justificada.

O cancelamento da bolsa poderá ser feito a qualquer momento, devendo Faculdade comunicar ao bolsista com, pelo menos, trinta dias de antecedência.

Somente farão jus ao Certificado de Bolsista de Iniciação Científica os alunos que, além do cumprimento de suas obrigações, tiverem seus relatórios e trabalhos apresentados na Semana de Iniciação Científica e aprovados pelo Comitê Diretor.

## 6.2 Extensão

A Faculdade Metropolitana da Amazônia entende que:

- a prestação de serviços de extensão deve ser vista como consequência lógica do exercício das funções de ensino e da iniciação científica;
- a extensão deve ser entendida como uma atividade interativa e dinâmica entre a IES e a comunidade, na medida em que irá interferir na sociedade e se alimenta das informações desta interferência para nortear o seu trabalho;
- a extensão deve ser um instrumento educativo que articule “teoria e prática”;
- a extensão deve ter espaço institucional próprio definido na estrutura institucional e não pode ser dissociada do ensino e da iniciação científica;
- a cultura que passa do processo de informação à formação terá na extensão seu caminho natural de preservação, elaboração, divulgação e criação.

A extensão é, portanto, entendida como uma função e componente importante do Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade Metropolitana da Amazônia, pela qual a instituição estende sua comunicação e atendimento aos vários segmentos da sociedade e dela recebe um influxo de realimentação para avaliação de suas atividades no ensino de graduação, pós-graduação e iniciação científica.

A filosofia operacional concebida pela Faculdade Metropolitana da Amazônia incorpora as atividades de extensão dentro do seu contexto de funcionamento e deverá envolver todos os cursos de graduação e de pós-graduação oferecidos.

A prática da extensão na Faculdade Metropolitana da Amazônia deve articular-se em cinco módulos distintos, com os quais formaliza uma estreita conjunção com o ensino e a iniciação científica.

No *primeiro módulo* encontram-se sistematizados os eventos culturais, técnicos e científicos, conferindo um destaque para os seminários com enfoque na responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Pelo *segundo módulo* destacam-se os cursos de extensão universitária com os quais se pretende suprir a demanda existente não apenas perante o acadêmico como as atividades complementares, como também diante de profissionais identificados com as suas diferentes carreiras. Os cursos de extensão devem atender, sobretudo, aos interesses da comunidade externa.

Em função do *terceiro módulo* estruturam-se os projetos de atendimentos à comunidade, que podem ser desenvolvidos pelos serviços de apoio aos estágios, curriculares e extracurriculares, às práticas profissionais e à iniciação científica, previstos nos projetos pedagógicos de cada curso de graduação. Inicialmente, essas atividades serão desenvolvidas por intermédio do Núcleo de Extensão, órgão interno de coordenação dessas atividades junto a todos os setores e cursos da instituição.

Dentro do *quarto módulo* estão as assessorias e consultorias, possíveis de serem identificadas através da referência laboratorial dos cursos, dentro de uma visão multidisciplinar, na qual se incluem o Núcleo de Prática Jurídica, o Núcleo de Planejamento, Gestão e Controladoria e o Núcleo de Turismo, ligados aos primeiros cursos pleiteados, após a implantação. À medida que forem sendo implantados os novos cursos de graduação

(bacharelados, licenciaturas e tecnológicos), os serviços correspondentes serão implementados e passarão a atuar nas atividades de extensão.

Ao *quinto módulo* cabe articular as publicações de interesse acadêmico e cultural, valendo ressaltar o projeto da Revista FAMAZ, destinada a publicar a produção intelectual, científica, artística e cultural do corpo social da Faculdade e outras publicações específicas de cada área, a exemplo do curso de Ciências Contábeis, que pretende desenvolver pesquisas que envolvam mensuração de ativos, passivos e impactos ambientais, bem como a mensuração dos créditos de carbono e na avaliação da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento capaz de identificar a geração e distribuição de riqueza regional, mormente daquela oriunda da exploração dos recursos naturais (minerais e florestais) realizados por grandes corporações instaladas na região.

Na extensão, associada à iniciação científica, os programas devem incluir a prestação de serviços, nas áreas dos cursos ministrados pela Instituição, a entidades não governamentais, especialmente as filantrópicas, destinadas a prestarem assistência a pessoas ou grupo de pessoas que diferem substancialmente dos demais com relação a um ou mais parâmetros relevantes. Estes serviços podem beneficiar, por exemplo, creches, orfanatos, asilos, aldeias indígenas, escolas em regiões de condições de vida miseráveis, entidades de atendimento a portadores de necessidades especiais, presidiários ou ex-presidiários, guetos favelados, moradores de rua.

### **6.3 Monitoria**

Os alunos da Faculdade Metropolitana da Amazônia podem participar do Programa de Monitoria destinado a propiciar aos alunos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Os monitores auxiliarão o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de iniciação científica e extensão e de trabalhos práticos e experimentais.

Ao corpo discente, os monitores auxiliarão, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência, conforme consta no regulamento de monitoria do curso de Administração abaixo:

### ***RESOLUÇÃO COSUP Nº 08 /2009, DE 01 DE OUTUBRO DE 2009.***

Dispõe sobre o Programa de Monitoria nos Cursos de Graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia), modalidade presencial.

O Diretor Geral da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), no uso das atribuições estatutárias, e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

#### **CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO**

Art. 1º- Instituir o Programa de Monitoria da FAMAZ, assumindo a monitoria como uma atividade acadêmica que contribui para o aprimoramento da formação discente, sendo responsável por incentivar no discente o interesse pela docência por meio do desenvolvimento das atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. A monitoria é entendida como um instrumento para a melhoria do ensino superior nos cursos de graduação.

Parágrafo primeiro: Monitoria é uma atividade acadêmica vinculada às disciplinas que integram a matriz curricular do projeto pedagógico de um determinado curso de graduação.

Parágrafo segundo: Esta atividade acadêmica será exercida, exclusivamente, por aluno regularmente matriculado em um curso de graduação, bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia, modalidade presencial, da FAMAZ.

Parágrafo terceiro: O aluno, que atende às condições institucionais definidas nesta Resolução, poderá exercer monitoria apenas nas disciplinas que integram a matriz curricular do curso de graduação que estiver regularmente matriculado na FAMAZ.

Art. 2º - Instituir que a monitoria é uma atividade acadêmica optativa a ser desenvolvida no contexto dos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia, modalidade presencial, sendo considerada como atividade complementar e devendo constar no Histórico Escolar do Discente.

Parágrafo único: Para que a monitoria pontue como atividade complementar será essencial que o aluno obtenha avaliação satisfatória no desempenho da monitoria atribuída pelo docente responsável da disciplina que se constituirá no cenário desta atividade acadêmica.

## CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 3º - Definir que o Programa de Monitoria tem por objetivos:

I – Propiciar ao aluno oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão.

II - Assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas atividades acadêmicas.

III - Prestar suporte ao corpo docente no desenvolvimento das práticas pedagógicas, no desenvolvimento de novas metodologias de ensino e na elaboração de material de apoio que aprimorem o processo de ensino e de aprendizagem.

IV - Prestar o apoio ao aprendizado do estudante que apresente de dificuldade, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e impulsionando o enriquecimento na formação discente.

V - Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a qual o monitor estiver ligado.

## CAPÍTULO III – DOS REQUISITOS

Art. 4º - Estabelecer os seguintes requisitos para que os discentes possam inscrever-se para participar do Programa de Monitoria da FAMAZ:

I - Estar regularmente matriculado em curso de graduação (bacharelado, licenciatura ou superior de tecnologia) na modalidade presencial oferecido pela FAMAZ.

II - Ter sido aprovado na disciplina para a qual desempenhará as atividades referentes ao Programa de Monitoria.

III - Apresentar média superior ou igual a 7,0 (sete) na disciplina para a qual desempenhará as atividades de monitoria.

IV - Ter disponibilidade de carga horária para cumprir com o desenvolvimento das atividades de monitoria.

V - Não ter recebido sanção disciplinar.

## CAPÍTULO IV – DOS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA ABERTURA DE VAGAS

Art. 5º - A abertura de vagas para candidatos à seleção do Programa de Monitoria pressupõe a constatação da real necessidade da disciplina, frente à indicação do corpo docente.

Art. 6º - A solicitação de monitoria, assim como a disponibilidade de vagas, deverá ser feita à Direção Geral, pela Coordenação do Curso, mediante a indicação do corpo docente e/ou do Colegiado do Curso de Graduação.

Parágrafo único: A solicitação deverá ser encaminhada conforme prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

#### CAPÍTULO V – DA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO

Art. 7º - A inscrição deverá ser formalizada pelo discente no protocolo da FAMAZ, mediante processo específico para tal.

Parágrafo único: a inscrição poderá ser feita pessoalmente no protocolo ou por intermédio de procurador legalmente constituído.

Art. 8º - A seleção dos monitores será realizada segundo critérios estabelecidos pela Coordenação de Curso e/ou Colegiado do Curso de Graduação.

Parágrafo primeiro: A seleção dos alunos para assumir a monitoria é feita por meio de processo seletivo que poderá consistir e análise de desempenho do rendimento acadêmico, por meio de prova escrita e/ou entrevista.

Parágrafo segundo: Caberá ao professor requerente da monitoria elaborar, corrigir e classificar os candidatos, cujo resultado será divulgado pela Coordenação do Curso de Graduação.

Parágrafo terceiro: O dia e o local de realização da seleção, assim como os critérios de seleção deverão ser divulgados por meio de publicação de Edital de âmbito interno, ficando sua divulgação a cargo da Coordenação do Curso de Graduação.

Art. 9º - Caso o processo seletivo contenha a realização de provas pelo discente, as mesmas deverão ter o mesmo nível de complexidade das atividades desenvolvidas no decorrer do ensino da disciplina.

Art. 10 - Para efeito de classificação, será considerada satisfatória a obtenção de média não inferior a 7,0 (sete) no processo seletivo.

Parágrafo único. Em caso de empate, será aprovado o aluno com maior nota na disciplina em que pleiteia a monitoria, e caso persista o empate, ficará a decisão a cargo do professor da disciplina, que poderá recorrer a uma nova entrevista.

Art. 11 - A relação dos discentes selecionados será encaminhada para a Direção Geral para homologação e publicação do resultado, assim como formalização do ato de designação do monitor.

Parágrafo único: O discente designado monitor será supervisionado pelo professor da disciplina.

#### CAPÍTULO VI – DOS DIREITOS E DEVERES DO MONITOR

Art. 12 - A função do monitor não constituirá cargo e não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza com a mantenedora da FAMAZ.

Art. 13 - O monitor deverá cumprir, integralmente, o plano de monitoria, bem como o horário de trabalho estabelecido, não podendo exceder a 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único: As atividades programadas para o monitor não poderão estar sobrepostas ao seu horário de aula do semestre em que esteja matriculado.

Art. 14 - O monitor deverá cumprir e fazer cumprir em sua área de ação as normas estabelecidas e as orientações do(s) professor(es) da disciplina e/ou responsável pelo laboratório.

Art. 15 - O monitor deverá ser avaliado, semestralmente, pelo professor responsável da disciplina.

Art. 16 - O monitor deverá elaborar, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo docente da disciplina.

Art. 17 - O tempo de duração do contrato de monitor será de dois semestres letivos, em uma mesma disciplina, sendo que ao término desse período, o monitor receberá certificado de exercício de monitoria, expedido pela Direção Geral da FAMAZ.

Art. 18 - São atribuições do monitor:

I - Auxiliar o professor da disciplina na realização de trabalhos teóricos, práticos e experimentais.

II - Colaborar com o docente no desempenho de tarefas didáticas, tais como: preparação de aulas práticas, aplicação de exercícios, trabalhos escolares e outros de natureza similar.

III - Cooperar no atendimento e orientação aos alunos, visando sua adaptação e maior integração na FAMAZ.

IV - Divulgar para os alunos os horários e locais de plantão.

V - Cumprir o plano de trabalho e os horários divulgados.

VI - Apresentar relatório mensal ao professor da disciplina.

Parágrafo primeiro: É vedada ao monitor a realização de atividades de responsabilidade exclusiva do professor, tais como: controle de frequência, registro dos conteúdos programáticos e das atividades no sistema acadêmico, aplicação de provas e as atividades de caráter administrativo.

Parágrafo segundo: O monitor responsabilizar-se-á pelo material e equipamento de trabalho a ele confiados.

Parágrafo terceiro: É vedado ao estudante o exercício cumulativo de Monitoria.

#### CAPÍTULO VII – DAS COMPETÊNCIAS DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA

Art. 19 - Compete ao professor responsável pela disciplina:

I - Elaborar o plano de atividades em conjunto com o monitor.

II - Supervisionar e avaliar as atividades exercidas pelo monitor.

III - Orientar o monitor no desempenho das atividades programadas.

IV - Capacitar o monitor no uso de metodologias de ensino/aprendizagem adequadas à sua atuação nas atividades propostas.

V - promover o aprofundamento dos conhecimentos do monitor quanto aos conteúdos e competências da disciplina.

VI - Avaliar, de forma contínua, o desempenho do monitor por meio de critérios previamente estabelecidos, e que sejam do conhecimento do monitor.

VII - Acompanhar a redação do relatório das atividades desenvolvidas e assiná-lo, juntamente, com o monitor e encaminhá-lo ao Coordenador do Curso no prazo estabelecido.

VIII - Enviar relatório semestral, com a avaliação de desempenho do monitor, ao Coordenador do Curso de Graduação.

Parágrafo único: No plano de atividades a ser desenvolvido pelo monitor deverá constar os objetivos a serem alcançados, as atribuições, as metodologias a serem utilizadas, os horários de trabalho, a carga horária a ser cumprida, o cronograma de acompanhamento e os critérios de avaliação de desempenho.

#### CAPÍTULO VIII – DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 20 - O professor deverá pleitear o oferecimento da Monitoria junto à Coordenação do Curso de Graduação, mediante requerimento e apresentação do Plano de Atividades de Monitoria, que deve conter:

I - Justificativa da Monitoria.

II - Atividades programadas para a Monitoria.

## **CAPÍTULO IX – DO CANCELAMENTO DA ATIVIDADE DE MONITORIA**

Art. 21 - O exercício da monitoria será cancelado nas seguintes circunstâncias:

I - Por indicação do professor da disciplina a qual o monitor está vinculado, com base nos relatórios de avaliação docente, após aprovação da Coordenação do Curso de Graduação.

II - Por suspensão imposta ao aluno no período em que se encontrar no exercício da monitoria.

III - Por trancamento de matrícula.

IV - Por obtenção de frequência inferior a 80% (oitenta por cento) nas atividades de monitoria, a cada mês.

V - Por não apresentar o relatório mensal ao professor responsável pela disciplina.

VI - Por não cumprir, satisfatoriamente, as atribuições que contam do plano de trabalho e com os deveres que constam desta Resolução.

Parágrafo único: O desligamento do aluno do Programa de Monitoria, por cancelamento, implicará na rescisão do ato de nomeação da monitoria.

## **CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância pela Coordenação do Curso de Graduação, e, posteriormente, pela Direção Geral da FAMAZ.

Art. 23 - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

### **VII FORMAS DE ACESSO AO CURSO**

O acesso ao curso de Ciências Contábeis é mediante classificação em processo seletivo, conforme edital publicado semestralmente, na forma da lei. O acesso, havendo vagas, pode ser realizado, ainda, por recebimento de transferência de alunos de cursos afins ou de graduados, também em cursos afins.

### **VIII ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO**

O curso de Ciências Contábeis está inserido na estrutura acadêmico-administrativa da FAMAZ. É gerenciado por um Coordenador, tendo como órgão deliberativo e recursal o Conselho de Curso, integrado por representação docente e discente e presidido pelo Coordenador. O Núcleo Docente Estruturante é órgão auxiliar da Coordenadoria e do Conselho de Curso, sendo composto e coordenado pelo Coordenador do curso e por mais cinco professores, com mestrado ou doutorado e enquadrados nos regimes de tempo integral e parcial.

#### **8.1 Núcleo Docente Estruturante**

Integra, ainda, o Curso de graduação em Ciências Contábeis da FAMAZ, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), em atendimento às normas do MEC. O NDE é formado por, no mínimo, cinco professores em atividades no Curso, prioritariamente com a titulação de mestre e doutor e regime de trabalho em tempo integral e parcial. São atribuições gerais do NDE a elaboração, implantação e acompanhamento dos projetos pedagógicos de cada curso de graduação ao qual esteja vinculado, assessorando a Coordenadoria de Curso e subsidiando, como órgão auxiliar, o Colegiado de Curso em suas deliberações.

Visando tornar institucional o NDE e traçar parâmetros para sua instalação nos cursos, através da Resolução nº 03, de 28 de setembro de 2009, o Conselho superior da Instituição FAMAZ (COSUP), resolve estabelecer as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), como abaixo segue:

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante é um conjunto de professores, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral e parcial, que respondem mais diretamente pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia).

Art. 3º O Núcleo Docente Estruturante vincula-se à Coordenação do Curso de Graduação e conta com representante no Colegiado do respectivo Curso de Graduação.

Art. 4º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Legislação, Atos Normativos do MEC e Projeto Pedagógico Institucional, assumindo como metodologia o processo de construção coletiva;

II. Promover a atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso;

III. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;

IV. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento definidas pelo Colegiado de Curso;

V. Analisar e avaliar os Planos de Ensino das disciplinas que integram a matriz curricular do PPC

VI. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico do Curso;

VII. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário, com apresentação de justificativa;

VIII. Emitir parecer sobre proposta de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;

IX. Participar do processo de seleção de docentes para o curso, com vistas a avaliar o desempenho acadêmico;

X. Assessorar a Coordenação do Curso no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Art. 5º O Núcleo Estruturante será composto por professores do curso, que atendam ao perfil acadêmico definindo pelo MEC, mediante Portaria de nomeação da Direção Geral da FAMAZ.

Art. 6º O Núcleo Docente Estruturante será composto pelo coordenador do curso e por, pelo menos, 30% dos docentes do curso, sendo que parte destes participou da implantação do PPC e participa da sua consolidação de forma concreta.

§ 1º A composição do NDE obedecerá, rigorosamente, ao estabelecido nos Instrumentos de Avaliação do INEP para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, considerando as especificidades previstas nos documentos do MEC e na legislação em relação ao Bacharelado, Licenciatura e Curso Superior de Tecnologia.

§ 2º O Coordenador do Curso será substituído em suas faltas e impedimentos pelo membro do NDE mais antigo no respectivo Curso.

Art. 7º Os docentes que compõem o NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *Stricto sensu* e com experiência docente,

podendo-se abrir exceção para os Cursos Superiores de Tecnologia, com titulação acadêmica obtida em cursos de especialização *Lato senso*

Art. 8º Os docentes que compõem o NDE deverão ser contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso de graduação.

Parágrafo único. Docentes contratados em regimes de tempo integral e parcial, respondem, diretamente, pela criação, implantação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 9º Compete ao Presidente do NDE:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da FAMAZ;
- III. Encaminhar as deliberações do NDE por meio de Atas;
- IV. Designar relator ou comissão para estudos de matérias a serem decididas pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar com redação de atas;
- V. Coordenar a integração com os demais NDE e Colegiados de Cursos, bem como com os Conselhos e Órgãos da FAMAZ.

Art. 10. O NDE reunir-se à, ordinariamente, por convocação do Presidente, 1 (um) vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. A convocação deverá ser feita, pelo menos, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

Art. 11. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes nas reuniões.

Parágrafo único. Todos os membros do NDE têm direito a voz e voto.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, de acordo com o que prevê o Regimento da FAMAZ e, em casos excepcionais, a decisão final caberá à Direção Geral.

Art. 13. O presente Regimento entrará em vigor após aprovação pelo Conselho Superior (CONSU) da respectiva Resolução da FAMAZ.

Art. 14. A Resolução entra em vigor na data da sua aprovação pelo CONSU, revogando-se as disposições em contrário.

## 8.2 Composição do NDE

O NDE do curso de Ciências Contábeis é integrado por seis professores, sendo um o Coordenador do Curso, com efetiva participação na implantação do PPC e participando ativamente de sua consolidação. Os docentes que compõem o NDE do curso de Ciências Contábeis da FAMAZ s

ão:

Nome do Docente	Titulação	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
José Wilson Nunes	Mestre em Administração	Bacharel em	Tempo

Fernandes		Ciências Contábeis	Integral
Ynis Cristine Lino Ferreira	Mestre em desenvolvimento	Bacharel em Ciências Contábeis	Tempo Integral
Constantino Pedro Alcântara Neto	Doutor em desenvolvimento do trópico úmido / NAEA	Bacharel em ciências Agrárias	Tempo Integral
Valéria Chicre Quemel Andrade	Mestre em meio ambiente	Bacharel em Matemática	Tempo Parcial
Ivete Costa Brabo	Mestre em Serviço Social	Bacharel em Serviço Social	Tempo Integral
Wilson Quemel Vieira	Mestre em Turismo e Hotelaria	Bacharel em Ciências Contábeis	Tempo Integral

### **Titulação e formação acadêmica do NDE**

Todos os membros do NDE do curso de Ciências Contábeis possuem titulação acadêmica em programas de pós graduação *Stricto Sensu*, sendo cinco mestres e um doutor. do mais de 67% mestres e doutores.

### **Regime de trabalho do NDE**

Cinco membros docentes do NDE do curso de Ciências Contábeis são contratados em regime de tempo integral e um em tempo parcial. A FAMAZ pretende a permanência dos docentes do NDE, pelo menos, até a renovação de reconhecimento do curso.

### **8.3 Titulação e Formação do Coordenador do Curso**

O Coordenador do Curso possui graduação e mestrado na área do curso; o regime de trabalho é de tempo integral (40h semanais), sendo 20h reservadas à gestão do curso; possui experiência docente e profissional, incluindo a gestão acadêmica, por mais de dez anos.

Exerce as funções de Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da FAMAZ o professor José Wilson Nunes Fernandes, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará - UFPA, mestre em Administração pela UFRN, professor auxiliar da Universidade Federal do Pará do curso de Ciências Contábeis, ex-diretor da Faculdade de Ciências Contábeis da UFPA, membro de bancas de elaboração de concursos públicos pela FADESP.

São atribuições do Coordenador de Curso:

- I. superintender todas as atividades do Curso e da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;

- II. convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante;
- III. acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- IV. apresentar, semestralmente, ao Conselho de Curso e à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- V. sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- VI. encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor Geral, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- VII. promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não-docente nele lotado;
- VIII. propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de tecnologia, de pós-graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- IX. distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- X. decidir, após pronunciamento do professor da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- XI. delegar competência; e
- XII. exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

#### **8.4 Conselho do Curso**

O Regimento da FAMAZ prevê a participação efetiva da coordenação do curso e da representação discente nos seus órgãos colegiados acadêmicos, bem como apoio didático-pedagógico aos docentes. O colegiado de curso tem constituição e atribuições que lhe conferem plena representatividade e importância nas decisões sobre assuntos acadêmicos do curso.

O Conselho ou Colegiado do Curso de Ciências Contábeis é presidido pelo Coordenador do Curso e integrado pelos seguintes membros:

1. Sâmia Gorayeb Holanda - representante docente;
2. Érika Simone da Silva Bentes - representante docente;
3. Rubens Araújo Martins - representante docente;
4. Wilson Quemel Vieira - representante docente;
5. Ynis Cristine M. Ferreira - representante docente
6. Juscelino Soares de Lima - representante discente

O Colegiado de Curso é integrado pelos seguintes membros:

- I. o Coordenador do Curso, que o preside;

- II. cinco representantes do corpo docente do curso, sendo três escolhidos pelo Diretor Geral e dois pelos seus pares, indicados em lista tríplice, com mandato de um ano, podendo haver recondução;
- III. um representante do corpo discente, indicados pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de um ano, sem direito a recondução.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. deliberar sobre o projeto pedagógico do curso;
- II. deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- III. emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do COSUP;
- IV. pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- V. opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- VI. aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- VII. promover a avaliação periódica do curso; e
- VIII. exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

## 8.5 Corpo Docente

O corpo docente do curso de Ciências Contábeis da FAMAZ, em março de 2013 (quando da postagem no e-mec) tem a seguinte composição:

Nome	Disciplina	Titulação/ Formação	RT	CH
Affonso Henriques de Azevedo Nogueira	Teoria Geral da Administração	Mestre	RTI	40
André Charone Tavares Lopes	Introdução à Contabilidade; Contabilidade Societária; Contabilidade Avançada; Perícia Contábil e Arbitragem; Controladoria	Especialista	RTI	40
Eduardo Augusto Ventura Neto	Economia	Mestre	RTP	20
Érika Simone da Silva Bentes	Teoria da Contabilidade; Contabilidade do Agronegócio; Ética e Responsabilidade Ambiental; Laboratório Contábil	Mestre	RTIP	40
Igor Zwicker Martis	Direito Público e Privado, Legislação Trabalhista e Previdenciária.	Mestre	RTP	20
Ismael Passos	Matemática	Mestre	H	20

José Wilson Nunes Fernandes	Estágio Supervisionado I, Controladoria; Contabilidade das Instituições Financeiras	Mestre	RTI	40
Leonidas Craveiro	Legislação Tributária	Especialista	RTP	20
Lúcia Cavalcante	Psicologia; Ciências Sociais	Mestre	RTP	20
Luiz Feliciano Rodrigues Junior	Estatística	Mestre	RTP	20
Maria do Socorro Pessoa	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I; Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	Especialista	RTI	40
Priscilla Nascimento	Administração Financeira e Orçamentária I	Mestre	RTP	20
Raul Fernando Carvalho	Administração de Sistemas de Informação; Administração Financeira e Orçamentária II	Mestre	RTI	40
Rodrigo Conceição	Matemática Financeira	Especialista	RTP	20
Rubens Araújo Martins	Estrutura das Demonstrações Contábeis; Análise das demonstrações contábeis; Estágio Supervisionado II; Contabilidade Intermediária	Especialista	RTI	40
Vanessa Mieiro Mello	Administração	Especialista	RTP	20
Wilson Quemel Vieira	Auditoria; Contabilidade Fiscal e Tributária; Contabilidade de Custos; Análise de Custos	Mestre	RTI	40
Ynis Cristine M. Ferreira	Teoria da contabilidade; Tópicos Avançados em Contabilidade; Elaboração de Análise de Projetos	Mestre	RTI	40

## TITULAÇÃO

O corpo docente do curso de Ciências Contábeis da FAMAZ é integrado por 18 professores, dos quais, 12 (66,67%) têm titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

## REGIME DE TRABALHO

Os 18 (100%) docentes do curso de Ciências Contábeis estão enquadrados em regime de Tempo Integral (TI) e Tempo Parcial (TP), sendo nove em TI e nove em TP. Os professores em TI dedicam, no mínimo, 20h às atividades extraclasse e os em TP, no mínimo, 10%.

## **EXPERIÊNCIA DO QUADRO DOCENTE**

Nº de docentes: 18 docentes

- Nº de docentes com experiência acadêmica ou profissional entre 4 e 5 anos: 16 docentes (85,7% do total docente)

O tempo de experiência do magistério superior ou experiência profissional do corpo docente de Ciências Contábeis da FAMAZ é igual a 85,7%, no mínimo de 4 a 5 anos, respeitando pelo menos 60% dos docentes do curso, no mínimo de quatro (4) anos de experiência acadêmica no ensino superior ou experiência profissional.

## **RELAÇÃO ALUNO/DISCIPLINA TEÓRICA**

Número de alunos por turma, no máximo: 60 alunos

- Disciplinas teóricas: 42 disciplinas

A relação de alunos por turma em disciplina teórica é igual a 32 alunos por disciplina teórica, respeitando a relação de no máximo 50/1.

## **NÚMERO MÉDIO DE DISCIPLINAS POR DOCENTE**

- Nº DE DISCIPLINAS: 42 DISCIPLINAS
- Nº DE DOCENTES: 18 DOCENTES

O NÚMERO MÉDIO DE DISCIPLINAS POR DOCENTE POR SEMESTRE É NO MÁXIMO TRÊS DISCIPLINAS.

## **PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

Há no curso, o incentivo pelo desenvolvimento da pesquisa, nas suas mais diversas modalidades, desde a pesquisa bibliográfica até o estudo de campo, com participação de estudantes (iniciação científica) e docentes. Os docentes têm em média, nos últimos três anos, pelo menos duas produções científicas.

### **8.6. Corpo Docente - Atual**

O corpo docente, responsável por ministrar os componentes curriculares do curso de Ciências Contábeis, foi recrutado e selecionado entre professores da região, com titulação adequada às disciplinas para as quais foram indicados. A jornada semanal de trabalho desses professores respeita o Regimento da FAMAZ e as normas do Ministério da Educação constantes do Instrumento de Avaliação *in loco* (TI – Tempo Integral; TP – Tempo Parcial; RE - Regime Especial).

A implantação do Plano de Carreira Docente, submetido à Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme protocolo nº 4622.010154/2009.42 em 23/11/2009, depende de aprovação do referido órgão, nos termos da legislação trabalhista vigente. O PCD em análise privilegia a titulação, a produção científica e o desempenho docente, mediante avaliações periódicas a serem conduzidas por uma comissão.

## **IX INSTALAÇÕES FÍSICAS**

Situada na Avenida Visconde de Souza Franco, 72, Bairro do Reduto, Município de Belém, Estado do Pará, a Faculdade Metropolitana da Amazônia dispõe de infraestrutura física própria constituída por duas edificações, contando, ambas, com um andar térreo e um primeiro andar. Suas instalações prediais foram devidamente projetadas para atender às finalidades educacionais respeitando às especificações técnicas quanto às dimensões, à iluminação, à ventilação e acústica. Por serem prédios recém construídos, encontrando-se em excelente estado de conservação.

Suas instalações físicas acadêmicas e administrativas são adequadas para o atual número de usuários e para o ramo de atividade que trabalha. Todas as salas de aula, biblioteca e demais espaços e dependências de utilização acadêmica estão equipados com ar condicionado, mobiliário e iluminação adequados, isolamento de ruídos, equipamentos de prevenção de incêndio e boa higiene, obedecendo todas as normas de salubridade e segurança.

### **9.1 Sala dos professores e coordenação do curso**

A FAMAZ possui a instalação para docentes (salas de professores) num amplo espaço, com área de 108m<sup>2</sup>, a fim de garantir um ambiente propício para o desenvolvimento da relacionamento pessoal e didático-pedagógico de seus docentes. Esse ambiente atende aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

A sala de professores, possui uma infraestrutura adequada com 05 mesas, 30 cadeiras, 01 bebedouro, 01 geladeira e 08 computadores conectados à internet contendo os principais softwares de produtividade do pacote Office, além de uma impressora para preparo de atividades de uso exclusivo dos professores. O ambiente também dispõe de armários individuais para os professores. O local além da infraestrutura física, tecnológica, conta com um suporte de pessoal, através de uma funcionária de atendimento ao docente e a discente e de uma copeira, que ajudam no desenvolvimento das atividades organizacionais dos espaços.

A coordenação do curso possui uma sala individual de trabalho e atendimento, com 10m<sup>2</sup>, devidamente mobiliada, tendo um computador conectado à internet e a rede interna da Faculdade, detentora dos bancos de dados da área pedagógica que possibilitam a realização de serviços de suporte tecnológico ao docente e discente, garantindo o atendimento das demandas burocráticas do curso.

## **9.2. Gabinete de trabalho dos professores**

Os professores em TI e TP, incluindo os integrantes do NDE, têm à sua disposição uma sala específica, com 55m<sup>2</sup>, contendo quatro gabinetes individuais para a orientação didática de alunos e o desenvolvimento de atividades de interesse do curso. A utilização destes ambientes acontece em dias e horários diferenciados aos já estabelecidos para reuniões de professores e de utilização dos membros do NDE, sempre em conformidade com o quadro de horários afixado nas salas.

A área de trabalho dos docentes em TI e TP. do Núcleo Docente Estruturante e da Coordenação dos Cursos da FAMAZ possui a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de trabalhos pertinentes ao planejamento, estruturação e avaliação de atividades pedagógicas. No que tange a equipamentos, a sala dispõe de 12 (doze) mesas com divisórias, cada uma contendo um computador com acesso à internet e rede wi-fi, munido com os principais softwares de produtividade do pacote Office e impressora em rede local.

## **9.3 Salas de aula**

A FAMAZ conta com 42 salas de aula, número suficiente para a demanda dos cursos ofertados. Todas elas estão equipadas com projetor de multimídia (Data Show), CPU e demais recursos áudio visuais, constituindo uma área total de 2.268m<sup>2</sup>.

Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

As salas de aula do curso de Ciências Contábeis que somam no total 08 turmas, distribuídas nos turnos vespertino e noturno possuem mobiliário e equipamentos adequados e ergonômicos segundo a finalidade, apresentando a disposição recursos audiovisuais e internet que podem ser utilizados durante as aulas pelos docentes.

## **9.4 Acessibilidade para os portadores de necessidades especiais**

A adaptação das instalações físicas para pessoas portadoras de necessidades especiais foi promovida em todas as áreas com a adoção de algumas ações:

- a) Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, com a construção da rampa na portaria principal; nas demais dependências não há barreira arquitetônica;

- b) Construção de rampas e escadas com corrimãos facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- c) Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas.
- d) Instalação de Identificação tátil nas áreas de circulação.

## **9.5. Equipamentos**

### **9.5.1 Laboratórios de Informática**

A comunidade acadêmica tem à sua disposição, quatro laboratórios de informática, com 78m<sup>2</sup> cada, possuindo individualmente em suas salas 25 estações de trabalho e uma impressora, que estão funcionamento das 8h às 12h e de 14h às 22h30 de segunda a sexta-feira.

Em todos os laboratórios os computadores estão ligados em rede, com acesso à Internet e neles estão disponíveis diversos softwares, necessários à gestão acadêmico-administrativa e às disciplinas que utilizem esse recurso, todos devidamente registrados e licenciados, na forma da lei.

### **9.5.2 Serviços**

A manutenção e conservação das instalações físicas será realizada por pessoal competente da própria instituição ou mediante terceirização, através de contratos com empresas especializadas.

O horário de funcionamento, a política de uso e acesso e a manutenção e conservação dos equipamentos, tais como: qualidade do serviço, estado de conservação, plano de expansão e atualização, mecanismos de reparo e de aquisições estão dispostas abaixo:

#### **a) Horário de Funcionamento dos Laboratórios**

Os laboratórios asseguram acessos diários de 2<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup> feira, no horário das 8:00 às 22:30 horas, para que os docentes e discentes tenham condições de desenvolvimento de suas pesquisas, trabalhos e consultas. A Diretoria Geral aprova, no início de cada semestre letivo, o cronograma de funcionamento dos laboratórios, ouvindo as Diretorias Acadêmica e Administrativa. Servirão de base para a elaboração do cronograma os planos de ensino de cada disciplina ou atividade curricular, aprovados pelos colegiados de cursos.

#### **b) Política de Acesso e Uso**

A utilização dos laboratórios é atividade essencial para o curso tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada disciplina e da administração dos laboratórios.

As atividades em laboratório podem ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento direto do professor responsável pela disciplina, auxiliado por monitores e pessoal de apoio.

#### **c) Plano de Conservação e Atualização Tecnológica**

A conservação e atualização dos equipamentos são feitas a partir de uma análise constante pelo pessoal técnico de apoio com o auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificarão a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

A atualização dos softwares é feita também através de análise periódica do pessoal técnico de apoio, consideradas as sugestões de professores do curso que utilizarão os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

#### **d) Plano de Manutenção**

A manutenção de equipamentos, dependendo de sua amplitude, é assegurada pelo pessoal técnico de apoio da própria instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A reposição de materiais de consumo é compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre.

#### **e) Pessoal Técnico de Apoio**

O pessoal técnico de apoio é formado por equipe de profissionais escolhidos pela instituição, tendo como responsabilidades a atualização tecnológica, manutenção da gerência de redes, manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, biblioteca e demais setores, para que a instituição esteja sempre adaptada às novas tecnologias e consiga manter a qualidade de seus cursos.

### **9.6 Secretaria Acadêmica**

A secretaria acadêmica da FAMAZ (SECAD), com uma área de 55m<sup>2</sup>, possui a infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos trabalhos pertinentes ao setor, que é responsável por todas as atividades de registro e controle acadêmico dos discentes, em todos os níveis de ensino, sendo dirigida por uma Secretária Acadêmica graduada e seis auxiliares, que desenvolvem as diversas atividades oriundas das demandas do setor.

Neste setor, os processos de registros acadêmicos são informatizados e implantados (Sistema Pedagógico – SPF; Sistema On-line), com a garantia de atualização, confiabilidade e eficiência e o acesso aos corpos docentes e discentes é excelente.

## **9.7. Biblioteca**

### **9.7.1 Espaço Físico**

A Biblioteca, localizada na frente do prédio principal, com seu espaço físico ampliado recentemente, em vista do crescimento do seu acervo, ocupa agora, um total de 300,00m<sup>2</sup>, dos quais 30,00m<sup>2</sup> são destinados a estudos individuais, 110,00m<sup>2</sup> para estudos em grupos, 120,00m<sup>2</sup> para o acervo, 40,00m<sup>2</sup> para a administração, recepção e área técnica. O espaço possui mobiliário e os equipamentos adequados, tanto para os estudos individuais quanto para os estudos em grupo, atendendo aos padrões de uma biblioteca universitária, contando com acesso remoto ao acervo, mediante consulta aos terminais, além de possuir instalações específicas para a rede de computadores e a acessibilidade às instalações físicas por usuários portadores de necessidades especiais.

São totalmente adequadas as instalações para o acervo, no tocante as condições de armazenagem (iluminação, extintor de incêndio, sistema antifurto e sinalização), as condições de preservação (manutenção preventiva e corretiva, umidade correta e sistema anti-mofo).

A Biblioteca adota a classificação decimal universal (CDU) para a classificação de seu acervo. As obras serão catalogadas segundo as Normas do Código Anglo-Americano (AACR2). A esses instrumentos o aluno tem acesso, para consultas, via rede informatizada.

O acervo dos livros da bibliografia básica do curso é integrado por 592 títulos e 3339 exemplares de livros, suficientes para o atendimento da comunidade acadêmica do curso.

Além da bibliografia básica, os alunos do curso dispõem de um acervo de 2.306 livros, com 20.854 exemplares, que abrangem as diversas áreas do conhecimento humano e as publicações clássicas da área do curso.

O acervo bibliográfico é formado por livros técnicos e periódicos especializados. Os materiais especiais são formados por recursos multimídia (CD-Rom e DVD). Este acervo é complementado por bases de dados, disponíveis em linha, via Internet, assim como acesso à Bibliotecas Virtuais e sites de interesse para complementar os materiais bibliográficos e especiais, abrangendo as áreas correspondentes aos cursos e programas ofertados pela Faculdade Metropolitana da Amazônia.

As coleções das bibliotecas estão à disposição de toda a comunidade para consulta local. Também estão disponíveis via Internet, na página da Faculdade, no item BIBLIOTECA, bem como os demais serviços informacionais como empréstimo domiciliar, reserva de material, acesso às bases de dados, periódicos em linha, bibliotecas virtuais, entre outros.

O empréstimo de livros, periódicos e outros materiais destinam-se à comunidade universitária. Há, portanto, acesso remoto, disponibilidade e disseminação em linha, via Internet, na página (site) da Faculdade, no menu Biblioteca.

No momento, há correlação entre o acervo da Biblioteca e os itens relacionados nas bibliografias básica e complementar dos cursos pretendidos inicialmente. A aquisição de novos materiais bibliográficos e especiais, assim como de base de dados e periódicos em linha, tanto de acesso público como por meio de assinatura faz parte da política de atualização e melhoria contínua do acervo.

Quanto aos títulos de periódicos especializados, nacionais e internacionais, além das assinaturas, estão disponíveis em linha, as bases de dados ProQuest (Academic Research Library e Medical Library), SCIELO, ERIC, EDUBASE, entre outras, de acesso livro e texto completo.

A política de atualização e expansão do acervo volta-se para a orientação do desenvolvimento de coleções bibliográficas e especiais, seguindo, em princípio, os seguintes pontos:

- Obras de referências (almanaques; atlas; bibliografias gerais e especializadas; censos estatísticos; dicionários gerais e linguísticos, literários e especializados; enciclopédias; mapas geográficos e históricos, etc.)
- Livros – básicos (livros-texto) e complementares;
- Periódicos – especializados em cada área, nacionais e internacionais;
- Monografias, dissertações e teses;
- Mídias (CD-Rom, DVD, Fitas de Vídeo, bases de dados etc);
- Folhetos;
- Relatórios técnico-científicos;
- Outras publicações compatíveis com os interesses da comunidade acadêmica.

Para manter a qualidade da coleção, os seguintes critérios de formação de acervo deverão ser considerados, entre outros:

- Adequação do material aos objetivos educacionais da Instituição;
- Autoridade do autor;
- Nível de atualização do material;
- Equilíbrio e organização da obra à distribuição do conteúdo;
- Custos justificáveis, considerando-se a verba disponível e a possibilidade de substituição por outros itens já constantes do acervo;
- Idioma acessível aos usuários.

Além desses critérios, face à relevância da informação atualizada e a ampliação do acervo, a política de atualização e ampliação do acervo atende à indicação de títulos e quantidade de exemplares oriundos do corpo docente, com base nos conteúdos programáticos das disciplinas dos cursos e programas, do corpo discente, com base em

suas necessidades informacionais e do bibliotecário, com base na vinculação entre os lançamentos editoriais, e o que consta em bases de dados nacionais e internacionais.

Nesse processo, leva-se em consideração os padrões e indicadores de qualidade emanados do Ministério de Educação, assim como a Base Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES), respectivamente para livros e periódicos, em termos qualitativos e quantitativos.

### **A periodicidade das aquisições será trimestral.**

O planejamento econômico-financeiro da Faculdade, que integra este PDI, contempla os recursos financeiros necessários à ampliação do acervo bibliográfico, ao aumento e à capacitação dos recursos humanos, informatização e ampliação das instalações físicas das Bibliotecas. Um percentual mínimo de 1% da receita da Faculdade, anualmente, destina-se às Bibliotecas.

As técnicas utilizadas para selecionar, adquirir e preparar os materiais informacionais da Biblioteca seguem algumas rotinas, tais como, seleção, aquisição, registro e outras atividades que completam os serviços meios de uma Unidade de Informação.

Na seleção, visa-se manter o desenvolvimento dos recursos informacionais que atendem às necessidades da comunidade acadêmica, de forma sistemática. Concretizando as decisões emanadas do processo de seleção, as publicações e outros materiais especiais são adquiridos por meio de compra, doação ou permuta.

Completando esse processo, desenvolvem-se os serviços de atribuição do tombo (registro), de catalogação, classificação e indexação dos documentos. Serviços automatizados que propiciam a recuperação imediata das informações, com a respectiva geração das etiquetas para localização dos materiais nas estantes.

Atualmente, o sistema das Bibliotecas permite modificações e alterações de acordo com as necessidades. Do ponto de vista técnico, essa flexibilidade permite aos bibliotecários agilizar o processo de pesquisa e operações técnicas voltadas para facilitação do atendimento ao usuário.

Quanto ao sistema de classificação, a Biblioteca adota a Classificação Decimal Universal (CDU) e o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) para a catalogação. A tabela de Cutter Sanborn também é adotada para localização dos materiais no acervo.

### **9.7.2 Serviços**

A Biblioteca desenvolve serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico, levantamento bibliográfico, tratamento da informação, preparo para empréstimo, disseminação da informação e de orientação aos seus usuários, particularmente, aos alunos

em suas pesquisas bibliográficas e nas normas técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos.

O acesso ao material bibliográfico ocorrerá por meio de catálogo informatizado ou ainda pela Internet. O aluno requisitará o título de interesse via internet ou diretamente no balcão de atendimento da biblioteca, nos terminais ou junto aos auxiliares da biblioteca.

Os empréstimos serão disponibilizados ao público interno (alunos, funcionários e professores), com prazos determinados e renováveis por igual período conforme a necessidade do usuário.

A Faculdade proporciona meios de acesso a serviço de cópias de documentos, no setor de reprografia.

O intercâmbio e empréstimo entre bibliotecas integra a política da Faculdade, sendo regular o intercâmbio com a Biblioteca Presidente José Sarney, do Centro Universitário do Maranhão (UniCEUMA), de São Luis (MA), e a Biblioteca Hilson Antônio Bona, do Centro Universitário Euro-Americano (UNIEURO), de Brasília (DF).

A Biblioteca oferta serviço de comutação bibliográfica, no País e no exterior, mediante solicitação e recebimento de cópias de artigos publicados em periódicos técnico-científicas (nacionais e estrangeiros), teses e anais de eventos, existentes no acervo de outras bibliotecas que fazem parte da Rede.

O serviço de consulta a bases de dados, em forma impressa, em meio virtual ou em CD-Rom ou DVD-Rom, diretamente na Biblioteca ou por acesso remoto a recursos de outras bibliotecas universitárias.

- A Biblioteca executa os seus serviços com apoio das seguintes seções:
- Atendimento ao usuário;
- Informação bibliográfica;
- Internet;
- Formação do acervo;
- Processamento técnico;
- Materiais Bibliográficos;
- Materiais Especiais;
- Reprografia.

### **9.7.3 Recursos Humanos**

A Biblioteca conta com um profissional legalmente habilitado (bibliotecário), que responde pela administração, e quatro auxiliares técnicos para prestarem atendimento à

comunidade acadêmica, além do pessoal que dá cobertura ao processo de informatização da biblioteca.

#### 9.7.4 Informatização

A Biblioteca adota o Sistema de Automação de Gerenciamento (SCB) para o Sistema de Controle da Biblioteca, desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia em Informática (NTI) do Centro Universitário do Maranhão, de São Luis (MA), com o qual a Faculdade mantém intercâmbio, o qual contempla os principais serviços de uma biblioteca universitária, funcionando de forma integrada, também, com o Centro Universitário Euro-Americano, de Brasília (DF). A utilização deste Sistema permite ao usuário a localização da informação por autor, título ou assunto. Internamente, disponibiliza os seguintes relatórios estatísticos: de controle diário, de processamento técnico, de empréstimo e de consultas do acervo, entre outros.

São os seguintes os Produtos e Serviços oferecidos pela Biblioteca:

- Consulta *on line*;
- Empréstimo domiciliar *on line* e na Biblioteca;
- Renovação , reserva *on line* e interbibliotecas;
- Empréstimo interbibliotecas (UNICEUMA, UNIEURO e FAMAZ);
- ProQuest (Academic Research Library e Medical Library - bases de dados assinadas, e de acesso livre à comunidade acadêmica);
- Bases de Dados de acesso livre, nacionais e internacionais, como SCIELO, ERIC, EDUBASE, PROLEI, UNESCO-CEPES, FREE MEDICAL JOURNAL etc.
- Periódicos em linha, de acesso livre, com texto completo, nacionais e internacionais;
- Bibliotecas Virtuais;
- Jornais locais de acesso livre;
- Levantamentos bibliográficos;
- Disseminação Seletiva da Informação (DSI);
- Orientação de Normalização para trabalhos e publicações editadas no âmbito do UniCEUMA;
- Visitas Técnicas;
- **Orientação** ao usuário;
- Treinamento de acesso às Base de Dados Nacionais e Internacionais;
- Serviço de referência;
- Serviço de alerta;

- Atividades cooperativo-intercâmbio;
- Comutação Bibliográfica;
- Internet grátis;
- Sala de vídeo;
- Rede sem fio;
- Caixa de sugestões;
- Exposições permanentes;
- Atividades culturais com a comunidade acadêmica;
- Reprografia.

As bases de dados de acesso livre, nacionais e internacionais, os periódicos em linha, de acesso livre, com texto completo, nacionais e internacionais e as Bibliotecas Virtuais, constam na página da Faculdade na Internet, no acesso BIBLIOTECA.

Além dos terminais da Biblioteca para acesso à Internet, a comunidade acadêmica tem à sua disposição mais 50 terminais no laboratório de informática.

A atualização tecnológica desses equipamentos será realizada periodicamente, de acordo com o plano de informática. O aumento do número de terminais à disposição dos usuários manterá a relação inicial, de acordo com a evolução dos usuários, especialmente, alunos e professores.

### **9.8 Laboratório de Práticas Contábeis e Parcerias**

O curso de Ciências Contábeis tem à sua disposição o Laboratório de Práticas Contábeis (LPC), com área de 19m<sup>2</sup>, para as práticas simuladas e reais e apoio à iniciação científica e às atividades de extensão (cursos e serviços).

O LPC está implantado desde o primeiro semestre do ano de 2011, funcionando com 25 computadores, tendo conexão com a internet, viabilizando o uso de sistemas necessários às práticas contábeis nas empresas, como os aplicativos fiscais, por exemplo. Tal estrutura possibilita atividades de extensão, como o “mutirão do imposto de renda”, atividade desenvolvida com os alunos do semestre mais avançado do curso, que se disponibiliza a elaborar declarações de imposto de renda de pessoas físicas.

O LPC disponibiliza também de um aplicativo de contabilidade, possibilitando ao discente à vivência de práticas contábeis desenvolvidas nas organizações. A instituição também disponibiliza a assinatura da revista técnica IOB – Informações Objetivas, cujos exemplares ficam no LPC para realização de consultas técnicas.

Atualmente o curso de ciências contábeis da FAMAZ mantém três convênios de parcerias na área de sistemas informatizados de contabilidade e de tecnologia da informação, a saber:

- a) EMPRESA NASAJON: Parceria firmada no fornecimento de programas, pela NASAJON, de uso nas áreas contábil (gerente contábil), fiscal (scritta fiscal) e trabalhista (Persona);
- b) EMPRESA ASPEC: Parceria firmada no fornecimento de aplicativo informatizado na área pública, intitulado Gestor Público, onde se permite constituir orçamento e desenvolver as rotinas contábeis da área pública;
- c) EMPRESA CONSULTPARÁ: Parceria firmada no sentido de possibilitar ao discente do curso de ciências contábeis da FAMAZ (mediante senha própria) , o acesso à consultas na área contábil, fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como a um volumoso acervo de informações, através do endereço eletrônico ([www.consultpara.com.br](http://www.consultpara.com.br))

Quanto aos espaços, equipamentos e serviços dos laboratórios especializados de Ciências Contábeis, atendem, de forma satisfatória, às atividades que são desenvolvidas pelos docentes e discentes.

### **9.9 Auditório**

A FAMAZ oferece auditório, com área de 110m<sup>2</sup>, disponibilizando uma capacidade de acomodação de 100 pessoas sentadas. O local dispõe de todos os recursos audiovisuais necessários para realização de eventos acadêmicos como caixas de som amplificadas, projetor de multimídia (data-show), mesa de som, CPU e microfones. O espaço oferece condições adequadas em termos de dimensão, acústica, iluminação, ventilação / refrigeração, limpeza e mobiliário.